

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE LETRAS E ARTES  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA

WÂNIA LIMA

**A relevância das representações materiais e imateriais  
na construção da memória urbana**

O flunar contemporâneo no Bairro Imperial de São Cristóvão, 2015.

Rio de Janeiro

2015



UFRJ

## **A relevância das representações materiais e imateriais na construção da memória urbana**

WÂNIA LIMA

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Queiroz Rego

Rio de Janeiro  
Setembro, 2015

# **A relevância das representações materiais e imateriais na construção da memória urbana**

O flunar contemporâneo no Bairro Imperial de São Cristóvão, 2015.

Wânia Souza Lima

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Queiroz

Dissertação de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Projeto e Patrimônio.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Dr. Andrea Queiroz Rego

---

Prof. Dr. Fabíola Zonno

---

Prof. Dr. Maria Elisa Feghali

Para Sophia.



## AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Andrea Queiroz Rego, orientadora dessa dissertação, por mostrar novas e fascinantes formas de perceber a paisagem e por entender e respeitar minhas limitações, direcionando-as com maestria para o êxito do presente trabalho.

À Professora Dra. Fabiola Zonno por suas relevantes e ricas sugestões ainda no atelier 4 e na qualificação, que muito contribuíram para a concepção desta pesquisa.

À Professora Dra. Maria Elisa Feghali por seus comentários valiosos na fase de qualificação que muito contribuíram para aprimorar esse estudo.

Aos professores do Mestrado Profissional por toda dedicação e aporte acadêmico concedido.

Aos meus companheiros de curso pelo incentivo, interlocução e acolhimento.

À coordenação e funcionários do Proarq.

Aos meus colegas do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio irrestrito e, em especial, à Aurélia Tamisa pelas palavras que tornaram este um caminho possível.

À família e amigos pelo suporte ilimitado.

Aos meus pais, Walter e Iolanda, que são as minhas referências da importância do estudo para o ser humano.

Ao meu querido Jorge por todo amor, companheirismo e paciência, sempre incondicional.

À Sophia que apesar da pouca idade, e principalmente por isso, foi minha maior incentivadora, com sua inocência, alegria e ternura de ver o mundo.

*“Tinha um perfume de jasmim no beiral do  
sobrado. Fotografei o perfume.”*

(Manoel de Barros)

Lima, Wânia Souza.

A relevância das representações materiais e imateriais na construção da memória urbana .O flamar contemporâneo no Bairro Imperial de São Cristóvão, 2015/Wânia Souza Lima - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2015.

xii, 83f.: il.; 31 cm.

Orientador: Andréa Queiroz Rego

Dissertação (mestrado profissional em projeto e patrimônio) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2015.

Referências Bibliográficas: f. 84-87.

Representação Cultural. 2. Patrimônio Cultural. 3. Paisagem Urbana. 4. São Cristóvão. I. Rego, Andréa Queiroz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. A relevância das representações materiais e imateriais na construção da memória urbana .O flamar contemporâneo no Bairro Imperial de São Cristóvão, 2015.

RESUMO

## **A relevância das representações materiais e imateriais na construção da memória urbana**

O flunar contemporâneo no Bairro Imperial de São Cristóvão, 2015.

Wânia Souza Lima

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Queiroz

O Bairro Imperial de São Cristóvão, importante na formação da Cidade do Rio de Janeiro, possui uma grande diversidade de bens materiais e imateriais de inquestionável valor histórico e cultural, que se destacam na paisagem urbana da cidade. No entanto o Bairro apesar das muitas intervenções urbanísticas sofridas carece de revitalização e preservação.

Pretende-se com este trabalho contribuir para a construção da memória e identidade do Bairro Imperial de São Cristóvão, através, não apenas pela valorização do patrimônio edificado existente, mas principalmente pela identificação de novas representações culturais do lugar, sejam permanentes, dinâmicas ou efêmeras, que possam ser usufruídas através do caminhar semi-guiado, em uma “Zona de Caminhada” requalificada, restituindo à rua sua importância de espaço de convivência e de encontro social dos cidadãos, e possibilitando novas formas de experimentar e perceber o Bairro, estimulando os sentimentos de pertencimento dos usuários.

**Palavras-chave:** representação cultural, patrimônio cultural, paisagem urbana, São Cristóvão.

Rio de Janeiro

Setembro, 2015

## ABSTRACT

# **The relevance of tangible and intangible representations in the construction of urban memory**

The contemporary strolling in the Imperial São Cristóvão District, 2015.

Wânia Souza Lima

Advisor: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andrea Queiroz

The Imperial São Cristóvão district, important in the formation of the City of Rio de Janeiro, has a wide range of tangible and intangible assets of unquestionable historical and cultural value, which stand out in the urban landscape of the city.

However lacks revitalization and preservation despite many suffered urban interventions.

The work presented aims to contribute for the construction of the memory and identity of the Imperial São Cristóvão district , through not only the appreciation of the existing building heritage , but mainly for the identification of new cultural representations of place, permanent, dynamic or ephemeral ,that may be enjoyed by walking semi-guided, on a "walk zone" requalified, restoring the street importance of living space and social gathering of citizens, and enabling new ways to experience and understand the neighborhood, encouraging feelings of belonging.

**Keywords:** cultural representation, cultural heritage, urban landscape, São Cristóvão.

Rio de Janeiro

September, 2015

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	XI
LISTA DE ABREVIACÕES .....	XII
INTRODUÇÃO .....	1
<i>Objetivos</i> .....	1
<i>Objeto</i> .....	2
<i>Relevância</i> .....	3
<i>Metodologia</i> .....	4
<i>Estrutura</i> .....	7
<b>CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....</b>	<b>8</b>
1.1 A PAISAGEM URBANA: OS ELEMENTOS VISÍVEIS E INVISÍVEIS .....	8
1.2 AS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E A IDENTIDADE URBANA .....	21
1.3 O CAMINHAR E A FRUIÇÃO DO LUGAR .....	26
1.4 A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL NA VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS .....	33
<b>CAPÍTULO 2: A PAISAGEM CULTURAL DO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO.....</b>	<b>40</b>
2.1 A EVOLUÇÃO DO BAIRRO.....	40
2.2 A DELIMITAÇÃO DA “ZONA DE CAMINHADA” .....	48
2.3 OS ELEMENTOS IDENTIFICADORES DA PAISAGEM CULTURAL .....	51
2.3.1 <i>Os Elementos Permanentes da Paisagem Cultural do Bairro</i> .....	56
2.3.2 <i>Os Elementos Dinâmicos da Paisagem Cultural do Bairro</i> .....	57
2.3.3 <i>Os Elementos Efêmeros da Paisagem Cultural do Bairro</i> .....	59
2.3.4 <i>Mapa Síntese da Paisagem Cultural do Bairro</i> .....	61
<b>CAPÍTULO 3: FRUIÇÃO DO LUGAR E MEMÓRIA.....</b>	<b>62</b>
3.1 ESTRATÉGIAS PROJETUAIS PARA A “ZONA DE CAMINHADA” .....	62
3.2 O FLANAR CONTEMPORÂNEO COM O SUPORTE DE UM APP .....	68
3.2.1 <i>Patrimônio Carioca - IRPH</i> .....	69
3.2.2 <i>“Portal do Patrimônio” – IPHAN RIO</i> .....	70
3.2.3 <i>“Rio patrimônio da humanidade” – IRPH</i> .....	71
3.2.4 <i>“iGEO Patrimônio - Dados Geográficos Abertos” – IGEO, Portugal</i> .....	72
3.2.5 <i>Sons dos sinos - MinC</i> .....	73
3.2.6 <i>Mapa da Cultura - Secretaria de Estado de Cultura</i> .....	75
3.2.7 <i>“Sounds of Street View” - Amplifon</i> .....	76
3.3 O APP “FLANANDO EM SÃO CRISTÓVÃO” .....	78
3.3.1 <i>Diretrizes para o Aplicativo</i> .....	78
3.3.2 <i>Projeto Básico do Aplicativo</i> .....	79
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS EM MEIOS VIRTUAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>90</b>

## Lista de figuras

FIGURA 1: DELIMITAÇÃO DO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO, EIXO IMAGINÁRIO DE ORIGEM E LIMITE ADMINISTRATIVO.....	2
FIGURA 2: VISÃO PANORÂMICA DO POVOADO DO CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO EM SEUS PRIMÓRDIOS. A CAPELA REPRESENTADA ERA A “IGREJINHA” .....	40
FIGURA 3: CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO EM 1096 .....	43
FIGURA 4: PAVILHÃO DE SÃO CRISTÓVÃO EM 1960.....	45
FIGURA 5: DELIMITAÇÃO DA “ZONA DE CAMINHADA” SEGUNDO OS CONCEITOS DE ESTRUTURAÇÃO DE LYNCH.....	49
FIGURA 6: FOTOMONTAGEM DOS ELEMENTOS PERMANENTES .....	56
FIGURA 7: EXEMPLO DE FICHA-CADASTRO DOS ELEMENTOS PERMANENTES .....	57
FIGURA 8: FOTOMONTAGEM DOS ELEMENTOS DINÂMICOS .....	58
FIGURA 9: EXEMPLO DE FICHA-CADASTRO DOS ELEMENTOS DINÂMICOS .....	59
FIGURA 10: FOTOMONTAGEM DOS ELEMENTOS EFÊMEROS .....	60
FIGURA 11: EXEMPLO DE FICHA-CADASTRO DOS ELEMENTOS EFÊMEROS.....	61
FIGURA 12: EXEMPLO DO FICHAMENTO DAS RUAS .....	65
FIGURA 13: TELAS DO APLICATIVO “PATRIMÔNIO CARIOCA” .....	69
FIGURA 14: TELAS DO APLICATIVO “PORTAL DO PATRIMÔNIO” .....	70
FIGURA 15: TELAS DO APLICATIVO “RIO PATRIMONIO DA HUMANIDADE” .....	72
FIGURA 16: TELAS DO APLICATIVO “IGEO PATRÍMONIO- DADOS ABERTOS” .....	73
FIGURA 17: TELAS DO APLICATIVO “SONS DOS SINOS” .....	74
FIGURA 18: TELA DO APLICATIVO “MAPA DA CULTURA” .....	76
FIGURA 19: TELAS DO “SOUNDS OF STREET VIEW” .....	77
FIGURA 20: DIAGRAMA BÁSICO DO APP .....	81

## Lista de abreviações

APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
API	Application Programming Interface ;Interface de Programação de Aplicativos
APP	Aplicativo
CADEG	Centro de abastecimento do Estado da Guanabara, hoje Mercado Municipal do Rio de Janeiro
CAESC	Conselho de Associações e Entidades de São Cristóvão
GPS	“Global Positioning System”; sistema de posicionamento global
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN RIO	Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Estado do Rio de Janeiro
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
PEU	Projeto de Estruturação urbana
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ZI	Zona Industrial
ZIC	Zona de Indústria e Comércio



## Introdução

O Bairro Imperial de São Cristóvão, da Cidade do Rio de Janeiro, possui uma grande diversidade de bens materiais e imateriais de inquestionável valor histórico e cultural que qualificam lugares que se destacam na paisagem urbana e marcam a dinâmica interna do Bairro.

## Objetivos

O objetivo geral do trabalho é contribuir para a construção da memória do Bairro Imperial de São Cristóvão e aumentar sua capacidade de atração, revertendo o processo de esvaziamento, degradação e descaracterização que hoje o Bairro apresenta.

De modo específico, têm-se o objetivo de incentivar o caminhar pelo Bairro, fazendo desta ação uma agradável experiência de contato com a vida urbana. Orientados por representações culturais efêmeras (sons, odores), dinâmicas (apropriações, manifestações culturais) ou permanentes, (predominantemente a arquitetura e os monumentos) os usuários serão convidados a observar os elementos que estruturam a paisagem urbana do local, que atualmente não são percebidos.

Para que este caminhar seja possível, será necessário propor a requalificação de uma “zona de caminhada”, com intervenções que proporcionem a melhoria da acessibilidade e mobilidade dos pedestres, maior conforto e segurança ao caminhar, tal como nova arborização e iluminação pública.

Como forma de representar e documentar os elementos estruturadores identificados neste estudo e disponibiliza-los de maneira atraente e fácil se propõe o desenvolvimento de um aplicativo que possa ser acessado por meio de celulares e tablets e que contemple também plataforma acessível por computadores e laptops.

O desenvolvimento deste aplicativo tem como premissas responder à natureza intrinsecamente mutante dessas representações culturais, e a percepção de que os cidadãos são simultaneamente expectadores, personagens e atores das paisagens urbanas, transformando-as e representando-as em sua essência histórica, simbólica e cultural, sendo peças importantes na definição e individualização das mesmas.

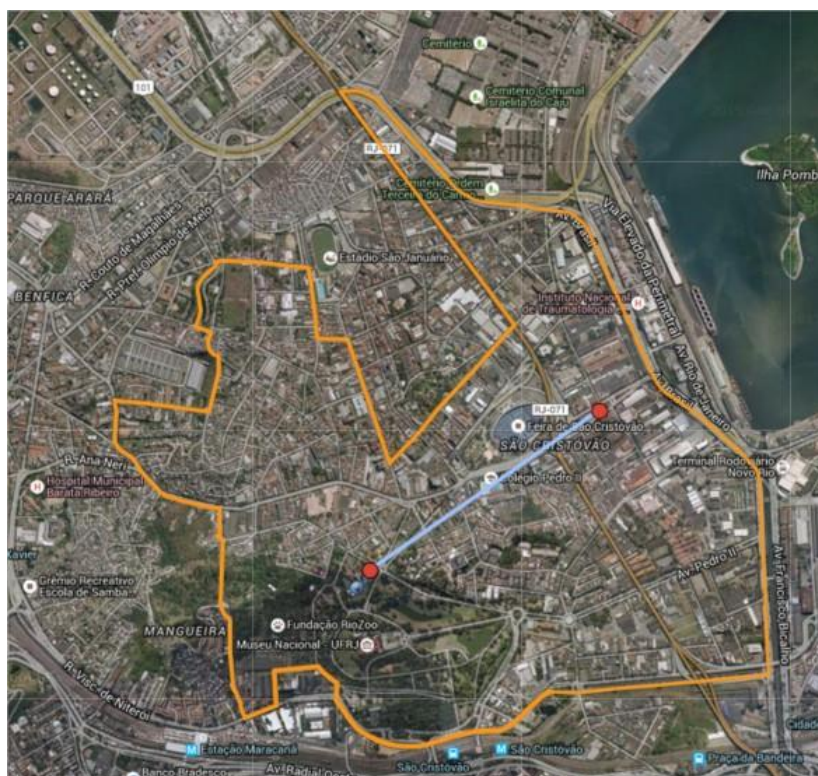
Espera-se que esta proposta contribuía para restituir às ruas a importância de espaços de convivência e de encontro social dos cidadãos, permitindo a descoberta de novos lugares e possibilitando novas formas de experimentar e perceber o Bairro, de modo a atrair investimentos e fomentar novos usos para os espaços privados e públicos.

## Objeto

O objeto de estudo são os elementos permanentes, dinâmicos ou efêmeros identificáveis na paisagem urbana do núcleo histórico do Bairro Imperial de São Cristóvão.

Este núcleo foi definido a partir da formação do próprio Bairro ao longo do tempo, tendo por referência o eixo imaginário que liga a Igreja de São Cristóvão, “célula mater” do Bairro, à Quinta da Boa Vista, que ao abrigar a Família Real Portuguesa, fomentou o desenvolvimento urbano de São Cristóvão.

Figura1: Delimitação do Bairro Imperial de São Cristóvão, eixo imaginário de origem e limite administrativo



Fonte: Desenvolvido pela autora sobre Google Maps acessado em 18/06/2015.

## Relevância

A urbanização de São Cristóvão se confunde com o desenvolvimento urbano da Cidade do Rio de Janeiro, estando sempre associado às mudanças urbanísticas realizadas nesta.

Foi neste Bairro que morou a Família Real Portuguesa ao chegar ao Brasil, e abrigou a aristocracia de então deixando como legado um significativo patrimônio histórico e arquitetônico.

Foi perdendo, ao longo do tempo, seu *status* de Bairro residencial nobre principalmente para os bairros da Zona Sul, cujas ocupações foram possibilitadas pela abertura de novos caminhos e disponibilidade de infraestrutura.

O Decreto-lei 6000/37, que transformou o uso do solo local de residencial para industrial, definindo pela primeira vez uma Zona Industrial (ZI) na Cidade, composta por São Cristóvão e outros bairros do subúrbio, gerou profundas transformações na estrutura urbana, econômica e social da área. Proliferaram nessa época as vilas e cortiços.

Com a abertura da Avenida Brasil e a mudança de várias fábricas instaladas no local para a região metropolitana, o uso residencial do Bairro entrou em profunda decadência. A construção da Linha Vermelha corroborou para isso, intensificando o trânsito e transformando ruas residenciais em lugares inóspitos.

As inúmeras intervenções urbanas e mudanças de legislações urbanísticas e edificações implantadas transformaram São Cristóvão de outrora, um Bairro residencial nobre, em um “território” segmentado, não coeso e inseguro em diversas partes.

As resoluções do PEU de São Cristóvão (Projeto de Estruturação Urbana) não atingiram todos os seus objetivos, pois apesar de um aumento significativo de novos empreendimentos, a população ainda busca por segurança e serviços.

Atualmente, na Operação Urbana “Porto Maravilha”, São Cristóvão é novamente incluído em uma reforma urbana, que aparentemente só aumentará os problemas identificados no Bairro, já que são intervenções pontuais que visam aumentar o valor imobiliário dos novos empreendimentos designados para o local, mas que não têm a

pretensão de reconhecer, muito menos, resolver as adversidades que se acentuam com a implantação desses.

É importante que os profissionais envolvidos nestes processos desenvolvam maneiras diferentes de apreensão à dinâmica da Cidade, onde os cidadãos, com suas práticas e costumes, sejam percebidos, considerados e incluídos na formulação das propostas de intervenção.

Tanto a edificação quanto o ambiente urbano com valor histórico apresentam aos profissionais de arquitetura além dos desafios inerentes à profissão o fato que estes, independente da intervenção, já possuem uma história, e potencialmente fazem parte de uma memória coletiva.

Diversos autores defendem a inclusão do patrimônio cultural na sociedade como o principal mecanismo para protegê-lo e conservá-lo e afirmam que esta integração só é obtida com o uso efetivo dos mesmos.

Para isso é importante o cuidado com a preservação de lugares que ensejam nos usuários do Bairro sentimentos de pertencimento e de apropriação simbólica dos mesmos, além dos monumentos e marcos históricos já estabelecidos da região, agregando valor a estes espaços com a adoção de medidas que os requalifiquem e garantam a continuidade de uso e sua conservação.

As propostas desenvolvidas no presente trabalho visaram atribuir e resgatar à rua a importância de espaço de encontro social dos habitantes, e tiveram como premissa a melhora da qualidade ambiental destas, assim como as das avenidas, praças e entornos dos monumentos históricos.

## Metodologia

A metodologia aplicada para o desenvolvimento deste trabalho é composta por cinco etapas distintas, descritas a seguir.

### *(1) Embasamento Teórico*

A reflexão teórica que embasa o estudo inclui a revisão da bibliografia pertinente aos seguintes temas: *O Bairro, seus aspectos urbanos, culturais e históricos; A percepção da forma e da estruturação dos ambientes urbanos; Questões da identidade e memória.*

Como parte do arcabouço teórico inclui-se, também, as Cartas, Recomendações e Resoluções como: a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), que ampliou a noção de patrimônio para variáveis materiais e imateriais que se manifestam nos sítios urbanos (conceito de lugar) e a Declaração de Québec (Icomos, 2008) que destacou a preservação do “*spiritu loci*” ou “espírito do lugar”.

## *(2) Experimentação do Lugar*

As visitas exploratórias de campo possibilitam o conhecimento do lugar, sendo essenciais para a identificação de elementos que definiram a “Zona de Caminhada”. Objetivam o aprendizado do lugar pelo pesquisador e apreensão de como as pessoas vivenciam e utilizam o local, e obter informações de peculiaridades importantes para o êxito da proposta.

Essa atividade foi dividida em duas etapas. A primeira, de observação “não participativa”, na qual o pesquisador interage minimamente com o objeto do estudo, de modo a reduzir a sua interferência; a segunda de observação “participativa”, onde o próprio investigador “veste” o papel de ator social, e pode desta maneira ter acesso aos problemas e modo de vida de determinado grupo, o que auxilia nas descrições e interpretações da pesquisa.

Na primeira, foram realizados percursos descompromissados, sem rotas rígidas, em diferentes dias e horários, A ideia principal dessa etapa é o “flanar”, como exercício de observação e registro discreto dos elementos permanentes, dinâmicos e efêmeros, que apesar de renovados a todo momento, são imprescindíveis à percepção da experiência urbana e para a estruturação da paisagem.

Na segunda, foi feita a observação pré-programada e atenta das atividades, usos e atores da região em dias e horários diferentes, com duração prolongada, e por um lapso temporal suficiente para legitimar o observado, incluindo pequenas entrevistas informais, não estruturadas, com os diferentes atores sociais presentes nos lugares identificados.

### *(3) Definição da “Zona de Caminhada”, Coleta e Documentação*

Com base nos referenciais teóricos e na experimentação do lugar foi definida a “Zona de Caminhada” utilizando, destacadamente, os conceitos de estruturação da paisagem de Lynch e Cullen, adotando como origem da caminhada o “eixo imaginário” da formação do Bairro (Igreja Matriz e Quinta da Boa Vista).

Os primeiros tipos de registros que foram utilizados - a “caderneta de campo” e as fotografias/filmagens/gravações com celular - objetivaram uma documentação ágil e discreta dos elementos identificados na caminhada descompromissada, tal como: atividades no espaço público, apropriações do espaço público, atores sociais, sons escutados, odores percebidos, e demais objetos relevantes.

Foram tomados os cuidados necessários para que esse método não fosse utilizado de forma indiscriminada, sem o rigor metodológico que esse procedimento exige em relação à coleta, registro e interpretação pertinentes e coerentes com a realidade estudada, sob o risco de se tornarem apenas interpretações emotivas com deformações subjetivas.

No segundo momento da experimentação do lugar, as formas de registro previamente programadas e definidas em função do elemento a ser registrado, incluíram:

- Mapeamento e fichamento dos elementos identificados
- Mapeamento dos usos, apropriações, fluxos de pedestres e veicular; Fotografias: edificações, monumentos, arborização;
- Gravações: sons relevantes;
- Filmagem: apropriações das calçadas, fluxos de pedestres e veículos, atores presentes na dinâmica urbana.

### *(4) Propostas para a requalificação*

Análise do conjunto de elementos identificadores da paisagem urbana mais relevantes para a construção da memória do lugar, que potencializassem os resultados desejados foram os definidores da “Zona de Caminhada”.

Para o sucesso da implantação desta Zona, foram adotadas medidas que garantam a plena fruição das ruas, como: a melhoria das calçadas e passeios; projetos de arborização que amenizem o microclima existente; projetos de iluminação que permitam maior segurança ao caminhar à noite.

A elaboração das propostas foi norteada pela adoção de medidas que permitam conduzir o processo de desenvolvimento e transformação urbana do Bairro de forma que o mesmo se modifique e se renove, mas sem que se perca neste processo os seus valores de memória e de identidade.

### **Estrutura**

A dissertação é estruturada em três capítulos: o primeiro constrói os referenciais teóricos e metodológicos adotados no presente trabalho, o segundo analisa o Bairro de São Cristóvão e o terceiro aborda a criação da “Zona de Caminhada”.

No primeiro capítulo são adotados como referenciais teóricos estudos sobre a estruturação da paisagem urbana, sobre representação cultural e identidade urbana e sobre a ação de caminhar como forma de apreensão, fruição e modificação da paisagem. É feito também uma breve revisão da evolução da legislação e recomendações do Patrimônio, de seu conceito original, restritivo e material ao atual que inclui os de natureza cultural e imaterial.

No segundo capítulo é estudado a evolução histórica e cultural de São Cristóvão.

O terceiro capítulo é sobre os elementos identificadores da paisagem e suas classificações, sobre os critérios de identificação e delimitação da “Zona de Caminhada” e as estratégias projetuais adotadas para a implantação da mesma.

Discorre também sobre como o presente estudo pode ser posto em prática, e utilizado pela população em geral, por meio do desenvolvimento de um aplicativo para celulares e tablets , que contemple também plataforma acessível por computadores e laptops, em que as informações sobre os elementos identificadores da paisagem identificados neste estudo estejam disponibilizados.

## CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

### 1.1 A paisagem urbana: os elementos visíveis e invisíveis

Considerando paisagem como o "conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar" (HOUAISS, 2001, p. 2105), a paisagem urbana pode ser entendida como o resultado das mudanças do meio físico provocadas pelo homem. Segundo Silvio Macedo,

a paisagem pode ser considerada como um produto e como um sistema. Como um produto porque resulta de um processo social de ocupação e de gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza haverá reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total. (MACEDO, 1999, p. 11).

A paisagem urbana possui dinâmica própria, que incorpora um sistema de valores e se transforma permanentemente, tanto na percepção visual quanto nas atribuições de significados, não sendo um conjunto coeso sob o mesmo período temporal. É o resultado do espaço experimentado, vivido e relacional, que contém e envolve o ser humano.

Sendo a cidade essencialmente a ação humana sobre a natureza, é na materialidade urbana que encontramos grande parte das representações, seja pela verticalidade das edificações, por suas formas e texturas, seja pelo *skyline* do espaço construído, seja por sua malha viária. Pela materialidade visível reconhecemos o fenômeno urbano e podemos relacionar a paisagem à sua dimensão morfológica, funcional e espacial.

Mas a cidade é também um fenômeno cultural, com seus atores e suas relações sociais, que com suas práticas e costumes, comportamentos e hábitos, representam o domínio e a transformação de um determinado local no tempo, o que relaciona a paisagem à sua essência histórica e simbólica.

E esse movimento humano, vivenciando o espaço e executando suas atividades produz uma infinidade de odores, cores, sons e sensações, que se renovam a todo momento, e fomentam a percepção da experiência urbana.



Os elementos imateriais e invisíveis nos auxiliam na orientação do espaço, nos relacionamentos entre os indivíduos, nos processos de aprendizagem e na delimitação dos territórios.

São estes elementos que contribuem para a diferenciação de uma paisagem urbana de outra, mesmo que aparentemente, em sua morfologia, sejam elas muito semelhantes.

Associados aos elementos materiais e visíveis, os elementos “imateriais” e invisíveis qualificam e enriquecem os ambientes, o que influencia no bem-estar físico e emocional dos indivíduos.

Uma mesma paisagem pode gerar percepções “positivas”, como paz e aconchego e também percepções “negativas”, como insegurança e solidão. Isto porque cada indivíduo tem a sua própria cultura e assim interpreta as paisagens de forma diferente, construindo percepções distintas.

A análise da cidade oferece um grande potencial para apreensão da dinâmica urbana. Não é somente observar como se apresenta o espaço, mas sim como este é ocupado e apropriado.

A compreensão dos elementos que compõem e legitimam o espaço urbano, assim como a identificação dos problemas e contradições que são inerentes a sua estruturação, são fundamentais para a contextualização e definição dos projetos urbanos, nas diferentes escalas de intervenção.

Importante destacar o papel dos arquitetos e urbanistas nesse processo. Como profissional habilitado a formar e modelar as paisagens urbanas, o mesmo é responsável pela formulação das estruturas visíveis, mas também das invisíveis, que potencializam espaços insalubres, inseguros e conseqüentemente subutilizados, não contribuindo para as relações sociais.

Diversos são os estudos que interpretam as paisagens urbanas além das suas questões morfológicas, considerando o caráter simbólico a ela associado, e como estas influenciam no comportamento humano e servem de representação dos diferentes grupos sociais.

Camillo Sitte<sup>1</sup>, em 1889, escreve “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos”, onde ao analisar e criticar o fenômeno da transformação da cidade “tradicional” de Viena em uma cidade industrial moderna, assim como os seus movimentos sanitaristas e higienistas, propõe um novo olhar sobre os espaços existentes.

As “cidades antigas” são as referências de Sitte, que propõe uma reinterpretação dos elementos vernaculares característicos das cidades da Idade Média, da Renascença e do Barroco e sugere uma série de procedimentos e diretrizes que buscam ajustar a cidade tradicional, portadora de memória e conteúdo simbólico, com a nova cidade que surge voltada para a produção.

Destaca a relação harmônica entre prédios, monumentos e suas praças; a proporção das fachadas e as dimensões das quadras; a incorporação dos elementos preexistentes naturais ou históricos no desenho do traçado urbano, as ruas sinuosas e suas sequências visuais.

Nos anos 60 os estudos da paisagem urbana que consideram, além de sua formação morfológica, a compreensão do comportamento urbano na mesma se multiplicam.

A visão de um espaço urbano humanizado, preconizada por Camillo Sitte em sua crítica à paisagem moderna de Viena, tem importante repercussão na obra “Morte e Vida das Grandes Cidades Norte-americanas”, de Jane Jacobs<sup>2</sup>, publicado em 1961.

Jacobs defende que o urbanismo modernista produz espaços urbanos fisicamente ordenados, mas socialmente mortos, sem diversidade, tanto na dimensão social quanto na material.

A solução para a falta de vitalidade das ambiências urbanas resultantes do planejamento funcionalista seria o projetar na escala humana, no qual os marcos, as

---

<sup>1</sup> **Camillo Sitte** (Viena, 1843 — Viena, 1903) Arquiteto e historiador da arte, formado pela Escola Imperial e Real de Artes Industriais de Viena, da qual foi também diretor. Organizou a nova Escola Oficial de Artes Aplicadas. Autor do estudo urbanístico "Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen", traduzido para o português sob o título: *A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos* São Paulo, Ática, 1992.

<sup>2</sup> **Jane Butzner Jacobs** (Scranton, 1916 — Toronto, 2006) foi escritora e ativista política do Canadá, nascida nos Estados Unidos.

referências culturais, os locais de encontro, e as relações comunitárias dariam base a um sentido de lugar.

A autora estuda os diferentes tipos de ruas, destacadamente de Nova Iorque, e os meios para mudá-las ou conservá-las, levando em conta a integração das crianças, a acessibilidade, os meios de revitalização, dentre outros. A sua maior preocupação é manter ou tornar a cidade “viva” e para isso o movimento da rua e a interação dentro e entre os bairros é imprescindível.

Um ano antes, 1960, Kevin Lynch<sup>3</sup> publica “A imagem da cidade”, uma das obras mais famosas e mais influentes do urbanismo da época e apontado até hoje como uma das mais importantes para o entendimento da percepção ambiental urbana.

No estudo, que gerou o livro em questão, ele analisa três cidades norte americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles, e cria um método de pesquisa, no qual, entre outras ações, pessoas foram entrevistadas e responderam a questões com ênfase na relação entre percepção, legibilidade, significado e identidade da imagem transmitida pelas paisagens urbanas.

Lynch trabalha a percepção ambiental, na tentativa de apreensão da imagem da cidade, da leitura do espaço urbano, na captura de sua qualidade ambiental, reconhecendo sua estrutura e identidade.

Com seu olhar perspicaz e pessoal, observa a cidade como expressão de uma sociedade e de sua cultura, e considera que os “elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e suas atividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis” (LYNCH, 1960, p.11), assim como todos os sentidos, significados e referências que estes indivíduos trazem, e que são envolvidos no processo de percepção do meio urbano.

A cada instante existe mais do que a vista alcança, mais do que o ouvido pode ouvir, uma composição ou um cenário à espera de ser analisado. Nada se conhece em si próprio, mas em relação ao seu

---

<sup>3</sup> **Kevin Andrew Lynch** (1918-1984), norte-americano, arquiteto e urbanista, se formou em Yale University e trabalhou com Frank Lloyd Wright (1937-1939). Foi professor do Massachusetts Institute of Technology, consultor de inúmeros projetos urbanos como Boston's Government Center and Water Front e Detroit's Riverfront e dos planos de urbanização de Mineápolis, São Francisco, Los Angeles e São Diego. Seus principais livros foram “The image of the city” (1960), traduzida para o português como *A Imagem da Cidade* e “Good city form”, (1981). Traduzida para o português: *A boa forma da cidade*.

meio ambiente, à cadeia precedente de acontecimentos, à recordação de experiências passadas [...] Todo o cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações. (Op.cit p.11)

Lynch formula o conceito da "legibilidade", que pode ser entendido como a facilidade com que as partes da paisagem urbana podem ser reconhecidas e organizadas em um modelo coerente. Orientar-se no meio urbano é para o homem essencial, e segundo o autor:

Estruturar e identificar o meio ambiente é uma atividade vital de todo animal móvel. São muitas as espécies de orientação usadas: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz, assim como outros sentidos, tais como o cheiro, o ouvido, o tacto, o tato, a cinestesia, o sentido da gravidade e, talvez dos campos elétricos ou magnéticos (Op. cit., p.13).

Nesse processo a conexão estratégica é a “imagem mental generalizada do mundo exterior que o indivíduo retém” que “é o produto da percepção imediata e da memória da experiência passada”, usadas para “interpretar as informações” (op.cit. p.14).

Observa que o contraste entre os elementos físicos e a inovação das suas características individuais pode favorecer a legibilidade de paisagens complexas. A familiaridade com esses elementos, no entanto, pode torná-los monótonos aos seus usuários.

Outro importante conceito apresentado é o da "imaginabilidade", entendido como a qualidade de um objeto físico rememorar uma imagem forte no observador. É a característica que consegue a produção de imagens mentais facilmente identificáveis, bem estruturadas.

O conceito não se relaciona necessariamente com algo “fixo, limitado, preciso, unificado ou ordenado regularmente” não significando também que seja “visível, óbvio, evidente ou claro” (op.cit. p.20) embora por vezes tenham essas qualidades.

Segundo Lynch, é necessário haver organização e clareza na composição e disposição dos itens da paisagem urbana, para que o lugar se torne consistentemente

imaginável, ou seja, o conceito de “imaginabilidade” está fortemente atrelado ao de “legibilidade”, e estes, juntos, contribuem para o senso de orientação, para o convívio social e todas as atividades exercidas pelo homem moderno na cidade contemporânea.

A percepção do meio urbano é uma experiência individual, sendo assim fragmentada, parcial, envolvida nas referências do usuário, que cria e mantém a sua própria imagem de cidade.

Contudo parece “haver uma concórdia substancial entre membros do mesmo grupo” (op.cit p.17), as quais o autor chama de “imagens públicas”, que seriam as imagens mentais comuns a um grande número de pessoas.

Analisando os mapas mentais apresentados pelos entrevistados, foi possível identificar cinco elementos que estavam presentes em quase todas as representações, e que, segundo Kevin, constituem os “elementos físicos perceptíveis” (op.cit p.57) na construção simbólica da cidade: as vias/caminhos, os limites, os bairros, os cruzamentos/pontos nodais e os elementos marcantes/marcos.

Vias e Caminhos “são canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, linhas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro” (LYNCH, 1960, p. 58). Segundo o autor estes foram considerados como os principais elementos estruturadores da paisagem para muito dos entrevistados. Algumas vias podem ter características especiais que reforçam sua imagem como, por exemplo, as que concentram um tipo especial de uso (ruas intensamente comerciais) ou as que possuem qualidades espaciais diferenciadas (muito largas ou muito estreitas). As esquinas se mostraram pontos importantes na estrutura das cidades, e os elementos urbanos posicionados próximos a elas tendem a ser mais facilmente lembrados e usados como referências.

Os limites “são elementos lineares não considerados como ruas: são normalmente, mas não sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes. Funcionam como referências laterais.” (LYNCH, 1960, p. 73). Podem ser considerados barreiras (rios, estradas, viadutos, etc.) ou elementos de ligação (praças lineares, ruas de pedestres, etc.). Limites numerosos e que atuam mais como barreiras do que como elementos de ligação podem separar excessivamente a cidade e fomentar a segregação das mesmas.

Os bairros “são áreas citadinas relativamente grandes, em que o observador pode penetrar mentalmente, e que tem alguns aspectos comuns. ” (LYNCH, 1960, p. 78). Ou op. Cit. p.78. Lynch não considera os bairros pelos limites administrativos adotados pelas cidades. Para ele estes seriam as áreas com características homogêneas e que de alguma forma pudessem ser diferenciadas do resto do tecido urbano da cidade. Estas características podem “consistir em variantes de componentes inumeráveis: texturas, espaços, forma, detalhe, símbolo, tipos de edifícios, costumes, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia. ” (Op. Cit. p.79). “As conotações sociais são bastante significantes quando se trata de delimitar regiões”. (Op. Cit. p.80).

Podem apresentar diferentes tipos de limites, alguns definidos e precisos e outros indefinidos e tênues. Se a região tem poucas referências ao seu entorno e à cidade, como ocorre normalmente com “bairros étnicos”, Lynch a classifica como “introvertida”, e as que ao contrário, possuem franca ligação com os elementos circundantes de “extrovertidas”.

Já os pontos nodais “são pontos estratégicos, nos quais o observador pode entrar, típicas junções de vias, ou concentrações de alguma característica” (op. Cit. p. 84). Podem ser exemplos as esquinas, as praças, pontos de convergência dos sistemas de transporte (estações de metrô, terminais de ônibus), as “concentrações temáticas” - quadras exclusivamente comerciais ou residenciais, como exemplo, “ ou até toda a área de um bairro central, no caso de entendermos a cidade num nível lato. De facto, se concebermos o meio ambiente num nível nacional ou internacional, então a própria cidade, no seu todo, pode tornar-se um nó central” (op. Cit. p.84)

Os cruzamentos têm importância na imagem da cidade porque ao exigir de seus usuários a tomada de decisão de qual caminho seguir, estes prestam atenção aos elementos estruturadores dessa paisagem de maneira mais intensa. São locais que geralmente atraem muitas pessoas e são normalmente utilizados como referenciais.

Importante observar que a forma espacial não é essencial para a classificação de um ponto nodal, embora possa dotá-lo de maior relevância.

Para Lynch, da mesma forma que os bairros, os cruzamentos podem ser considerados “introvertidos”, quando fornecem pouca orientação direcional ou

“extrovertidos”, quando as direções gerais são claras assim como as ligações com os outros bairros ou arredores.

Os marcos são “os elementos marcantes, pontos de referência considerados exteriores ao observador, são simples elementos físicos variáveis em tamanho. [...] a característica-chave destes é a originalidade, um aspecto que é memorável ou único num contexto”.

Os elementos podem ser considerados marcantes se são contrastantes com os elementos locais do seu entorno ou se são visíveis de muitos outros pontos da região.

Um uso específico agregado a um elemento também pode torná-lo marcante, assim como sua história, ou outro significado simbólico a ele associado. A localização pode reforçar a imagem do objeto, por exemplo, se estes se localizam em um cruzamento provavelmente serão referência no local.

Lynch observa que os sons e os cheiros, embora por si mesmos não se constituam um elemento marcante, ajudam frequentemente na distinção destes.

Ainda sobre os marcos o autor destaca que “pontos locais foram lembrados como conjunto” (op.cit p.94) e os mesmos reforçavam uns aos outros e eram lembrados por seu contexto.

Nesse aspecto consegue uma grande contribuição para o entendimento de como as pessoas se relacionam com o meio urbano, e que dará base para os estudos de Gordon Cullen, que serão vistos adiante.

Uma série sequencial de elementos marcantes, na qual um pormenor incita a antecipação do próximo, e onde detalhes-chave desencadeiam movimentos específicos da parte do observador, pareceram ser uma forma modelo de como as pessoas se deslocam através da cidade. Em tais sequências, havia deixas desencadeadoras de determinados movimentos sempre que era necessário tomar decisões, e outras que confirmavam decisões já tomadas pelo observador. Pormenores adicionais ajudavam frequentemente a ter o sentido de uma proximidade do destino final ou de pontos intermediários. Para a segurança emocional tal como para a eficiência funcional é importante que tais sequências sejam bastante contínuas, sem grandes interrupções, embora possa haver um adensar de

pormenores nos pontos nodais. A sequência facilita o reconhecimento e a memorização. (op.cit. p.96,97. g.n.)

Para Lynch uma cidade pode ser considerada coerente quando seus bairros, marcos e vias podem ser facilmente identificados em um modelo mental, e por isso o seu enfoque nos elementos dominantes não temáticos, inertes e imóveis – e a preocupação com as vias, caminhos e ruas – aquilo que serve de passagem, que promove o percurso.

Sobre as imagens mentais, ele classifica como imagens “vivas” as imagens que são sensorialmente visíveis, imagens que envolvem em suas memórias texturas, cores, sons, odores... e com abstratas as que não possuem conteúdo sensorial, sendo identificadas somente por suas estruturas.

Apesar de, aparentemente, trabalhar um método de fazer a imagem ambiental algo mais planejado e coerente, sendo a “imagem um processo duplo entre observador e observado, no qual a forma física externa com que o planejador opera desempenha papel principal” (Op. Cit p. 131), ele não abandona a ideia de que a cidade é feita por pessoas, sendo usadas e vivenciadas pelas mesmas, e por isso o ambiente citadino tem que ser flexível aos hábitos e costumes de seus cidadãos, receptivo às mudanças de função, uso e significado.

Precisamos de um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico. Deveria falar dos indivíduos e da sua sociedade complicada, das suas aspirações e tradições históricas, do conjunto natural e das funções e movimentos complicados do mundo citadino. Mas a clareza de estrutura e vivacidade de identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes. Aparecendo como um local notável e bem conseguido, a cidade pode constituir uma razão para associação e organização destes significados e associações. Um tal sentido de lugar reforça todas as atividades humanas aí desenvolvidas, encoraja a retenção na memória deste traço particular. (Op.cit p.132. g.n.).



Também dedicado à análise e avaliação das paisagens urbanas, Gordon Cullen<sup>4</sup> lança em 1961, o livro “Paisagem Urbana”, onde busca entender como estas suscitam "reações emocionais" nas pessoas.

De acordo com o autor, paisagem urbana é a arte de tornar coerente e organizado, visualmente, o emaranhado de edifícios, ruas e espaços que constituem o ambiente urbano.

Para organizar o conceito de paisagem Cullen recorre a três aspectos que concorrem para a apreensão da mesma. O primeiro é a dimensão do visível, que é a visão serial propriamente dita; o segundo é o local, que diz respeito às reações do indivíduo com relação a sua posição no espaço, o “sentido de localização”, refere-se às sensações provocadas pelos espaços; o terceiro aspecto é o conteúdo, que se relaciona com a construção da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana.

Complementando as teorias de Lynch, ele formula o conceito de “visão serial” que pode ser entendido como a leitura da cidade através de seu conjunto, pelos diferentes espaços e imagens que os elementos da paisagem constroem, e pela sucessão de contrastes e reações inesperadas que estas geram no observador ao caminhar pela cidade, já que “uma cidade é, antes do mais, uma ocorrência emocionante no meio - ambiente” (1971, p.10).

A visão serial, principal instrumento para a leitura urbana dentro do conceito desenvolvido parte da premissa de deslocamento do observador. Nesta ação o espaço se revela através de fragmentos visuais que, uma vez identificados cognitivamente, permite a compreensão do ambiente.

Importante notar que embora os objetos de análise sejam elementos estáticos a abordagem de Cullen é, de fato, dinâmica, e sendo assim temporal.

---

<sup>4</sup> **Tomas GORDON CULLEN** (1914 -1994), inglês, arquiteto e urbanista, estudou na Regent Street Polytechnic, em Londres. Foi subchefe de redação da revista The Architectural Review, logo após a Segunda Guerra Mundial. Atuou como consultor paisagista de numerosas instituições britânicas. Responsável por muitos planos de reconstrução e reabilitação urbanas, como os de Liverpool , de Petersburgo, Glasgow ,os projetos urbanos da Fundação Ford nas cidades de Nova Delhi e Calcutá, e para a Companhia de Desenvolvimento Portuário de Londres. Eleito membro honorário do Real Instituto dos Arquitectos Britânicos (RIBA) em 1970. Escreveu “Townscape” ( 1961), traduzida para o português como Paisagem Urbana

Baseado na paisagem como elemento organizador, o autor apresenta várias categorias de análise do espaço urbano, com ilustrações e conteúdos explicativos, forma que caracteriza a obra. Alguns, a título de exemplificação: enclaves, recintos, delimitação, ponto focal, escala, contraste, expectativa e relacionamento.

Do ponto de vista visual, a imagem pode ter dois aspectos: a existente que se relaciona com o espaço presente e a emergente que se relacionada com as possíveis interpretações subjetivas do espaço existente. Assim a percepção da imagem é gerada pelo conjunto de sua estrutura física com as subjetividades do indivíduo.

Embora a prioridade do estudo em questão seja a percepção visual, por diversas vezes em seu texto o autor recorre aos outros sentidos para explicar seus conceitos, como quando define “recintos [...] fora dele o ruído e o ritmo apressado da comunicação impessoal, vai-vem que não se sabe pra onde vai, nem donde vem; no interior o sossego e a tranquilidade de sentir que o largo, a praceta ou o pátio tem escala humana” (op.cit p.27).

Em 1977, R. Murray Schafer<sup>5</sup> escreve a obra *The Soundscape - Our Sonic Environment and the Tuning of the World*, como uma crítica à proliferação dos ambientes urbanos uníssonos.

Tomando como base o conceito inicial de paisagem, cria o conceito de “paisagem sonora” a definindo como tudo que é possível escutar, no lugar de “tudo que é possível enxergar”, do conceito original.

Embora nesta definição ele não demonstre a importância da formação cultural na escuta de uma paisagem, ao definir "evento sonoro" ele aborda a importância simbólica que os sons têm para o homem. Segundo Schafer todos os sons de um ambiente devem ter a possibilidade de ser escutados já que todos têm um significado importante e defende que os sons ameaçados de extinção e que possuem significado simbólico para uma comunidade devam ser preservados.

---

<sup>5</sup> **Raymond Murray Schafer** – (1933, Ontário, Canadá). Formou-se em música na Royal Schools of Music, Inglaterra, depois frequentou o Royal Conservatory of Music e a University of Toronto. Lecionou na Simon Fraser University, Canadá (1965 - 1975) quando fundou o "WSP - World Soundscape Project" e participou da fundação do "WFAE - World Forum for Acoustic Ecology" (1993). Seus principais livros são *The Tuning of the World* (1977), traduzido para o português como "A afinação do mundo" e *The Thinking Ear* (1986).

Schafer primeiramente estuda as mudanças da sonoridade ao longo da história humana, analisando-as cronologicamente: as paisagens sonoras naturais; rurais; das vilas e vilarejos; das cidades; da revolução industrial e da revolução elétrica.

Depois formula diversas maneiras de análise e interpretação dos sons, com o intuito de classificar e perceber as paisagens sonoras, criando assim ferramentas para o estudo das mesmas.

A publicação de "*The Interpretation of Ordinary Landscapes - Geographical Essays*", (1979), uma coletânea de ensaios sobre as relações entre paisagem e cultura, evidencia a necessidade de se compreender a paisagem também como uma questão cultural.

D.W. Meinig<sup>6</sup> na introdução do mesmo declara que todas as paisagens expressam a cultura de um determinado local e de uma época específica, através de representações individuais. Assim, entender as paisagens em sua totalidade é tarefa extremamente complexa.

Nós observamos todas as paisagens como simbólicas, como expressão dos valores culturais, comportamento social e ações individuais trabalhadas em localidades particulares por um período de tempo. Cada paisagem é uma acumulação, e seu estudo pode ser entendido como história formal, metodologicamente definindo a construção da paisagem do passado ao presente [...]. Toda paisagem é tão densa de evidências e tão complexa e enigmática que nós não podemos ter certeza que teremos lido tudo ou lido tudo corretamente. (1979, p.6. Trad. livre).

Para Peirce F. Lewis<sup>7</sup> no ensaio "Axioms for reading the landscape - Some guides to the american scene", a paisagem, assim como um livro, pode ser lida, sendo este um dos principais caminhos para se identificar a cultura e permitir a compreensão da complexidade urbana, já que "toda paisagem humana tem significado cultural, não importa quão comum a paisagem possa ser" (Op. cit., p.12).

---

<sup>6</sup> Donald William Meinig: 1924- Washington, EUA. Geógrafo, professor emérito de Geografia da Sirakusa University. Vasto trabalho em torno do tema paisagem cultural e social. Sua obra mais importante é a série de quatro volumes "The Shaping of America" (a formação da América, publicada em 1986, 1993, 1998 e 2004, respectivamente).

<sup>7</sup> Peirce F. Lewis: 1927- EUA. Geógrafo, professor emérito da Universidade Estadual da Pensilvânia. Estudioso da relação entre geografia e paisagem cultural da América.

No artigo “O olho que observa: dez versões de uma mesma cena”, Meinig enumera dez significados usuais que podem ser atribuídos à paisagem: natureza, habitat, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética.

Embora se tenha consenso em muitos elementos de igual natureza e aspectos que compõem uma determinada paisagem, os seus significados se alteram segundo a formação e percepção dos indivíduos que a observam, e sendo assim a análise de determinada paisagem não deve ser desassociada dos valores e crenças dos mesmos.

Deste modo nos confrontamos com o problema principal: qualquer paisagem é composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes [...] Não estamos preocupados com os elementos, mas com sua essência, com as ideias organizadoras que são utilizadas para dar sentido àquilo que nós vemos. (2002,Meinig p.34)

Yi-Fu Tuan<sup>8</sup> em "Thought and landscape - The eye and the mind's eye", reforça o pensamento de Meinig, ao afirmar que a "paisagem é como uma imagem, uma construção da mente e do sentimento. Imagens de paisagens são potencialmente infinitas, ainda que elas pareçam ter semelhanças familiares" (Op. cit., 89).

Admitindo-se ser a apreensão da paisagem uma construção mental e sensorial, e que os estímulos dos sentidos e a produção de significados são individuais e únicos pode-se afirmar que nenhuma paisagem é percebida de maneira absolutamente igual por mais de uma pessoa.

Sobre a importância de considerar os sentidos e estímulos na experiência e percepção da paisagem Meinig afirma:

“É a paisagem como ambiente, que abrange tudo o que vivenciamos e que, como consequência, faz com que o observador cultive a sensibilidade para o detalhe, para a textura, a cor, todas as nuances das relações visuais, e mais, porque o ambiente ocupa todos os sentidos, também os sons e odores e um inefável sentido de lugar como algo proveitoso.”Meinig (2002, p.40)

---

<sup>8</sup> Yi-Fu Tuan: 1930, China. Geógrafo. Professor emérito da Universidade de Wisconsin, em Madison. Em 2012, foi laureado com o Prêmio Vautrin Lud, considerado como a maior honraria acadêmica no campo da Geografia.

David E. Sopher<sup>9</sup> no ensaio "The Landscape of Home - Myth, Experience, Social Meaning" destaca alguns elementos que participam da paisagem do "lar", lugar a que as pessoas sentem pertencer. Para ele, essa sensação de pertencimento é construída quando o indivíduo identifica e elege marcos na paisagem que são fixados na memória, aos quais sempre se remete para lembrar e destaca que "sons e sabores são proeminentes nas recordações, [...] uma simples nota ou odor pode produzir uma clara recordação de uma sensação" (Op. cit., p.144)

Ao incluir aquilo que tem significância para os diferentes sujeitos, a paisagem deixa de ser o pano de fundo das atividades e acontecimentos e integra-se a existência humana.

Assim, as manifestações populares, as religiões, os hábitos, a culinária, a linguagem (através das falas, dialetos, escritas, desenhos e sinais corporais), a arte, assim como qualquer outro símbolo cultural manifestado em um determinado local compõem a paisagem cultural do mesmo.

Os indivíduos que produzem e vivenciam tais manifestações culturais são também os que agem transformando, modificando e construindo a todo instante as paisagens culturais, que embora múltiplas e variáveis, são sempre carregadas de simbolismos e fragmentos temporais da sociedade em que se insere.

A contribuição desses autores e dos demais estudos influenciados por essas questões é o estímulo que estes promovem à percepção da cidade por todos os sentidos, permitindo ao sujeito fruir poéticas urbanas nem sempre valoradas ou observadas.

## 1.2 As representações culturais e a identidade urbana

O conceito de representação, segundo Silva (2000), na história da filosofia ocidental está associado à busca de formas apropriadas de tornar o "real" presente, ou seja, apreendê-lo o mais fielmente possível por meio de sistemas de significação.

A significação, nesse sentido, pode ser percebida em duas dimensões: "a representação externa, por meio de sistemas de signos, como a pintura, por exemplo, ou

---

<sup>9</sup> David E. Sopher: 1923-1934. Geógrafo, professor da Universidade de Syracuse. Sua obra mais conhecida é "Geography of Religions"(1967).

a própria linguagem; e a representação interna, ou mental - a representação do “real” na consciência.” (Op.cit p.90).

Para a teoria filosófica pós-estruturalista, a representação ainda é entendida como um sistema de significação, mas são negados “os pressupostos realistas e miméticos associados à sua concepção filosófica” (op.cit. p.90).

A representação é entendida somente por sua dimensão de significante, como um sistema de signos, um traço visível e exterior. É uma forma de atribuição de sentido e como todo sistema de significação é arbitrária, instável e indeterminada.

Stuart Hall<sup>10</sup>, ao analisar as práticas de representação defende que a representação é a produção do significado em nossa mente através da linguagem e, portanto liga o significado e a linguagem à cultura.

Para ele, representar é usar a língua/linguagem para dizer algo significativo ou representar o mundo de forma significativa a outrem, sendo parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura.

Segundo o autor existem dois tipos de processos envolvidos na representação: o primeiro ligado ao sistema de analogia a um conjunto de representações mentais que possuímos; o segundo relacionado à linguagem que possibilita a existência de um mapa conceitual partilhado, através do qual possamos representar ou intercambiar significados ou conceitos.

Segundo o autor aprendemos a referenciar o mundo, as pessoas e os eventos por um sistema de construção de signos. Os signos representam a união das imagens mentais com o seu significado, que são estabelecidos culturalmente.

Estes significados são definidos de forma tão objetiva que nos parecem naturais e inevitáveis, mas isso só ocorre porque nos tornamos, desde crianças, sujeitos culturais.

---

<sup>10</sup> **Stuart Hall** : nasceu em 1932, Jamaica. Radicalizou-se na Inglaterra em 1951. Sociólogo e PhD. em Literatura Americana. Foi Diretor do "Centre for Contemporary Cultural Studies at Birmingham University" e Professor da "Open University". Principais obras publicadas: *Modernity and Its Future* (1992), *What is Black in Popular Culture?* (1992), *Cultural Identity and Diaspora* (1994), *Questions of Cultural Identity* (1996), *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies* (1996), *Cultural Representations and Signifying Practices* (1997) e *Visual Cultural* (1999).

Segundo Hall (1997) o significado não está no objeto, nem na pessoa, nem na coisa, nem mesmo na palavra e sim na sua formação cultural.

A noção de arbitrariedade nesse momento faz-se importante para a compreensão do funcionamento desse sistema: a relação entre o signo, o conceito e o objeto a que nos referimos é arbitrária porque esta corresponde à determinada construção social aceita e reconhecida como tal, embora pudesse ter sido estabelecida de outra forma completamente adversa.

A construção de signos e significados é o que permite que convivamos em nosso ambiente cultural como seres dotados das mesmas capacidades de expressão e comunicação.

Analogamente, as representações culturais também são produtos determinados pela sociedade. Como explica Woodward, “é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos” (2000. P.17).

Segundo Hall, “Dizer que duas pessoas pertencem à mesma cultura é dizer que eles interpretam o mundo com aproximadamente os mesmos modos e podem expressar seus pensamentos e sentimentos sobre o mundo de forma que serão entendidos um pelo outro.” (2003, p.2), mas o autor alerta para que embora muitas vezes a cultura possa parecer unitária e cognitiva, “ toda cultura tem sempre uma grande diversidade de significados sobre qualquer tópico, e mais de uma maneira de interpretá-lo e representá-lo”. (2003,p.3).

Assim a representação se liga a identidade. É por meio da representação que a identidade passa existir.

A identidade é fundamental para a legitimação de um grupo social, e para isso é necessário a eleição de determinados marcos simbólicos que garantam o sentido de permanência e de pertencimento a este grupo, como por exemplo, nacionalidade, regionalidade, etnia, religião, time de futebol ou práticas sociais e também a elaboração de representações materiais como bandeiras. Sem esses pontos em comum, a identidade não consegue ser reconhecida pelos pares.

Para Hall, “a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal. É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão. ” (2000.p.106).

A formação de identidade dos grupos culturais depende da definição de seus elementos culturais, da sua memória e da sua representação perante seus detentores, assim, identidade “é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de *divisão*, que quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 2007, p. 113).

As identidades culturais estão estreitamente ligadas às relações de poder. Elas não são construídas simplesmente por elencar uma série de elementos em detrimento de outros. Elas precisam ser representadas, e precisam prevalecer sobre as outras tantas identidades que poderiam ser construídas. Segundo Hall,

elas emergem no interior de modalidades específicas de poder e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que do signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna.[...] Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo “identidade” assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe “falta”- mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado. (op.cit. p.109 e 110).

A identidade é ao mesmo tempo um fenômeno de inclusão e de exclusão, isso porque ela identifica o grupo (membros de um grupo são idênticos, sob um ponto de vista) e distingue outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros, sob o mesmo ponto de vista). Nessa perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção “nós/eles”, baseada na diferença cultural. A



formação de identidade faz com que o indivíduo se sinta participante da cultura em que está inserido. Portanto, para as diferentes percepções culturais, é necessária a construção de diversos significados simbólicos e identitários.

Silva (2000) afirma que para a compreensão da identidade deve se considerar sua relação intrínseca com a diferença, pois a identidade não existe sem a diferença. A afirmação de certa identidade é a negação de muitas outras. Ser brasileiro significa não ser argentino, alemão, chinês, japonês, por exemplo.

Toda produção de significado, e de construção de identidade, está relacionada às determinações sociais de uma sociedade, logo, é um processo dinâmico e contínuo. A identidade é recriada a todo instante, tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do suporte físico (ambiente) na qual ela se estabelece.

Pode-se definir identidade urbana como o conjunto de formas e elementos que definem uma determinada paisagem. É o que diferencia essa paisagem de tantas outras, mas, é mais do que isso: é a representação cultural de determinada sociedade e de sua evolução no tempo.

Por ser uma forma de identidade, esta também é construída socialmente, e por isso carrega toda relação de poder intrínseca na representação e formação desta paisagem.

É importante destacar que a construção da identidade cultural não se restringe somente a materialidade dos elementos formadores da paisagem.

Não se pode pensar em identidade cultural sem incluir os elementos imateriais, que são de certa forma, também, enormemente responsáveis pela diversidade cultural das sociedades.

Pode se considerar como elementos imateriais de uma sociedade: os saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano), as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); as celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social); e os lugares (mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas).

### 1.3 O caminhar e a fruição do lugar

Quase a totalidade dos elementos enumerados por Sitte, Jacobs, Lynch, Cullen e Schafer pode ser percebida e apreendida pelo caminhar no espaço urbano, sem rumo ou pressa, somente pelo prazer de usufruí-lo, entendendo que esta fruição/percepção está totalmente relacionada com a cultura acumulada daquele que experimenta o lugar.

O andarilho estabelece uma atividade dinâmica que é essencial para a vida urbana, já que o caminhar possibilita a simultânea leitura e escrita do espaço urbano, revelando-se um bom instrumento de percepção, apreensão e crítica das características, variações e mutações do mesmo.

A errância permite olhar a cidade com novos olhos e transformar o caos urbano em uma experiência sensorial que define a própria cidade e a individualiza de tantas outras.

Perder-se em uma cidade é talvez o modo mais interessante de conhecê-la. Os percursos, porque dependem da experiência individual, tecem narrativas urbanas subjetivas e, portanto, roteiros originais.

O percurso espontâneo - mais interessante que as indicações dos mapas turísticos - pressupõe que a cidade deva oferecer diversidade.

Toda paisagem urbana, nesse sentido, deveria dispor de número suficiente de referenciais urbanos e variedade tipológica para tornar os percursos mais ricos e legíveis, interessante como experiência imagética.

Na obra “A alma encantadora das ruas”, João do Rio, pseudônimo de Paulo Barreto<sup>11</sup>, influenciado por Charles Baudelaire e Walter Benjamin e a figura do *flâneur*, nos fornece uma visão muito peculiar de se olhar o movimento urbano, e elenca uma série de elementos e atores que podem ser percebidos ao se caminhar sem pressa e, no entanto atento à cidade.

Para compreender a psicologia da rua não basta gozar-lhe as delícias como se goza o calor do sol e o lirismo do luar. É preciso ter espírito

---

<sup>11</sup> **Paulo Barreto** (pseudônimo literário: João do Rio). 1881-1921. Jornalista, cronista, contista e teatrólogo, nasceu e faleceu no Rio de Janeiro, RJ. Membro da Academia Brasileira de Letras. Escreveu A encantadora alma das ruas, entre muitos outros títulos.

vagabundo, cheio de curiosidades malsãs e os nervos com um perpétuo desejo incompreensível, é preciso ser aquele que chamamos flâneur e praticar o mais interessante dos esportes — a arte de flânar. (Op.cit. p.2)

Em sua definição “Flânar é a distinção de perambular com inteligência. Nada como o inútil para ser artístico. Daí o desocupado *flâneur* ter sempre na mente dez mil coisas necessárias, imprescindíveis, que podem ficar eternamente adiadas.” (Op.cit. p.3).

Ele enfatiza o quanto caminhar pela cidade pode se tornar uma experiência ímpar, que depende da percepção do indivíduo, e o quanto ele está suscetível a estes novos estímulos.

O flâneur é ingênuo quase sempre. Pára diante dos rolos, é o eterno “convidado do sereno” de todos os bailes, quer saber a história dos boleiros, admira-se simplesmente, e conhecendo cada rua, cada beco, cada viela, sabendo-lhe um pedaço da história, como se sabe a história dos amigos (quase sempre mal) acaba com a vaga idéia de que todo o espetáculo da cidade foi feito especialmente para seu gozo próprio. O balão que sobe ao meio-dia no Castelo, sobe para seu prazer; as bandas de música tocam nas praças para alegrá-lo; se num beco perdido há uma serenata com violões chorosos, a serenata e os violões estão ali para diverti-lo. E de tanto ver que os outros quase não podem entrever, o flâneur reflete. As observações foram guardadas na placa sensível do cérebro; as frases, os ditos, as cenas vibram-lhe no cortical. Quando o flâneur deduz, ei-lo a concluir uma lei magnífica por ser para seu uso exclusivo, ei-lo a psicologar, ei-lo a pintar os pensamentos, a fisionomia, a alma das ruas. (op.cit. p.3.).

Em “Walkscapes: o caminhar como prática estética” (2013), Francesco Careri defende que é o caminhar, desde da antiguidade, um meio de transformar fisicamente e simbolicamente a paisagem.

Afirma que “Foi caminhando que o homem começou a construir a paisagem natural que o cercava.” (Op.cit p. 27) e que “A partir dessa simples ação foram desenvolvidas as mais importantes relações que o homem travou com o território” (op.cit. p.28).

No livro em questão o autor traça um histórico sobre o “caminhar como forma de intervenção urbana” (op.cit p.28) e a “errância como arquitetura da paisagem” (op.cit p.28), que vai do Egito e Grécia Antiga, com a edificação de seus menires (“o primeiro objeto situado na paisagem a partir do qual a arquitetura se desenvolveu”. Op.cit p.31), até os dias atuais, com a prática de “caminhadas exploratórias” de grupos como o Stalker (“um coletivo que envolve pesquisa e ações dentro da paisagem com especial atenção para as áreas em torno margens da cidade e do espaço urbano esquecido, e áreas abandonadas ou regiões em transformação” (em: <http://www.osservatorionomade.net/tarkowsky/manifesto/manifesting.htm> ).

Afirma que essa antiga prática de produção de arquitetura e paisagem, frequentemente esquecida pelos arquitetos e urbanistas, tem sido recuperada ao longo do tempo por diversos poetas, filósofos e artistas.

Como forma de exemplificar o seu ponto de vista, o autor elenca três momentos importantes da história da arte que tiveram como ponto comum uma experiência ligada ao caminhar: a passagem do dadaísmo ao surrealismo (1921-24), da Internacional Letrista à Internacional Situacionista (1956-57) e do minimalismo à Land art.

Segundo Careri, ao analisar esses episódios consegue-se “uma história da cidade percorrida que vai da cidade banal do dadá à cidade entrópica de Smithson, passando pela cidade inconsciente e onírica dos surrealistas e pela lúdica e nômade dos situacionistas.” (Op.cit p.28).

Para o movimento dadá a realização de suas “visitas-excursões” (Op.cit p.29) a lugares banais da cidade eram “uma forma concreta de realizar a dessacralização total da arte e vida, entre sublime e cotidiano.” (Op.cit p.74).

Importante notar que a primeira ação do grupo ocorreu em Paris, cidade que era desde o início do século, palco para o *flâneur*, o eterno conhecedor da rua. “O dadá elevou a tradição da *flânerie* a operação estética” (op.cit p.74).

Diferentemente do que até o momento era considerado inserções artísticas no meio urbano, das manifestações dadaístas não resultavam objetos materiais, como

esculturas ou mobiliários. Os registros elaborados nestas e para estas, como as fotos, os panfletos, os artigos e descrições eram as próprias intervenções.

O movimento dadá, ainda que de forma embrionária, aplica as pesquisas desenvolvidas por Freud sobre o inconsciente da cidade, as quais serão mais bem desenvolvidas pelos surrealistas.

Em 1924, o grupo dadaísta parisiense organiza um percurso errático em um amplo território natural da área central da França, como resposta às manifestações dadaístas realizadas até então, e que já apresentavam certo desgaste em sua concepção. Dessa vez o lugar de ação não seria a cidade, mas um território rural, uma “deambulação em campo aberto” (op.cit p.78).

Essa viagem, “empreendida sem escopo e sem meta, tinha-se transformado na experimentação de uma forma de *escrita automática no espaço real*, uma errância literário-campestre impressa diretamente no mapa do território mental.” (Op. Cit p. 78), marcou definitivamente a passagem do dadá para o surrealismo.

O caminhar em grupo, sem rumo definido, pelas zonas marginais de Paris, com o intuito de explorar partes da cidade que pareciam alheias às transformações burguesas da época, tornou-se atividade costumeira dos surrealistas.

O surrealismo – talvez ainda sem compreender completamente o seu alcance enquanto forma estética – utiliza o caminhar como meio através do qual indagar e desvelar as zonas inconscientes da cidade, aquelas partes que escapam do projeto e que constituem o que não é expresso e o que não é traduzível nas representações tradicionais. (Op.cit p.83).

O surrealismo, com a convicção de que a análise do espaço urbano podia revelar uma realidade não visível, trabalhou maneiras de formalizar a compreensão destas. São exemplos os “*mapas influenciadores [...] mapas baseados em variações da percepção obtidos mediante o percurso do ambiente urbano, em compreender as pulsões que a cidade provoca nos afetos do pedestre.*” (Op.cit. p.82).

No início dos anos cinquenta, o movimento Internacional Situacionista ganha força. Admitido ser o “perder-se na cidade uma possibilidade expressiva concreta de

antiarte”, cria um novo termo: a *Dérive*, utilizado para definir um tipo de experiência comportamental que busca observar como o contexto urbano influencia nas condições psíquicas e emocionais das pessoas.

A Deriva, assim como a deambulação, é fundamentada na prática da errância urbana e busca a leitura subjetiva da cidade, mas com intuito de transformá-la em um método objetivo de exploração do ambiente urbano.

Nesse esforço, surgem alguns ensaios sobre o tema, mas é Guy Debord<sup>12</sup> que em 1956 define a “Teoria da Deriva”, em artigo de mesmo nome.

Para ele, a deriva aceita o destino, o acaso, mas não se justifica nele e sugere que se estabeleçam antecipadamente alguns fatores para a experiência, como a extensão do espaço a ser explorado, a duração temporal da mesma e o seu número de participantes.

A parte aleatória é menos determinante do que se crê: no ponto de vista da deriva, existe um relevo psicogeográfico nas cidades, com correntes constantes, pontos fixos e multidões que fazem de difícil acesso à saída de certas zonas [...] O acaso joga na deriva um papel tanto mais importante quanto menos estabelecido esteja à observação psicogeográfica. Mas a ação do acaso é naturalmente conservadora e tende, em um novo marco, reduzir tudo à alternativa de um número limitado de variáveis, e ao cotidiano. (Debord, Guy. *Theorie de la derive*, 1956)

Através da “errância construída” e mapas psicogeográficos, a consciência e a inconsciência se encontram, e revelam não só um novo meio de mostrar a cidade, mas também uma forma lúdica de reapropriação da mesma.

Na segunda metade do século, artistas da Land art vislumbram no caminhar uma forma de arte e de intervenção.

Explorando o percurso inicialmente como objeto e depois como experiência, esses artistas revisitam, por meio do caminhar, as origens remotas do paisagismo e das relações entre arte e arquitetura.

---

<sup>12</sup> Guy Debord: (1931-1994). Escritor francês. Foi um dos pensadores da Internacional Situacionista e da Internacional Letrista e autor da Teoria da Deriva. Alguns de seus textos foram a base das manifestações do Maio de 68. A Sociedade do Espetáculo é o seu trabalho mais conhecido.

A obra “A Line Made by Walking”(1967), de Richard Long<sup>13</sup> é referência desse momento: um rastro marcado somente com o pisoteio do artista na relva de um campo, que transforma o caminhar em forma de arte independente, sem a necessidade de nenhum objeto escultórico a mais.

No mesmo ano, Robert Smithson<sup>14</sup> que via no viajar uma necessidade instintiva de busca e experimentação, organiza “A Tour of the Monuments of Passaic”, uma viagem pelos espaços vazios e esquecidos da periferia contemporânea de Passaic, New Jersey.

Para o artista a nova paisagem que se apresenta nos subúrbios exige uma nova disciplina que seja capaz de captar os significados de suas transformações e mutações e seu “discurso parte de uma aceitação da realidade tal como se apresenta e prossegue num plano de reflexão geral em que Passaic se torna o emblema da periferia do mundo ocidental, o lugar do resíduo e da produção de uma nova paisagem feita de dejetos e de desconcertos” (Op.cit p. 148). Smithson usa a periferia urbana como “metáfora da periferia da mente, dos resíduos do pensamento e da cultura.” (Op.cit p.143).

Atualmente o grupo de pesquisa “Stalker”, que tem Francesco Careri como idealizador e membro, se ocupa da leitura da cidade contemporânea sob a ótica da errância. O nome “stalker” é uma homenagem ao filme homônimo de André Tarkovsky (1978). O filme se ambienta em uma “zona mutante”, um território em que a natureza tem evolução autônoma. Os Stalkers são os *experts* que sabem se mover pela “zona”, os guias que conhecem as suas entradas, saídas e armadilhas.

A primeira experiência do Stalker ocorreu em 1995 e foi chamada de “Stalker Attraverso i territori Attuali”, que consistiu em uma caminhada de quatro dias pelos denominados “Territori Attuali”, os espaços intermediários em torno da cidade de Roma, que não pertencem a Roma histórica e tampouco a região campestre, na qual buscavam perceber e compreender o que ocorria nessas margens.

---

<sup>13</sup> Richard Long: (Bristol, UK1945). Escultor, pintor e fotógrafo. Um dos mais conceituados artistas britânicos que trabalham com intervenções na paisagem. Indicado para o prêmio Tuner em 1984,1987,1988 e 1989, quando conquistou o primeiro lugar com a obra “White Water Line”

<sup>14</sup> Robert Smithson: (Passaic, EUA 1938-1973) Pintor e escultor. Estudou no *Art Students League* em Nova York. Artista influente na arte do século XX. Conhecido por propor novos modos de relacionar a arte com o espaço físico no contexto da chamada ‘Earth Art’ e por explorar novos gêneros e mídias.

O grupo, através da transurbância, termo criado por Careri para designar um tipo específico de caminhar – o percorrer por espaços urbanos periféricos, por zonas intersticiais, por fronteiras visíveis ou invisíveis da cidade - realiza pesquisas e ações sobre o território, com especial atenção para a periferia urbana e espaços urbanos em desuso ou em transformação.

Essas atividades, que combinam o caminhar, a observação e intervenções lúdicas e interativas no ambiente urbano, têm como objetivo promover tais locais, torna-los visíveis e melhorar entre os usuários destes lugares a autoconsciência de suas comunidades, a fim de aumentar a participação social e fortalecer os métodos de gestão dos problemas urbanos apresentados.

Perder-se nos “vazios urbanos”, no suposto caos das periferias, leva à descoberta de um complexo sistema de espaços públicos, com normas específicas, que se transformam rapidamente e de forma contínua.

Os ditos “vazios urbanos” na verdade são locais repletos de significados e múltiplas identidades, com dinâmicas e estruturas próprias que carecem de análise e compreensão.

Segundo Careri são nestes espaços que a “cidade sedentária” percebe e reconhece a presença da “cidade nômade”, embora as duas convivam há muito em um processo sutil e recíproco de trocas.

Nas dobras da cidade cresceram espaços em trânsito, territórios em transformação contínua no tempo. É nesses territórios que hoje se pode superar a milenar separação entre espaços nômades e espaços sedentários [...] Hoje a cidade nômade vive dentro da cidade sedentária, nutre-se dos seus resíduos, oferecendo em troca a sua própria presença, como uma nova natureza que pode ser percorrida somente se for habitada.” (op.cit p.30 e 31).

Para o autor o caminhar deve ser utilizado pela arquitetura e pelo urbanismo como “instrumento cognitivo e projetual” [...] “capaz de descrever e modificar os espaços metropolitanos que muitas vezes apresentam uma natureza que ainda deve ser



compreendida e *preenchida de significados*, antes de projetada e *preenchida de coisas* (op.cit p.32).

#### 1.4 A importância do patrimônio imaterial na valorização dos espaços urbanos

Sendo a essência da cidade a ação do homem sobre a natureza, esta é o reflexo dos diferentes modos pelos quais os grupos sociais definiram a sua identidade, diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir enquanto membros de uma realidade. O urbano é um fenômeno cultural.

Analisar as relações sociais, as práticas e costumes, os comportamentos e hábitos dos usuários em determinado espaço urbano nos fornece tantas informações quanto observar a sua morfologia na tentativa de entender o domínio e a transformação deste local, os seus períodos de transformação e seu crescimento, uma vez que as sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas.

Ao entender o espaço urbano como resultado da ação humana e reflexo da sociedade que o produz, é necessário considerar a importância que a memória, enquanto criadora do sentido de pertencimento, influencia nesse processo. “Todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1988, p.11).

Considerando patrimônio como “o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações.” (unesco: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>) pode-se considerar patrimônio tudo o que representa a memória e a formação de identidade de um grupo social, sejam materiais ou imateriais.

Assim, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos podem ser atualmente reconhecidos como patrimônio cultural. Mas a amplitude desse conceito de patrimônio é relativamente nova. Um breve resumo da legislação pertinente se faz necessário para elucidar essa evolução.

A Carta de Atenas para o Restauo de Monumentos (1931), formulada no Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, definiu pela primeira vez princípios básicos para a conservação e restauro dos bens culturais,

contribuindo para o desenvolvimento de um amplo movimento internacional, que se materializou no trabalho do ICOM, da UNESCO, e na criação de um Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais.

Foram definidas sete resoluções, entre as quais, dar uso aos monumentos respeitando o seu caráter; A Prioridade da Conservação antes do Restauro; Utilização de técnicas e materiais modernos no trabalho de restauro; e Cooperação Intelectual Universal e Educação.

Com o desenvolvimento da investigação crítica, surgiram problemas cada vez mais complexos, o que tornou necessária a criação de um novo documento, visando atualizar a Carta e ampliar seus conceitos. Assim, em 1964, no Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, que aconteceu em Veneza foi formulada a Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios).

Em 16 artigos, ressalta a consciência da unidade dos valores humanos, sendo os monumentos históricos considerados patrimônios comuns, bem como a sua envolvente rural ou urbana. O domínio patrimonial passou a abranger conjuntos edificados e tecido urbano, e não só os edifícios individuais e a arquitetura erudita. Alargou o conceito de patrimônio a sítios, urbanos ou rurais, e englobou tanto as grandes criações, como as realizações mais modestas.

A noção de patrimônio passa de monumental para urbano. É reconhecida a responsabilidade coletiva de protegê-lo para as gerações futuras, pois o mesmo é testemunho das tradições de várias gerações, devendo ser preservada a sua riqueza, autenticidade e valor patrimonial.

A Carta pretendia a criação de um acordo de âmbito internacional, definindo os princípios básicos da preservação e restauro de edifícios antigos, como a multidisciplinaridade nas intervenções, o repúdio às reconstituições, e a marcação da sua contemporaneidade. Cada país poderia, depois, de acordo com a sua cultura e tradições, responsabilizar-se pela sua aplicação.

Nesta Carta foi reconhecida a dificuldade em recriar os tecidos sociais e a qualidade existente nas cidades antigas, sendo, por isso, valorizada a necessidade de salvaguardá-las e conservá-las.

Este documento foi um marco no que diz respeito ao patrimônio, tendo repercussões em várias cidades e vilas europeias, onde foram efetuadas intervenções segundo os seus princípios, sendo depois acrescentados os conteúdos dos documentos que foram surgindo na sequência deste.

Com o crescente aumento da preocupação pelo patrimônio, e com o alargamento deste conceito, sucederam-se vários documentos, reflexões e apresentações sobre este tema.

Em 1972 foi aprovada pela UNESCO a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, com o objetivo de definir um sistema de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural.

O Comité dos Monumentos e Sítios do Conselho da Europa declara o ano de 1975 como o Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico.

É publicada a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico (Declaração de Amsterdam), que estabelece a consciência da intervenção do núcleo urbano, regional e nacional, no fenómeno do declínio dos centros históricos. Mas suas causas e suas resoluções não se concentraram somente no centro histórico. É definido o conceito de conservação integrada.

As estratégias de planejamento urbano e de ordenamento do território deveriam ter como objetivo complementar a conservação do patrimônio.

Esta conservação não deveria ser somente do fator físico. Surge a consciência de variados intervenientes neste processo, como as questões culturais, educacionais, sociais, econômicas, jurídicas, etc.

Foi estabelecido que a recuperação não deveria implicar uma alteração da estrutura social dos seus residentes, ao mesmo tempo que é salientada a importância da participação da população, em todas as fases dos processos, para o sucesso das operações.

Em 1976 decorreu a 19ª Reunião da UNESCO, em Nairóbi, sendo criada a Recomendação relativa à salvaguarda e papel contemporâneo das áreas históricas.

Foi um apelo a todos os habitantes de cidades ou centros históricos, que procurassem a integração dos núcleos mais antigos nas dinâmicas da cidade contemporânea, mantendo a ambiência social pré-existente.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa propôs, em 1979, a utilização de medidas de conservação integrada, com maior incidência no espaço público. Visava à melhoria do ambiente urbano nas zonas antigas das cidades, e para isso recomendava a criação de áreas peatonais, às restrições ao tráfego automóvel, o plantio de árvores, entre outras medidas.

No início dos anos 80, foi criada a Campanha Europeia pelo Renascimento das Cidades com o objetivo de alargar a noção da intervenção nas cidades que defendia a realização de intervenções numa extensão maior, de modo a evitar a degradação irreversível e manter a vida destes núcleos históricos em vez de ações pontuais.

Essas intervenções poderiam não ser tão profundas quanto as pontuais, mas permitiriam a continuidade da vivência dos centros históricos. Além deste aspecto, a participação da população na recuperação do seu ambiente urbano era também muito incentivada.

O ICOMOS adota, em 1987, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Toledo), que é criada com o objetivo de complementar a Carta de Veneza.

Determina que todas as cidades são históricas já que testemunham a evolução de uma determinada sociedade ao longo da História.

São definidas linhas gerais para a preservação das cidades e dos centros históricos, numa tentativa de evitar perdas de carácter urbano, cultural, social e económico.

A memória deve ser preservada, sendo para isso definidos objetivos, princípios e métodos de proteção, conservação e restauro. No entanto, o enquadramento na vida contemporânea, a ligação entre o centro histórico e a cidade, e a participação, são também pontos defendidos.

Surge uma nova visão nos planos de ordenamento e nos planos urbanísticos, onde passa a figurar a preocupação da salvaguarda.

A Carta de Cracóvia (2000) resulta da Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000” e é também um documento complementar a Carta de Veneza. O ponto principal deste documento é a ideia de que o desenvolvimento da civilização está muito associado ao património cultural.

A resolução 98 (2000), resultado do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa sobre cidades históricas aborda a dificuldade em preservação. Propõem uma abordagem sustentável na gestão destas cidades como núcleo da vida cultural, defendendo a conservação, como meio de reduzir o desemprego, promover a coesão social e o crescimento económico.

São destacadas as vantagens da preservação destes núcleos, não só ao nível ambiental, como também económico.

A Declaração de Varsóvia reflete uma preocupação pelo diálogo intercultural, e pela preservação da herança comum, respeitando a diversidade cultural e promovem a identidade e a coesão e unidade Europeias.

Como desenvolvimento disto temos o destaque da importância da preservação das resultantes de variáveis materiais e imateriais que se manifestam nos sítios urbanos (conceito de lugar), iniciada pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003).

Mais tarde, essa tendência foi confirmada e expandida por intermédio da Declaração de Québec sobre a preservação do “*spiritu loci*” – espírito do lugar – (Icomos, 2008), elemento fundamental na caracterização de áreas urbanas.

A citada Declaração destacou que as “ (...) comunidades que habitam o lugar, especialmente quando se trata de sociedades tradicionais, deveriam estar intimamente associadas à proteção de sua memória, vitalidade, continuidade e espiritualidade”.

Paralelamente às discussões mundiais acerca do patrimônio material e imaterial é criado no Brasil, pelo Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) que estabelece uma nova forma de atuação do Estado em relação aos patrimônios imateriais brasileiros.

Formulado pelo IPHAN, inova ao ampliar seu objeto de patrimonialização, propondo o processo de registro de bens culturais imateriais e a elaboração de planos de salvaguarda para determinar as ações a serem realizadas.

Tem como objetivo fomentar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, compreendendo-o como um bem cultural que representa a identidade cultural brasileira.

Segundo o PNPI, os bens culturais de natureza imaterial são as “criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social” (2006).

Dessa forma, o patrimônio cultural imaterial engloba os saberes, as celebrações, as formas de expressão, os lugares - modos de fazer que comunicam algo sobre a identidade de um povo, transmitido de geração em geração - são memórias coletivas que se materializam através de bens simbólicos.

O patrimônio, tanto material quanto imaterial, é o reflexo da identidade de um povo. A inclusão das representações culturais no conceito de patrimônio representa um marco importante na valorização da cultura local. O contraponto a uma “cultura de massas”.

Ao se agregar valor simbólico aos bens culturais, há o reconhecimento e identificação da história e cultura da população local e este pode ser responsável pelo desenvolvimento social, econômico e cultural desse povo.

A característica mais importante dos patrimônios imateriais é a sua capacidade de transformação, adaptação e construção de novos significados simbólicos conforme as demandas do ambiente e de seus atores.

[...] patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003) - Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Diferentemente dos bens materiais que são restaurados, preservados e conservados, os bens imateriais são preservados pela transmissão do saber as novas gerações, que ao se apropriarem desse saber garantem a continuidade da prática cultural.

Dessa forma é preciso o cuidado ao documentar e registrar essas práticas, para que o resultado seja a valorização da cultura existente, de forma que se consiga a reativação ou revitalização da mesma, beneficiando, resguardando e garantindo a

continuidade dos grupos locais envolvidos, que são os componentes principais destas manifestações.

## CAPÍTULO 2: A PAISAGEM CULTURAL DO BAIRRO IMPERIAL DE SÃO CRISTÓVÃO

### 2.1 A Evolução do Bairro

Inicialmente habitada por índios tamoios, São Cristóvão foi parte integrante da Sesmaria Iguaçu, que se estendia do Rio Comprido a Inhaúma, que foi doada aos jesuítas por Estácio de Sá, em 1565, como estratégia de ocupação e conquista do recôncavo da Guanabara para a formação da Cidade do Rio de Janeiro, através da instalação de engenhos e fazendas que abasteciam a cidade com gêneros alimentícios.

Destacam-se, neste período de ocupação jesuíta, pequenas obras de engenharia e irrigação, que possibilitaram os primeiros aldeamentos destinados à catequese dos índios; a abertura dos primeiros caminhos, entre eles o conhecido caminho de São Cristóvão, utilizado como via de comunicação da cidade com o interior, posteriormente incorporado à antiga Estrada Real; o espaço livre público destinado a trocas mercantis, onde se encontra atualmente o Campo de São Cristóvão e a capela em homenagem a São Cristóvão, construída em meados de 1627, junto à praia que passou a ser conhecida pelo mesmo nome.

Figura 2: Visão panorâmica do povoado do Campo de São Cristóvão em seus primórdios. A capela representada era a “Igrejinha”.



Fonte: FERREZ, Gilberto. *Aquarelas de Richard Bate (1851, esboço de 1809)*. Galeria Brasileira: Rio de Janeiro, 1965. p. 76-77

A capela, conhecida como igrejinha, pode ser considerada como o primeiro marco arquitetônico associado à paisagem da região, a apesar das diversas reformas e



descaracterização sofridas, ainda se localiza no mesmo local de origem, marcando assim um limite do antigo litoral aterrado.

Com a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, em 1759, a Sesmaria Iguazu foi novamente incorporada à Coroa portuguesa e dividida em sítios e grandes chácaras, que foram vendidas ou arrendadas em grande parte para ainda insipiente classe mercantil.

A sede da antiga fazenda foi entregue à Irmandade da Candelária que após algumas modificações no prédio principal fundou o Hospital dos Lázaros, que existe até hoje no mesmo local, embora bastante descaracterizado da construção inicial.

Uma dessas chácaras, comprada pelo comerciante português Antônio Elias Lopes, recebeu o nome de Quinta da Boa Vista. Na parte mais elevada do terreno foi construído, por volta de 1792, um imenso casarão de dois pavimentos, a sede da chácara, considerada na época uma das melhores residências da cidade.

Este palacete serviu de residência da família real portuguesa entre 1808 e 1821, quando da sua transferência para o Brasil devido à invasão de Portugal pela França, sendo conhecido como Paço Real de São Cristóvão.

Este episódio gerou grande impulso no desenvolvimento urbano local, e a região viveu seu período de apogeu, que perdurou ao longo de todo o período imperial, até 1889.

Com o status de real, e abrigando grande parte da elite aristocrática, o Bairro recebeu benfeitorias que a nova condição exigia.

Os pântanos foram aterrados para abertura de novos caminhos, assim como o Mangue de São Diogo, o que tornou mais curta a ligação do Bairro com o centro da cidade.

São desta época os principais melhoramentos na infraestrutura da região: a implantação da via férrea, a instalação das linhas de bondes, a iluminação pública e domiciliar a gás, esgotamento sanitário, fornecimento de água encanada e a construção do Canal do Mangue.

São também desse período importantes marcos da paisagem urbana do local, alguns já protegidos por tombamentos das diversas estâncias: o jardim da Quinta da Boa Vista, projetados e implantados pelo paisagista francês Auguste Glaziou; o reservatório da Quinta da Boa Vista; o Reservatório do Pedregulho; a estação elevatória e de tratamento de água de São Cristóvão; o Observatório Nacional, que hoje abriga também o Museu de Astronomia; o Solar da Marquesa de Santos, hoje, Museu do 1º Reinado.

Com a proclamação da República em 1889, o Bairro que já vinha perdendo gradativamente seu prestígio de residencial nobre para os bairros da zona sul, especialmente Botafogo, acelera sua decadência como área residencial.

Durante a república o processo de industrialização da cidade é estimulado, e São Cristóvão que já apresentava um bom número de atividades industriais de pequeno porte, se torna muito atrativo a esse uso.

Muitos dos casarões desocupados foram adquiridos para fins comerciais e industriais, em função das vantagens que o lugar proporcionava, como por exemplo: a proximidade com o centro da cidade, farto transporte público, abastecimento de água, energia elétrica e a sua localização entre dois eixos ferroviários e o porto.

Entre o final do século XIX e a década de 20, considerado o período da ascensão mercantil e industrial do Rio de Janeiro, a paisagem da região apresenta mudanças significativas.

O tecido urbano local, composto de lotes pequenos de dimensões variadas, passa a apresentar também lotes maiores, destinado as grandes indústrias que ali se instalaram.

A reforma de Pereira Passos e sua política higienista também foram responsáveis por modificações da paisagem do Bairro, como as obras de melhoramento e embelezamento do Campo de São Cristóvão, quando o mesmo recebeu o coreto, que ainda existe e é tombado pelo estado do Rio de Janeiro.

Figura 3: Campo de São Cristóvão em 1906.



Fonte: Foto de Augusto Mota, 1906, extraída de <http://oriodeantigamente.blogspot.com.br>

A modernização do porto foi uma das obras importantes desta reforma, sendo responsável pela demolição dos trapiches e aterro de parte do litoral de São Cristóvão, para a abertura da Avenida Rodrigues Alves.

A década de 20 é representada pela consolidação das atividades industriais no Bairro, pela construção de várias vilas operárias e adaptações dos palacetes vazios em cortiços para abrigar o proletariado que surgia, pelo desenvolvimento de um comércio voltado aos trabalhadores assalariados, pelo crescimento das favelas e pelo deterioramento de seu patrimônio histórico.

Em 1924 o que havia sobrado da Praia de São Cristóvão é aterrada.

Nos anos seguintes a franca industrialização em São Cristóvão continua, tendo o Plano Agache, em 1930, destinado o Bairro a esse fim.

O Decreto-lei 6000/37 transforma o uso do solo local de residencial para industrial, definindo pela primeira vez uma Zona Industrial – ZI na cidade, que ia de São Cristóvão até o Bairro da Pavuna, na zona norte carioca.

Com o aumento do número de indústrias cresce também o de vilas e de casas em centro de terreno - habitações para a classe média (militares, profissionais liberais,

funcionários públicos e pequenos comerciantes) e também os cortiços e favelas - habitações para classe operária.

Importante observar que este decreto restringia a construção de vilas aos fundos do terreno, reservando a testada do lote a outras tipologias, o que modificou bastante a paisagem do Bairro.

Em 1938 O Paço de São Cristóvão é tombado pelo SPHAN (atual IPHAN), incluindo a Quinta da Boa Vista como área a ser preservada.

A década de 40 é marcada pela inauguração da Avenida Brasil (1946), o que gerou grande impacto no Bairro, o transformando em uma espécie de eixo de ligação entre regiões metropolitanas.

A abertura desta avenida estimulou a saída das grandes fábricas para áreas mais afastadas da cidade, que ofereciam terrenos maiores e mais baratos, o que provocou mudanças na composição e no porte das indústrias de São Cristóvão.

O novo Jardim Zoológico do Rio é inaugurado em 1945, na Quinta da Boa Vista.

A Feira de São Cristóvão, que hoje funciona no interior do Pavilhão de São Cristóvão, surgiu entre os anos 1940 e 1950, e era conhecida como Feira do Nordeste ou Feira dos Irmãos Nordestinos.

Fugindo das constantes secas do Nordeste, em busca melhores condições de vida, os migrantes desembarcavam no Campo de São Cristóvão, local da feira, e muitos acabavam fixando residência em seu entorno, nas diversas pensões e casas de cômodos conhecidas como “*cabeças-de-porco*”, instaladas nos antigos sobrados desocupados do Bairro.

Esses novos usos, aliados a realização da feira, contribuíram para a diminuição da população de classe média que habitava as imediações do Campo de São Cristóvão.

Os anos 50 e 60 têm como principal fato a construção de equipamentos urbanos para fins sociais destinados principalmente ao proletariado da região, como o Conjunto Residencial Mendes De Moraes, conhecido como Pedregulho, projeto de Affonso Eduardo Reidy (tombado pelo município do Rio de Janeiro), o centro de abastecimento

do Estado da Guanabara (CADEG), e o Pavilhão de São Cristóvão, projeto de Sérgio Bernardes.

Figura 4: Pavilhão de São Cristóvão em 1960.



Fonte: Reprodução de foto publicada no jornal O Globo, de 16 de junho de 2002. p33

O Bairro apresenta nesse momento uso diversificado de seu solo como indústrias, comércio, serviços, habitação, educandários, construções militares, religiosas, recreativas, culturais e áreas de lazer.

Nessa época houve a intensificação da transferência das grandes indústrias de São Cristóvão e arredores para a periferia urbana; a erradicação das favelas localizadas ao longo da Av. Brasil, cedendo lugar aos estabelecimentos fabris; a construção da Rodoviária Novo Rio; a criação da Região Administrativa de São Cristóvão e da sociedade Civil do Conselho de Associações e Entidades de São Cristóvão- CAESC.

Em 1964 ocorre o golpe militar, ficando o país sob um novo regime governamental, de caráter autoritário, nacionalista e desenvolvimentista. Nessa fase são realizadas grandes obras de infraestrutura, como a Ponte Rio-Niterói e o incentivo à industrialização do país.

Em 1970 foi instituído o decreto municipal 3800/1970 que proibiu o uso residencial na região, com exceção do uso misto, localizado em eixos comerciais (Centros de Bairro). O impedimento legal de construção de novas habitações gerou graves consequências ao

desenvolvimento do Bairro, além da descaracterização gradativa dos edifícios existentes, através de acréscimos e modificações dos mesmos.

No entanto a formalização da restrição do uso residencial não inibiu a demanda habitacional informal de baixa renda na área, aumentando favelização do Bairro.

Ocorre a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara em 1975, e em 1976 o Decreto 322 é editado, classificando São Cristóvão como ZIC (zona de indústria e comércio), reforçando ainda mais os usos industriais de pequeno e médio porte e usos comerciais, aumentando a importância do setor terciário, e restringindo os residenciais.

Na década de 80, com o fim da Ditadura se inicia a redemocratização da sociedade brasileira, e as associações de moradores ganham força e representação.

Em São Cristóvão surge uma intensa mobilização da comunidade, consciente da importância histórica do bairro, e da relevância em preservar sua memória urbana e cultural, seu patrimônio edificado e de restaurar a qualidade de vida da sua população.

São criados os Planos Locais, os chamados PEUs - Projetos de Estruturação Urbana e São Cristóvão recebe um Plano local em 1986 (Decreto 5840/1986).

A proteção do patrimônio cultural foi incorporada ao planejamento da área dentro de uma estratégia de resgate do Bairro imperial que transformou a Zona de Indústria e Comércio (ZIC) de São Cristóvão em cinco zonas residenciais, restringiu o uso industrial nas restantes, e delimitou quatro áreas de especial interesse para a proteção ambiental.

Em 1990 o decreto 5840/86 é transformado na Lei Municipal 1638/90. A principal razão deste era a exclusão da Rua Bela da área de proteção prevista para o Bairro, para a construção da Linha Vermelha, em 1991, em detrimento da alteração do projeto da via expressa.

O viaduto cruza a região sobre as ruas Bela e Figueira de Melo, importantes desde a formação do Bairro, e por isso compostas de exemplares significativos das diversas fases de transformação da paisagem da região. Parte deste patrimônio ainda existe, embora bastante descaracterizados.

O desrespeito à proteção do patrimônio edificado e principalmente à ambiência urbana do lugar marcou de forma abrupta a paisagem da região, transformando estas ruas em lugares inóspitos.

Em 1993 o PEU foi revisado, introduzindo zonas mistas, de forma a atender ao uso comercial e industrial já consolidados no Bairro. A área de preservação foi reduzida.

No mesmo ano foi editada a Lei Complementar 24/1993 que cria a APAC de São Cristóvão, com o objetivo de contribuir para a formação da memória local, interpretando o Patrimônio Cultural não apenas como os prédios e monumentos notáveis, mas também os conjuntos urbanos representativos das diversas fases de ocupação de Bairro.

Em 2004 houve outra revisão do PEU, pela Lei Complementar no 73/ 2004, que buscou estimular a reabilitação do espaço urbano, através do incentivo ao uso residencial, a valorização do patrimônio histórico, além do estímulo às atividades econômicas, produtivas e de interesse turístico.

Esta Lei revogou o PEU 1993, exceto nos artigos relativos à APAC, até que seja editada sua revisão, com novos critérios de preservação.

Recentes lançamentos imobiliários podem ser percebidos no Bairro, estimulados pelas alterações de parâmetros urbanísticos do PEU 2004.

No entanto, são projetos de grandes edifícios residenciais, com serviços e lazer, voltados para a classe média, com tipologias assemelhadas às de outros bairros e bem distintos das existentes no local, localizados em sua maior parte nos arredores da Quinta da Boa Vista, região que sempre foi a mais valorizada do Bairro.

Atualmente, na Operação Urbana “Porto Maravilha”, São Cristóvão é novamente incluído em uma reforma urbana.

A Operação Urbana Porto Maravilha tem como premissas do projeto a promoção da “reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área” e a realização de “ações para a valorização do patrimônio histórico da região, bem como a promoção do desenvolvimento social e econômico para a população”, mas uma análise mais

aprofundada do escopo dessa Operação Urbana nos permite perceber que palavras como “investidores”, “financiamento”, “nova dinâmica econômica” são utilizadas abundantemente, definindo claramente o caráter econômico dessa intervenção, e o quanto a mesma está alinhada com as estratégias do “city marketing” e da globalização da economia.

Operações Urbanas como a do Porto Maravilha tem se multiplicado por diversas regiões do mundo, e não se limitam apenas a revitalização do patrimônio, sendo mais complexas e envolvendo transformação das funções, do uso e do valor do solo.

Se mal formuladas, estas intervenções de requalificação das áreas centrais podem ter efeitos preocupantes, tendo como exemplo mais representativo o processo de gentrificação.

As intervenções destinadas a São Cristóvão provavelmente só aumentarão os problemas já identificados no Bairro. São intervenções pontuais, basicamente a remodelação de poucas ruas e desapropriações para o uso de grandes investimentos privados.

Aparentemente visam aumentar o valor imobiliário dos novos empreendimentos designados para o local e não têm a pretensão de reconhecer, muito menos, resolver as adversidades existentes, que irão se acentuar com a implantação desses.

## **2.2 A delimitação da “Zona de Caminhada”**

Para a definição da “Zona de Caminhada” tomou-se como ponto inicial o Núcleo Histórico do Bairro Imperial de São Cristóvão, definido a partir da formação do próprio Bairro ao longo do tempo, tendo por referência o eixo imaginário que liga a Igreja de São Cristóvão à Quinta da Boa Vista.

A seguir, o entorno desse eixo imaginário foi analisado segundo Lynch, estabelecendo como limites para a “Zona de Caminhada” os “elementos físicos perceptíveis” (op.cit p.57) na construção simbólica da cidade: as vias/caminhos, os limites, os bairros, os cruzamentos/pontos nodais e os elementos marcantes/marcos.



Figura 5: Delimitação da “Zona de Caminhada” segundo os conceitos de estruturação de Lynch.



Fonte: Desenvolvido pela autora sobre base do Google Maps, acessado em 14.04.2015

Assim, partiu-se da Igreja de São Cristóvão (1), o primeiro marco percebido neste perímetro, em direção ao Pavilhão (2), o segundo marco do entorno e depois seguiu-se pelo Campo de São Cristóvão (3 e 4) em direção ao Largo da Cancela.

O encontro da Rua General Argolo com o Campo de São Cristóvão, o posto de gasolina e suas vias adjacentes configura ponto nodal 5.

Seguindo pela Rua São Luiz Gonzaga chega-se ao Largo da Cancela (6), importante ponto nodal do Bairro por seu comércio e relevância histórica.

Adiante, na Rua Dom Meinardo (7) vê-se um dos antigos portões da Quinta da Boa Vista (Portão da Cancela), e logo a frente, na Avenida Rotary Internacional (8), o muro atual que separa o parque do restante do bairro.

Mais a frente uma rotatória (9) abriga outro antigo portão da Quinta, o Portão da Republica, que já foi o principal acesso a mesma e que marcava o início da Alameda das Sapucaias.

Avançando pela Avenida Dom Pedro II (10), que chama atenção por seu canteiro central e arborização, vemos a Praça Pedro II (11) e a Coluna de Persépolis.

Seguindo a Avenida Dom Pedro II (12) até o fim chega-se à Avenida Francisco Bicalho (13), considerada limite tanto pela existência do canal do Mangue quanto pelo pesado tráfego que apresenta.

Continuando por esta avenida em direção à Avenida Brasil (14) o perímetro de delimitação da zona de caminhada se completa na Rua da Igrejinha, onde se localiza a Igreja de São Cristóvão (1).

Com os limites da “Zona de Caminhada” estabelecidos, diversas visitas exploratórias foram realizadas dentro desse perímetro, com o objetivo de entendimento do lugar e identificação de elementos e informações peculiares dessa paisagem urbana.

Para esse estudo recorreu-se aos três aspectos que concorrem para a apreensão da paisagem elencados por Cullen: a dimensão do visível, que é a visão serial propriamente dita; o local, que diz respeito às reações do indivíduo com relação a sua posição no espaço, o “sentido de localização”, refere-se às sensações provocadas pelos espaços; e o conteúdo, que se relaciona com a constituição da cidade, cores, texturas, escalas, estilos que caracterizam edifícios e setores da malha urbana.

Essa atividade foi dividida em duas partes. Na primeira etapa as visitas exploratórias foram realizadas sem percursos preestabelecidos, e em diferentes horários.

A opção por não definir preliminarmente quais ruas e/ou caminhos seguir para chegar a determinado local tinha a intenção de possibilitar uma maneira peculiar de se observar o movimento urbano e perceber seus elementos e atores, e permitir, concomitantemente, a leitura objetiva e subjetiva destes.

Os percursos foram se definindo no momento em que se “flanava”, conforme os estímulos e elementos eram percebidos, o que permitiu roteiros originais a cada nova errância, e, por conseguinte a observação de novos elementos e estímulos a cada visita exploratória.

Os registros dessa etapa foram discretos - fotografias, filmagens e gravações de áudio com celular - e possibilitaram a ágil documentação dos elementos identificados nestas caminhadas descompromissadas, tais como: as atividades realizadas no espaço público, as apropriações destes espaços, seus atores sociais, os sons escutados, os

odores percebidos, e demais objetos relevantes e imprescindíveis à percepção da experiência urbana e para a estruturação da paisagem.

Embora essa etapa privilegiasse os estímulos sensoriais foram tomados os devidos cuidados para que esse método não fosse utilizado de forma indiscriminada, sem o rigor metodológico que esse procedimento exige em relação à coleta, registro e interpretação pertinentes e coerentes com a realidade estudada, para que tais registros não se resumissem a interpretações emotivas com deformações subjetivas.

Na segunda etapa foi feita a observação pré-programada e atenta das atividades, usos e atores da região que despertaram a atenção na primeira etapa, em dias e horários diferentes, com duração prolongada, e por um lapso temporal suficiente para legitimar o observado, e incluiu algumas pequenas entrevistas informais, não estruturadas, com os diferentes atores sociais presentes nos lugares identificados.

Neste segundo momento da experimentação do lugar, as formas de registro foram previamente planejadas e definidas em função do elemento a ser registrado, de forma a melhor demonstrar suas características específicas.

Após o mapeamento e fichamento dos elementos identificadores da paisagem da “Zona de Caminhada” foi feito um “mapa síntese”, indicando a localização destes e suas classificações em permanentes, dinâmicos e efêmeros.

### **2.3 Os Elementos Identificadores da Paisagem Cultural**

Concebendo paisagem cultural como a resultante da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural, o estudo da paisagem urbana deve ser feito além de seus aspectos materiais, incorporando a dimensão simbólica, social e cultural e percebendo a dinâmica própria que esta possui, de permanente transformação, tanto na percepção visual quanto nas atribuições de significados, não sendo um conjunto coeso sob o mesmo período temporal.

Assim a paisagem cultural expande-se em muitos sentidos almejando sempre a compreensão do mundo e do ser humano com toda a sua pluralidade e subjetividade. É o resultado do espaço vivido, experimentado e relacional, que contém e envolve o ser humano.

É uma relação de interdependência entre a estrutura espacial e material do lugar e suas representações e significados, seus elementos imateriais. O homem para desenvolver e executar suas ações e atividades habituais precisa do espaço físico e tridimensional, e ao realizar tais ações e atividades produz uma infinidade de odores, cores, sons e sensações, que se renovam a todo momento e fomentam a percepção da experiência urbana.

Consideram-se elementos imateriais os que qualificam e enriquecem os ambientes, auxiliando na orientação do espaço e na delimitação dos territórios. São estes elementos que contribuem para a diferenciação de uma paisagem urbana de outra, mesmo que aparentemente, em sua morfologia, sejam elas muito semelhantes.

Para a percepção dos elementos identificadores da paisagem cultural do estudo foi feita a análise do conjunto de elementos mais relevantes de São Cristóvão, aqueles que se destacam na paisagem urbana, que marcam a dinâmica interna do mesmo, que qualificam lugares. Sendo estes materiais ou imateriais são importantes para a construção da memória do lugar, e compõem o patrimônio do bairro.

Trata-se de elementos que carregados de significado para o coletivo, configuram a forma e a imagem do bairro, estruturando assim sua paisagem urbana e cultural e justificam seu estudo individual devido à importância histórica e cultural de cada um na constituição do mesmo, e conseqüentemente, à pertinência da sua permanência e valorização na paisagem.

Foram classificados de acordo com a essência de sua constituição e duração temporal em: permanentes - predominantemente a arquitetura e os monumentos;- dinâmicos – as apropriações, as manifestações culturais e a vegetação -; e efêmeros - os sons e os odores. A classificação não prevê nenhum tipo de hierarquia entre os tipos de elementos identificadores.

Foi estabelecido que o “ator principal” para a identificação dos elementos identificadores da paisagem seria o indivíduo que caminha pelo Bairro, aquele que através da “visão serial” de Cullen percebe os diferentes espaços, imagens e fragmentos visuais que os elementos da paisagem constroem, seja pela sucessão de contrastes seja pelas reações inesperadas que estas geram no mesmo; o flâneur de Baudelaire, o errante

de Careri, aquele que ao caminhar sem pressa e, no entanto atento à cidade, apreende o movimento urbano de forma bastante peculiar, e percebe uma série de elementos e atores da paisagem urbana, assim como novas formas de experimentá-la.

Definir esse “ator” foi importante já que esta é uma ação que depende da percepção do indivíduo e de suas interpretações subjetivas do espaço existente, e embora seja certo que cada indivíduo possui a sua própria paisagem cultural, delimitar o “ponto de vista” dessa observação reduz as variáveis para a análise.

Observa-se que os elementos identificadores da paisagem cultural de modo geral articulam-se e interagem e sua análise cuidadosa pode revelar fatores que produzem determinados arranjos espaciais e determinadas características na paisagem. Dessa maneira o mesmo objeto pode apresentar mais de um elemento estruturador. Como exemplo pode-se citar o “churrasquinho da esquina”. A apropriação da calçada pela churrasqueira móvel, as mesas e cadeiras, assim como as pessoas é considerado um elemento dinâmico, mas o cheiro do churrasco, e a música que por ventura possa acompanhar o evento são considerados elementos efêmeros.

O objetivo desse estudo é estimular a identificação por parte dos cidadãos de suas representações culturais efêmeras (sons, odores), dinâmicas (apropriações, manifestações culturais) ou permanentes (predominantemente a arquitetura e os monumentos) que atualmente compõem o espaço urbano, estruturam a paisagem urbana e identificam os lugares, configurando-a como um todo, e que normalmente não são percebidas.

Ressalta-se que a essa classificação visa somente ser uma ferramenta de análise da paisagem cultural do Bairro, e assim como a paisagem cultural, não é estanque, nem pretende se tornar “verdade absoluta”, e sim ser mais uma forma de interpretação, um meio de facilitar o entendimento e estudo da paisagem cultural.

Um grande desafio foi justamente estabelecer novos critérios de documentação para esses elementos identificadores, pois a correta documentação dos bens históricos, arquitetônicos e culturais é umas das ações mais importantes para a construção e preservação da memória urbana e do patrimônio cultural.

No Brasil a maior parte da constituição de acervos documentais sobre o patrimônio fica a cargo do IPHAN, através de instrumentos como SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), o PNPI (Programa Nacional de Patrimônio Imaterial) e o INRC (Inventário Nacional de Referências Culturais).

No entanto ao analisar tais instrumentos percebem-se algumas características nos processos adotados e estipulados pelo IPHAN que vão de encontro ao desejado no presente trabalho.

Um dos problemas apresentado foi à quantidade de exigências, documentação e procedimentos que um bem precisa atender para ser inventariado, tombado ou inscrito pelo IPHAN e a legitimidade de quem pode fazê-lo.

O decreto 3551/2000<sup>15</sup> ao definir as partes legitimadas a provocar a instauração do processo de registro não prevê a legitimidade de qualquer cidadão, individualmente e diretamente, motivar a instauração deste processo.

Segundo Telles (apud BRASIL) nas discussões sobre o assunto cogitou-se a possibilidade de qualquer cidadão possuir legitimidade para provocar a instauração do processo de registro, o que foi duramente atacado por alguns participantes, como exemplo Joaquim Falcão, que afirmou que tal atitude sobrecarregaria o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural “com enxurrada de propostas locais e de pouca importância” (BRASIL p.112).

Sem adentrar em questionamentos sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser identificado e preservado e a partir de que valores e interesses, uma vez que sempre haverá relatividade e arbitrariedade em qualquer processo de atribuição de valor - já que estes são outorgados por indivíduos orientados por suas constituições culturais e condicionamentos sociais e políticos – o que se verifica é que ao excluir a participação direta dos cidadãos se reduz em muito as possibilidades de registros de bens culturais locais, o que pode ser confirmado pela quantidade ínfima de provocações que se concretizam, e conseqüentemente, os poucos bens registrados.

---

<sup>15</sup> **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000:**Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

Outra questão é a metodologia que deve ser aplicada a esses registros, que incluem, além das técnicas pertinentes, a formação de equipes multidisciplinares de profissionais e consultores especializados. Não se questiona a metodologia em si, mas a burocracia, o custo e a morosidade do processo.

Também foi percebido que embora muitas das informações sobre patrimônio estejam disponibilizadas em um sistema de banco de dados virtual, o que facilita significativamente o acesso às mesmas, estas nem sempre possuem um formato acessível ao público em geral, principalmente no que tange ao patrimônio imaterial.

Nas esferas estaduais e municipais o panorama é semelhante.

Importante frisar que não se defende que não se deva ter rigor metodológico nestas identificações e sim que é preciso criar outras formas de identificação e representação que favoreçam a percepção da dinâmica da paisagem, que sendo resultado do espaço vivido e relacional se transforma permanente.

A fim de ilustração somente: por muitas vezes obtêm-se mais informações e indícios de como era o cotidiano dos moradores do Rio de Janeiro no século XIX observando os trabalhos de Debret<sup>16</sup> e de Rugendas<sup>17</sup>, que com suas percepções afloradas e olhares detalhistas retrataram os hábitos, os costumes e a arquitetura de uma cidade em transformação, do que consultando a documentação oficial da época.

O mesmo ocorre com as fotografias de Augusto Malta<sup>18</sup>, as quais, com objetivo de registrar os feitos arquitetônicos e urbanísticos da Reforma de Pereira Passos, captaram também flagrantes representativos das mudanças sociais e culturais que a cidade apresentava na época e atualmente contribuem significativamente para (re) construção da evolução do espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>16</sup> **Jean-Baptiste Debret** (Paris, 1768 - Paris 1848). Pintor, desenhista e engenheiro. Integrou a Missão Artística Francesa (1817), que fundou, no Rio de Janeiro, uma academia de Artes e Ofícios, mais tarde Academia Imperial de Belas Artes. Suas obras formam um importante acervo para o estudo da história e cultura brasileira da primeira metade do século XIX.

<sup>17</sup> **Johann Moritz Rugendas** (1802 - 1858) Pintor alemão. cursou a Academia de Belas-Artes de Munique. Integrou a missão do barão de Georg Heinrich von Langsdorff no Brasil e viajou por todo o país durante o período de 1822 a 1825, pintando os povos e seus costumes.

<sup>18</sup> **Augusto César Malta de Campos** (1864-1957). Fotógrafo oficial do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro) entre as décadas de 1900 e 1930. Documentou as principais transformações pelas quais passou a capital do Brasil no início do século XX, durante a Reforma de Pereira Passos.



Assim, nesta pesquisa considerou-se que o pesquisador exerce este papel de elencar os elementos identificadores da paisagem cultural do Bairro Imperial de São Cristóvão, atuando como o “ator principal” estipulado para a pesquisa, o flâneur , o indivíduo que caminha pelo Bairro sempre atento à dinâmica própria e mutante que a paisagem urbana e cultural possui, buscando perceber o conjunto de elementos que, carregados de significados para o coletivo, configuram a forma e a imagem do bairro e a interdependência entre a estrutura material do lugar e seus elementos imateriais.

### 2.3.1 Os Elementos Permanentes da Paisagem Cultural do Bairro

A análise visual da paisagem foi fundamental para essa etapa. A visão serial de Cullen (1996) possibilitou destacar os principais atributos físicos e espaciais característicos do local, bem como identificar os elementos estruturais elencados por Lynch (1960) – marcos, nós, percursos, limites e setores – e as alterações significativas da paisagem observadas ao longo dos principais trajetos realizados pelos pedestres.

Pela materialidade visível podemos relacionar a paisagem à sua dimensão morfológica, funcional e espacial.

Considera-se elementos permanentes principalmente a arquitetura e os monumentos. São importantes pelo valor que possuem na estruturação da paisagem e pelo poder de atração que exercem.

Figura 6: Fotomontagem dos elementos permanentes



Fonte: Montagem fotográfica desenvolvida com o arquivo fotográfico pessoal da autora.



Na “Zona de Caminhada” foram documentados 103 elementos permanentes, dos quais 41 são definidos como bens tombados pela APAC / IPHAN e 62 foram elencados pela pesquisadora no seu papel de flâneur.

Todos os elementos foram documentados em fichas-cadastro com as seguintes características: sua localização (endereço e mapa), o dispositivo legal de proteção (caso tenha), breve descrição do elemento e fotografia.

Figura 7: Exemplo de ficha-cadastro dos elementos permanentes



Fonte: Desenvolvida pela autora.

As fichas-cadastro dos elementos permanentes levantados na “zona de caminhada” são apresentadas no Anexo 1.

### 2.3.2 Os Elementos Dinâmicos da Paisagem Cultural do Bairro

A paisagem urbana por possuir dinâmica própria incorpora um sistema de valores que se transforma permanentemente, não sendo um conjunto coeso sob o mesmo período temporal.

Os elementos dinâmicos podem ser entendidos como aqueles que estruturam e modificam a paisagem por tempo determinado, ou ciclos definidos.

É tanto o resultado do espaço vivido e relacional, que representa o domínio e a transformação de um determinado local no tempo por práticas sociais quanto a ação da natureza ao estabelecer o seu tempo e representação. São importantes por manter o

caráter mutante e vivo da paisagem. Consideram-se elementos dinâmicos as apropriações, as manifestações culturais e a vegetação.

Figura 8: Fotomontagem dos elementos dinâmicos



*Fonte: Montagem fotográfica desenvolvida com o arquivo fotográfico pessoal da autora.*

Na “Zona de Caminhada” foram documentados 57 elementos dinâmicos elencados pela pesquisadora no seu papel de flâneur. Todos os elementos foram documentados em fichas-cadastro com as seguintes características: categoria (apropriação - para as estruturas “alternativas” regularizadas ou não presentes no espaço público; vegetação - para os elementos arbóreos e paisagísticos relevantes; obra de arte - para as intervenções artísticas no espaço público, sejam estas obras de arte em suas formas tradicionais ou outras formas diversas de expressão artística como por exemplo os grafites ) e manifestação-para as manifestações culturais e populares), localização (endereço e mapa), o dispositivo legal de proteção (caso tenha), breve descrição do elemento e fotografia, data e período de observação.

Figura 9: Exemplo de ficha-cadastro dos elementos dinâmicos



Fonte: Desenvolvida pela autora.

As fichas-cadastro dos elementos dinâmicos levantados na “zona de caminhada” são apresentadas no Anexo 2.

### 2.3.3 Os Elementos Efêmeros da Paisagem Cultural do Bairro

Os elementos efêmeros podem ser entendidos como aqueles que apesar de seu lapso temporal momentâneo, contribuem para a diferenciação de uma paisagem, auxiliam na orientação e percepção do espaço urbano, delimitam territórios.

Apesar de sua efemeridade estes podem ser classificados como identificadores de determinada paisagem se possuem constância e permanência por período suficiente que consiga identificar determinado ambiente urbano.

São importantes por influenciar bem estar físico e emocional dos indivíduos, já que majoritariamente são fenômenos sensoriais e subjetivos. Os elementos efêmeros mais significantes da paisagem urbana são os sons e os odores.

No artigo “Copacabana, “o novo rio”: Os sons do balneário longínquo (1905-1922)”, Rego afirma que “os sons marcam os ritmos, as vivências, a grandiosidade, a assincronia urbana, e estão, necessariamente, associados às transformações do ambiente, no sentido mais pleno da palavra, aqueles que integram uma sociedade” e apesar de “sua “imaterialidade”, do fato de não se poder “eternizar” os sons como se “eternizam” as edificações, os sons criam, também, nos diferentes tempos, paisagens,

sinfonias, que são "edifícios de sons", capazes de estabelecer sólidas referências num ambiente urbano, quando entendidos seus significados culturais” (pag. 27).

Assim como os sons, os odores também podem ser associados às transformações e referências da paisagem e ambos integram uma série de acontecimentos e categorias no contexto urbano, mesmo que por muitas vezes estes não sejam percebidos individualmente como elemento estruturador.

Segundo Rego, determinados sons do cotidiano que possuem certa regularidade de ocorrência auxiliam, portanto, a identificar uma paisagem. Seriam estes os sons do comércio, das escolas, das igrejas.

Na questão dos odores consideraram-se como odores cotidianos estruturadores da paisagem os que ativam as memórias olfativas “coletivas”, como os cheiros de comidas populares na cultura analisada e os que provoquem individualização de determinado lugar.

Figura 10: Fotomontagem dos elementos efêmeros





Fonte: Montagem fotográfica desenvolvida com o arquivo fotográfico pessoal da autora.

Na “Zona de Caminhada” foram documentados 23 elementos efêmeros elencados pela pesquisadora no seu papel de flâneur. Todos os elementos foram documentados em fichas-cadastro com as seguintes características: categoria (sons – para as fontes sonoras que diferenciem e auxiliem a identificar a paisagem e cheiros - para fontes olfativas que

rememorem lembranças olfativas “coletivas” ou que individualizem o lugar), localização (endereço e mapa), o dispositivo legal de proteção (caso tenha), breve descrição do elemento e fotografia, data e período de observação.

Figura 11: Exemplo de ficha-cadastro dos elementos efêmeros

1. FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
Localização: Campo de São Cristóvão s/nº. Categoria: Sons e Cheiros Data e horário: 18/01/2015 às 14:30 h. Declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pela lei 12301 de 2010.	Durante a semana, em horários diversos acontecem pequenas apresentações musicais nos palcos menores da feira de São Cristóvão. A programação não é fixa, mudam os músicos e o repertório.
	Arquivos de áudio: EE 1- FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO EE1 - FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO 2
	

Fonte: Montagem fotográfica desenvolvida com o arquivo fotográfico pessoal da autora.

No Bairro temos como exemplo o cheiro característico da Rua Escobar, que possui amplo comércio voltado para peças automotivas, o cheiro de trechos da Rua Figueira de Mello, onde existem muitas lojas que comercializam produtos de borracha, os sons dos quarteis (apitos, cornetas).

As fichas-cadastro dos elementos efêmeros levantados na “zona de caminhada” são apresentadas no Anexo 3.

#### 2.3.4 Mapa Síntese da Paisagem Cultural do Bairro

Todos os elementos identificadores da paisagem cultural do Bairro foram localizados em um “mapa síntese” indicando suas classificações em permanentes, dinâmicos e efêmeros. Esse mapa é apresentado no Anexo 4 – Mapa Síntese da Paisagem Cultural do Bairro.



## CAPÍTULO 3: FRUIÇÃO DO LUGAR E MEMÓRIA

### 3.1 Estratégias projetuais para a “Zona de Caminhada”

O objetivo maior das propostas é que estas garantam a plena fruição das ruas da “Zona de Caminhada”, transformando-as em espaços de convivência e de encontro social dos cidadãos, com o cuidado necessário para que não se perca neste processo os valores de memória e de identidade que o bairro possui, mas que tragam renovação e possibilitem novas formas de perceber o mesmo, como: a melhoria das calçadas; projetos de arborização que amenizem o microclima existente; projetos de iluminação que permitam maior segurança ao caminhar noturno e outras intervenções pontuais.

As propostas foram elaboradas considerando a evolução e as características do Bairro e de seus usuários, identificando as principais fragilidades e potencialidades da área, assim como elementos identificadores elencados.

Como uma das referências para a elaboração dessas propostas foi o utilizado o “Pedestrian Facilities Guidebook - Incorporating Pedestrians Into Washington’s Transportation System”, organizado pelo Departamento de Transporte de Washington.

Segundo o guia as instalações facilitadoras do caminhar são: as calçadas, as faixas de uso específicos nos logradouros (ex: faixas de ciclovia), as promenades, as faixas de pedestre, os meios fios rebaixados, dispositivos de traffic calming (incluindo as rotatórias e lombadas redutoras de velocidade), mobiliário urbano que crie uma atmosfera amigável ao pedestre (como bancos e mesas), os canteiros e floreiras que separam o espaço dos veículos dos de pedestres, os abrigos, a arte pública, a iluminação pública, os viadutos e passagens subterrâneas para veículos, os acostamentos em estradas, e todo o tipo de tecnologia, desenhos específicos e estratégias destinadas a incentivar esse tipo de ação.

O documento define algumas necessidades importantes para os pedestres como ruas e áreas de caminhada seguras, conveniência, locais próximos para se caminhar, visibilidade, conforto e segurança, ambientes atrativos e limpos, acesso ao trânsito, coisas interessantes para se olhar enquanto caminha, interação social.

Ao enumerar algumas razões de se caminhar - ir e vir do trabalho ou escola, eventos, reuniões e visitas sociais; como forma de exercício; para o fornecimento de serviços (entregas); como recreação e lazer; para fazer compras e como parte de uma viagem multimodal (andar até o ponto de ônibus, por exemplo) – evidencia que todos os indivíduos, de todas as idades são pedestres em muitos momentos da vida. Uns mais, outros menos, mas todos encontram no caminhar um meio de resolver muitas das adversidades e exigências do meio ambiente.

Algumas razões comuns que o guia identifica para o baixo índice de preferência do caminhar como meio de locomoção na cidade são: a ausência e precariedade das calçadas, a falha em proporcionar um sistema contíguo de instalações facilitadoras do caminhar, preocupação com a segurança pessoal, a inexistência de um sistema integrado que permita o fácil acesso de pedestres a destinos populares e centros urbanos, as intempéries, a iluminação ineficiente e a falta de uma clara divisão dos espaços peatonais.

Segundo Mello (2012), em seu estudo sobre o ambiente urbano favorável ao pedestre, de modo geral estes também foram os problemas apresentados por todas as fontes de pesquisa sobre o assunto.

Ao se analisar cidades e locais “amigos do pedestre”, e publicações e projetos pertinentes ao tema, pode-se elencar algumas características comuns presentes nestes que influenciam no sucesso da ação.

A preservação dos recursos culturais, históricos e arquitetônicos importantes visando o fortalecimento da memória e identidade local; os espaços públicos seguros e atraentes que atuam como espaço de convivência e interação (praças e pocket parks, por exemplo); lugares e vistas aprazíveis que motivem o caminhar, principalmente quando as atrações são orientadas para os pedestres; mobiliário urbano como bancos, bebedouros, banheiros, obras de arte entre outros, que criam ambientes mais convidativos e funcionais aos transeuntes; arborização e paisagismo que melhoram o microclima existente e trazem vida, cor e textura ao campo de visão dos que caminham são alguns exemplos.

As propostas apresentadas são soluções individuais e flexíveis, ajustáveis aos diversos problemas e situações encontrados no decorrer do estudo, e visam atender às necessidades da população, além de desejar fomentar novos usos e atividades que se integrem e interajam com os existentes, e que possibilitem a reestruturação local.

Buscou-se também que estas pudessem agregar ao espaço existente significados e visões mais lúdicas do mesmo, com intervenções pontuais em que a condição artística tem lugar especial na formalização e identificação do lugar, que pretendem favorecer e estimular suas memórias e identidades.

Não se pretende uma grande operação urbana da área e sim uma melhoria geral da qualidade ambiental da paisagem urbana.

Como metodologia para essa requalificação foi definido que todas as ruas do perímetro da “Zona de Caminhada” seriam percorridas a pé e analisadas individualmente.

Foi elaborada uma “ficha guia” para tornar a análise mais eficaz, a qual indagava aspectos físicos das ruas, como por exemplo, o tipo de material de que eram feitas as calçadas e o estado de conservação destas, e também aspectos imateriais, como por exemplo, a sensação térmica, o nível de ruído, e se algum determinado cheiro era predominante.

A ficha sofreu algumas alterações durante o processo de levantamento, na medida em que alguns locais exigiram alguma informação específica para a sua correta apreensão.

Deste modo, na sua versão final, o fichamento, na sua primeira parte, registra, além do nome da rua, a data e o horário da visita, os aspectos físicos do sistema de espaços livres das ruas/calçadas analisados, a saber:

- o estado geral de manutenção das calçadas;
- material predominante do revestimento das mesmas;
- a possibilidade de resolver os danos existentes intervindo somente onde eles existiam; a adequação da largura das calçadas para o caminhar;
- a presença de canteiros centrais e de calçadas em ambos os lados das ruas;





- lado das calçadas mais utilizado e possibilidades para esse tipo de ocorrência – presença de muros, arborização, lixo;
- se de alguma forma a arborização/tratamento paisagístico norteava a apropriação e uso do espaço;
- forma de utilização do mobiliário urbano – como e por quem;
- forma de apropriação do espaço público – positiva ou “boa”, segundo White<sup>19</sup> ou negativa;
- a paisagem sonora, observando o nível de pressão sonora (ruído) e manifestação de sons de percepção destacável;
- o conforto térmico na caminhada (agradável ou não) e a percepção de algum agravante/atenuante (sombas, ventos) para esta avaliação;
- qual era a sensação que despertava no observador caminhar pelo local, e o intervalo de tempo agradável para permanecer no mesmo caso fosse necessário;
- quais atores sociais dividiam a mesma “cena”;
- quais os elementos dinâmicos e efêmeros identificados.

Além da análises orientadas pela ficha e das fotos, foram feitas filmagens e gravações dos locais.

Com as especificidades e problemas de cada rua e local identificados foram estipulados parâmetros para nortear as intervenções. A saber:

- Criar condições agradáveis de permanência no espaço público, seja pelo mobiliário urbano, por intervenções artísticas, culturais e obras de arte, seja pela arborização, paisagismo e iluminação;
- Estudar as possibilidades de inserção de “pocket parks” ou “parklets” na área, se possível polifuncionais, tendo o foco de serem espaços “do ócio” e lúdicos, sem perda de seus aspectos funcionais.
- Sempre que possível os passeios devem ser contínuos, sem mudança abrupta de nível;

---

<sup>19</sup> **William Whyte (1917- 1999)**. EUA. Sociólogo e jornalista. Autor de “The Social Life of Small Urban Spaces” (1980), livro no qual, após observar por um bom período o comportamento de pessoas nos espaços públicos de Nova York, discorreu sobre o que funcionava ou não nestes espaços. Para ele as apropriações do espaço publico que seriam “boas” e com o poder de atrair pessoas seriam: locais para sentar, pontos de venda de comida, sombra, agua e as próprias pessoas.

- As travessias peatonais devem priorizar a acessibilidade universal. Destacam-se as faixas elevadas para pedestres, que além de darem prioridade a estes, são elementos de redução de velocidade e os meios fios rebaixados;
- As diferenças de nível e a existência de mobiliário urbano devem ser sinalizadas, tanto na direção do mobiliário quanto no seu envoltório. Recomenda-se os pisos podotáteis;
- Informações e sinalização pensadas para a consulta dos transeuntes;
- Pisos que possibilitem a drenagem superficial são preferenciais aos impermeáveis;
- Para as ruas que apresentam características e usos de comércio específicos (ruas de serviços) a criação condições projetuais que desenvolvam e estimulem o uso já estabelecido, sem prejuízo dos pedestres;
- Os projetos de arborização urbana e de paisagismo devem ser concebidos visando oferecer à população conforto ambiental e qualidade estética. Evitar a monocultura de espécies, a qual além de extremamente negativa para o controle de pragas e doenças pode gerar paisagem monótonas;
- Nos projetos de iluminação pública considerar a escala humana e a promoção de condições de segurança para a plena utilização noturna do espaço público. Observar a eficaz iluminação dos cruzamentos e travessias e os valores estéticos que um bom projeto luminotécnico pode agregar aos monumentos e bens históricos e culturais;
- Deve-se evitar que a iluminação seja obstruída pela vegetação, o que cria zonas escuras, assim como o ofuscamento do transeunte;
- Para ruas que apresentam faixas estreitas de calçadas deve ser optar por iluminação unilateral. O mesmo deve ser adotado para qualquer mobiliário ou serviço urbano que se façam necessários nestas;
- Prever dispositivos que permitam a instalação e ampliação da infraestrutura urbana (cabos, fios, cordoalhas e dutos) de forma subterrânea;
- Proibir o deságue das águas pluviais diretamente nas calçadas. As propostas de intervenções para os locais onde esse problema é identificado devem contemplar soluções para o mesmo.

Com os parâmetros definidos e a adoção de medidas que visem à renovação urbana do Bairro e mantenha as características, os valores de memória e identidade do mesmo, as propostas foram elaboradas de modo conceitual conforme se apresenta no Anexo 5 – Mapa de Diretrizes de Intervenções.

### 3.2 O Flanar Contemporâneo com o suporte de um APP

A maior dificuldade percebida no desenvolvimento deste trabalho foi como representar, descrever, visualizar e documentar os elementos identificados, e mais, como disponibilizar estas informações de maneira atraente, fácil, rápida e simples aos sujeitos para os quais essas referências façam sentido: os usuários deste lugar, aqueles que com suas relações sociais, suas práticas, hábitos e costumes representam e transformam essa paisagem em sua essência histórica, simbólica e cultural.

Tal fato reforça a necessidade de se pensar e criar maneiras que possibilitem novas identificações de representações culturais no momento em que estas sejam percebidas, e que possam acompanhar a natureza intrinsecamente mutante desses bens e que de fato percebam os cidadãos como expectadores, personagens e atores da paisagem urbana, peças importantes na definição e individualização destas paisagens em relação a muitas outras.

O que se propõe é o desenvolvimento de um aplicativo, que possa ser acessado por meio de celulares e tablets, mas que contemple também plataforma acessível por computadores e laptops, em que as informações sobre os elementos identificadores da paisagem identificados neste estudo estejam disponibilizados.

Embora já existam alguns bons aplicativos criados com objetivo de promoção e divulgação do patrimônio cultural em quase todos se verifica uma lacuna no que diz respeito à identificação dos elementos dinâmicos e efêmeros da paisagem cultural do lugar.

Uma breve descrição de alguns aplicativos existentes, que foram usados como referência para desenvolver as principais premissas do aplicativo proposto.

### 3.2.1 Patrimônio Carioca - IRPH

O aplicativo “Patrimônio Carioca” foi criado com o intuito de divulgar o Patrimônio Cultural da Cidade do Rio de Janeiro, funcionando “como interlocutor entre o poder público e a população.” (Farjado, 2014).

Apresenta os imóveis protegidos pela legislação de patrimônio cultural (g.n.), informando além dos registros dos tombamentos dos imóveis da Cidade do Rio de Janeiro nas três esferas de governo, suas peculiaridades e informações importantes para o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural carioca.

Washington Farjado, o atual presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), o órgão de patrimônio cultural da Cidade do Rio de Janeiro, ao apresentar o aplicativo defende que o IRPH “buscou sempre integrar todas as vertentes de patrimônio cultural, como arquitetura, intervenção urbana, design e paisagem cultural, representados neste aplicativo pela ampla diversidade do patrimônio protegido”.

Figura 13: Telas do aplicativo “Patrimônio Carioca”



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

Sem desconsiderar a importância dessa iniciativa, ao analisar o aplicativo percebe-se que o mesmo somente permite acesso à lista de bens protegido por algum

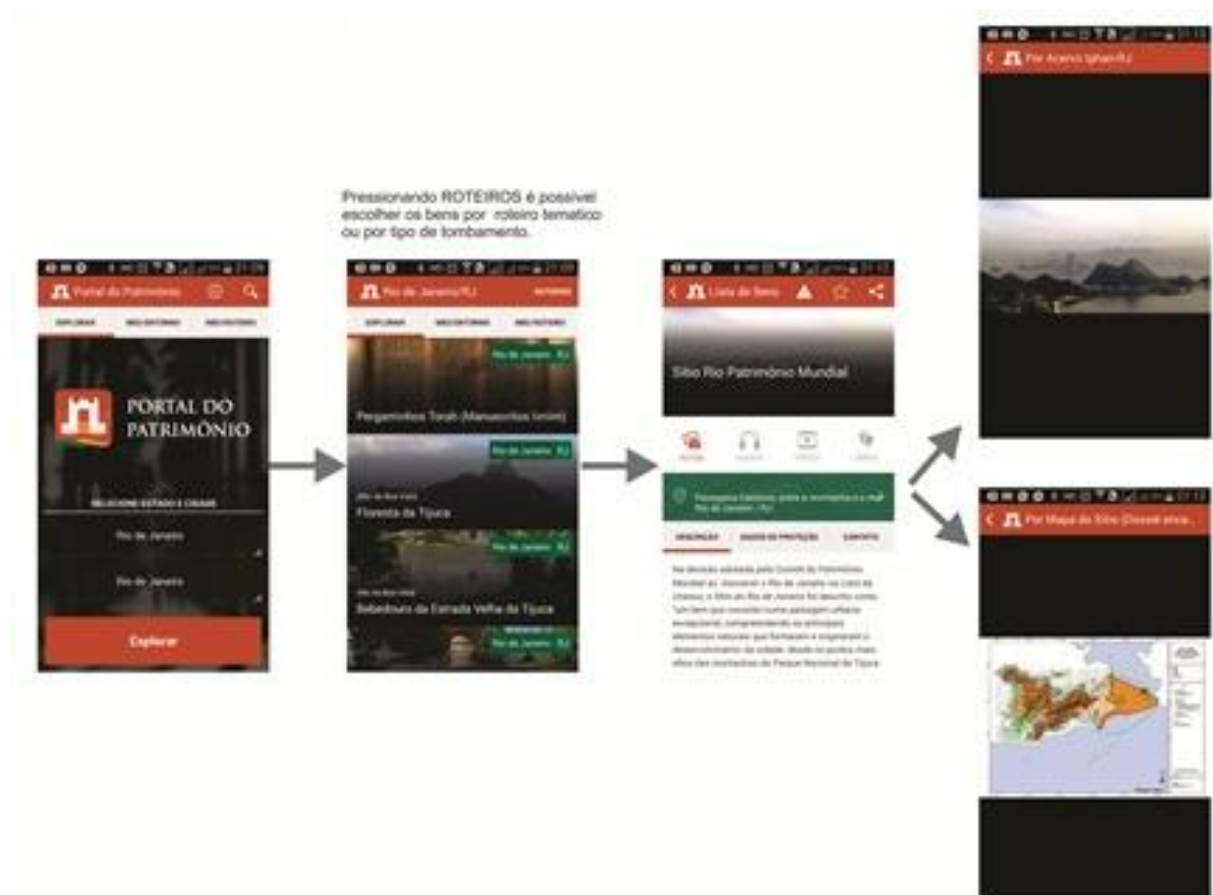
tipo de legislação, e não considera outros tipos de representações para os bens além de fotografias.

O programa permite que seu conteúdo seja compartilhado por e-mail e redes sociais.

### 3.2.2 “Portal do Patrimônio” – IPHAN RIO

Nos mesmos moldes do “Patrimônio Carioca” reúne informações sobre os bens culturais tombados de todo o Estado do Rio de Janeiro visando a divulgação e promoção do patrimônio cultural protegido em todo estado e a busca por constituir uma rede participativa entre a federação, estado e municípios na identificação e divulgação do acervo de bens que representam o patrimônio brasileiro.

Figura 14: Telas do aplicativo “Portal do Patrimônio”



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

O aplicativo apresenta além dos bens tombados pelo IPHAN (federal), os bens que possuem tombamentos estaduais ou municipais, ou seja, todos os bens que fazem parte do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural no Estado do Rio de Janeiro.

A inserção de dados é feita de forma participativa também pelos gestores do estado e dos municípios e novos bens podem ser incluídos a qualquer momento “na medida em que sejam protegidos pelo instrumento do tombamento municipal, ou similar, fazendo desta ferramenta meio de acesso a um acervo crescente e dinâmico”. (Barreto,2014).

Possui mais recursos que o aplicativo anterior, como por exemplo a possibilidade de escolher os bens a serem vistos por roteiros temáticos ou esfera de tombamento.

Nas fichas dos bens encontra-se uma breve descrição do objeto, informações sobre sua proteção e ícones que permitem que o usuário acesse, além de fotos, áudios, vídeos e conteúdo em libras. No entanto para todos os bens pesquisados no aplicativo não foram encontrados material desses tipos, exceto fotos e plantas do local.

### 3.2.3 “Rio patrimônio da humanidade” – IRPH

Propõe que se conheça alguns “highligts” da paisagem cultural do Rio de Janeiro, uma espécie de guia virtual com informações de alguns locais da Cidade do Rio de Janeiro que receberam o título da Unesco de Patrimônio Mundial como paisagem cultural urbana: Orla de Copacabana, Parque do Flamengo, Enseada de Botafogo/Pão de Açúcar, Floresta da Tijuca e Jardim Botânico. Dentro de cada área, são sugeridos rotas e pontos turísticos, além de fotos e informações históricas.

O objetivo além de proporcionar uma experiência virtual de visitação aos usuários que quiserem saber mais sobre os principais pontos turísticos e históricos do Rio de Janeiro é divulgar a “Cidade Maravilhosa” por meio das experiências dos visitantes e moradores.

O aplicativo, bilíngue, é interativo. Pode-se adicionar comentários às fichas dos lugares, e caso o usuário esteja “logado” ao aplicativo fazer “check-in” dos lugares visitados. Ao se completar a rota sugerida pelo “tour” escolhido ganham-se medalhas. É

possível também enviar cartões-postais, com molduras exclusivas, de fotos tiradas nas visitas pelas redes sociais.

Figura 15: Telas do aplicativo “Rio Patrimônio da Humanidade”



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

Embora todos os objetos e lugares apresentem “podcast”, o que permitem o usuário ouvir um pouco mais sobre a história dos locais, as possibilidades de uso desta tecnologia não avançaram de maneira a melhor representar as manifestações culturais.

### 3.2.4 “iGEO Patrimônio - Dados Geográficos Abertos” – IGEO, Portugal

O aplicativo utiliza as fontes de informação geográfica fornecidas pelo portal iGEO.PT (vertente patrimônio), que as disponibilizam na modalidade “dados abertos”, ou seja as fontes de informação sobre o território de Portugal têm uso livre para o desenvolvimento de novas aplicações, com algumas restrições de reprodução e comercialização. Também são disponibilizados os códigos fonte abertos, possibilitando aos utilizadores o desenvolvimento de APPs móveis que utilizem os dados disponíveis.

Cobre todo o território do país, e as informações estão separadas em patrimônios protegidos e patrimônios não protegidos.

Estão separados em categorias do tipo: edifício e estrutura, espaços verdes, conjunto urbano, que podem ser visualizadas isoladamente ou em conjunto, pelo mapa (base do GoogleMaps) ou por uma listagem dos bens.

A ficha dos bens apresentam informações resumidas como foto, localização e tipo de proteção, mas contam com um ícone “mais detalhes” que ao ser acionado direciona o



usuário ao site [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt), onde o mesmo encontra farta documentação sobre o bem analisado.

Figura 16: Telas do aplicativo “IGEO PATRÍMONIO- Dados Abertos”.



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

Nem o aplicativo e nem o site fazem uso de tecnologia áudio visual para maior abrangência da percepção dos bens.

### 3.2.5 Sons dos sinos - MinC

É um projeto multiplataforma, multimídia e interativo, que apresenta além do aplicativo para dispositivos móveis, site, documentários e ações de intervenções públicas.

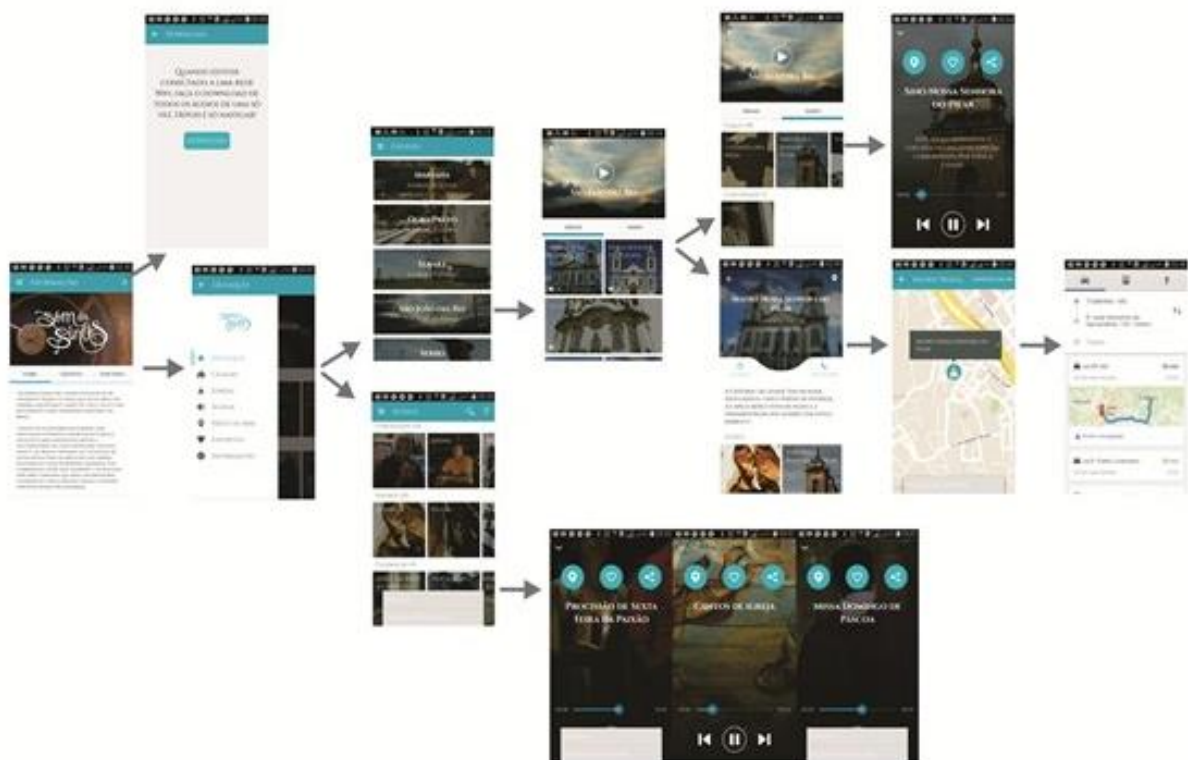
O objetivo do projeto é difundir o patrimônio cultural utilizando novas tecnologias digitais, tendo como slogan: “tecnologia e novas mídias para difusão do patrimônio imaterial” e tem como objeto os diferentes toques de sinos, de nove cidades históricas de Minas Gerais - São João Del-Rei, Ouro Preto, Mariana, Catas Altas, Congonhas, Diamantina, Sabará, Serro e Tiradentes - e o ofício de sineiro, bens culturais registrados como Imateriais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Combinando memória e novas tecnologias o projeto visa à valorização dos bens, das identidades culturais e dos indivíduos detentores desses saberes, possibilitando um rico diálogo entre as tradições culturais e as novas gerações.

A plataforma é, de acordo com o IPHAN, a única que imortaliza algum tipo de patrimônio imaterial no país e segundo a diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do órgão, Célia Maria Corsino, inova ao propor a inclusão de novas mídias que permitam ao visitante ter acesso aos diversos sons dos sinos, mesmo que eles não estejam tocando no momento, permitindo a permanência do bem cultural para além de seu tempo de execução.

O aplicativo funciona como um “áudio-guia a céu aberto, que promove outros sentidos à experiência da visita e laços afetivos através de uma cartografia de memórias”, no qual o usuário pode escutar além dos diversos toques de sinos das igrejas, os sons de celebrações religiosas e culturais, depoimentos e questões culturais narradas pelos sineiros e pela comunidade local destas regiões de Minas Gerais.

Figura 17: Telas do aplicativo “Sons dos Sinos”



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

São mais de 40 tipos distintos de toques que identificam de ritos litúrgicos e horários sacros a partos e mortes, estruturando de maneira singular a paisagem onde estão inseridos.

Os diferentes sons dos sinos estão geolocalizados por igreja, e o aplicativo permite que se use o GoogleMaps para traçar uma rota do local que o usuário se encontra até o ponto que deseja conhecer. É possível também baixar todos os áudios de uma só vez, o que possibilita sua utilização sem conexão com a internet.

### 3.2.6 Mapa da Cultura - Secretaria de Estado de Cultura

É um portal virtual multimídia e bilíngue que tem o objetivo de mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios do Rio de Janeiro, funcionando como uma “uma enciclopédia online da cultura fluminense”.

O aplicativo para dispositivos móveis foi elaborado com o intuito de facilitar e tornar mais atrativo o acesso às informações disponibilizadas pelo portal, e conta com todas as funcionalidades do mesmo.

Além de elencar as manifestações culturais e suas principais informações divididas por categorias e municípios, apresenta uma agenda de eventos fixos.

Inova ao apresentar como uma de suas categorias o patrimônio imaterial, e outra denominada “gente”, que inclui pessoas que de alguma forma influenciam na estrutura social e cultural do local.

Apresenta também muitos bens ou manifestações culturais que não possuem nenhum tipo de proteção legal, e que foram selecionados por sua importância na construção de memória do lugar e da paisagem cultural de seus usuários e visitantes.

A inclusão da categoria “Outras Atrações” evidencia o quanto este é um trabalho complexo, e o quanto a paisagem cultural é plural, subjetiva e dinâmica.

Com o objetivo de melhor representar muitos dos elementos identificados, foram produzidos vídeos que mesclam as descrições do objeto, realizadas a maior parte das vezes por pessoas envolvidas no processo, com depoimentos pessoais e cenas do local em que o mesmo está inserido, além da ficha com suas principais informações, fotos e localização.

Além do conteúdo disponibilizado no portal, é premissa do Projeto que o mesmo se mantenha atual e representativo sendo para isso fundamental a colaboração dos cidadãos.

“Mas para o **Mapa** se manter vivo e ganhar cada vez mais representatividade é fundamental que você, artista, produtor cultural, agente de cultura, gestor, estudante, turista – antes de tudo, cidadão do Rio – mande uma colaboração sobre a sua cidade”.  
([www.http://mapadecultura.rj.gov.br](http://mapadecultura.rj.gov.br))

Figura 18: Telas do aplicativo “Mapa da cultura”



Fonte: Captura de tela do aplicativo, montagem da autora.

Embora no site exista uma forma do usuário enviar sua colaboração diretamente aos organizadores o aplicativo não contemplou essa opção.

### 3.2.7 “Sounds of Street View” - Amplifon

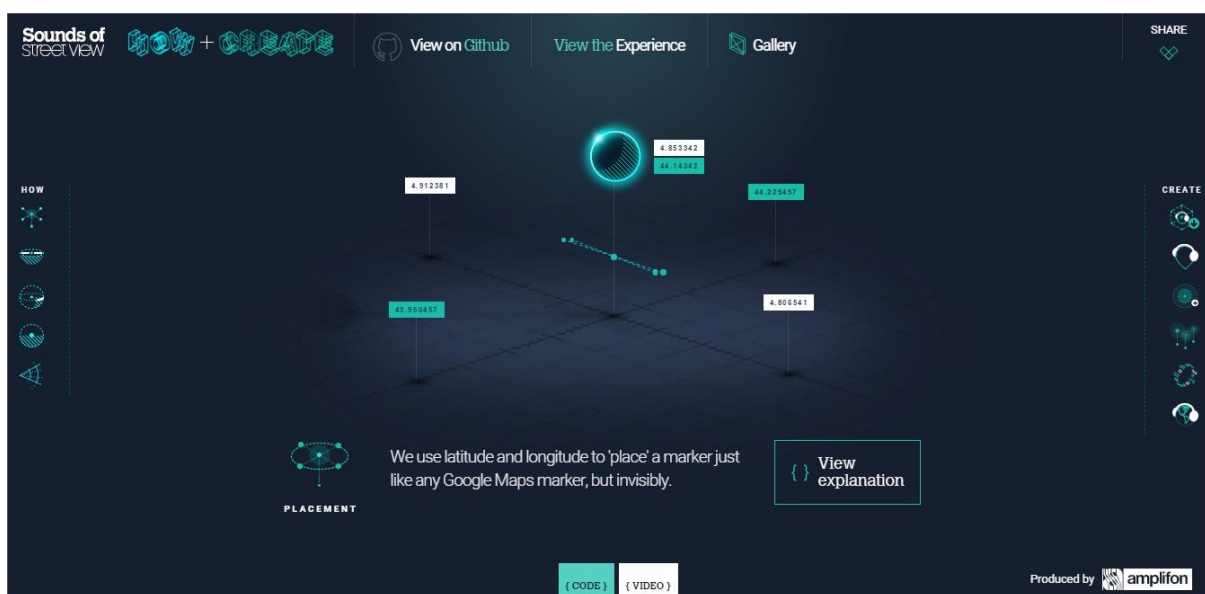
O projeto “Sounds of Street View”, é um API<sup>20</sup> desenvolvido pela Amplifon (<http://www.amplifon.co.uk/sounds-of-street-view/index.html>) que possibilita uma experiência digital de sons em três dimensões.

<sup>20</sup> Conjunto de rotinas e padrões de programação para acesso a um aplicativo de software ou plataforma baseado na Web. A sigla API refere-se ao termo em inglês "Application Programming Interface".

A tecnologia usa a base do “Google Street View”, onde os “marcadores sonoros”, assim como os marcadores comuns do “Google Street View” são locados pelas suas latitudes e longitudes.

O API faz os cálculos das distâncias entre o observador e os sons, considerando que o Google Street View é uma esfera (o planeta terra). O resultado é um “valor” para esse som, que trabalhado por diversas variáveis e cálculos, permite a sua percepção em três dimensões.

Figura 19: Tela do “Sounds of Street View”



Fonte: Captura de tela pela autora.

Segundo o desenvolvedor, o projeto foi pensado para que pessoas com experiência mínima em codificação consigam criar suas próprias “paisagens sonoras virtuais” com facilidade, bastando para isso “baixar” o framework<sup>21</sup> oferecido, escolher no GoogleMaps uma localização para a experiência (necessário ter a latitude e a longitude), “subir” os sons escolhidos, localizá-los na “base” do Google Street View e editar algumas características desses sons.

Uma galeria com as experiências de diversas pessoas usando o “Sounds of Street View” é disponibilizada no site.

<sup>21</sup> Framework é uma abstração que une códigos comuns entre vários projetos de software provendo uma funcionalidade genérica. Um framework pode atingir uma funcionalidade específica, por configuração, durante a programação de uma aplicação.

### 3.3 O APP “Flanando em São Cristóvão”

#### 3.3.1 Diretrizes para o Aplicativo

Todos os aplicativos estudados apresentaram boas ideias e soluções para as mais diversas questões, que serão adaptadas e aproveitadas no aplicativo proposto, mas percebeu-se a pouca utilização de recursos que representassem os elementos e manifestações culturais com mais propriedade, e a ausência de ferramentas que permitam a colaboração mais efetiva dos usuários.

No “Rio Patrimônio da Humanidade”, por exemplo, a pessoa pode entrar no sistema e adicionar comentários sobre as atrações e marcar os locais visitados, mas não pode ir além disso, adicionando suas próprias fotos desses locais por exemplo.

Mesmo no “Mapa da Cultura”, em que o programa estimula esse processo de inserção de novas manifestações, não existe nenhuma ferramenta no aplicativo para que isso seja possível, nem mesmo o formulário de colaboração que consta no site.

O objetivo maior do aplicativo proposto é que os usuários se percebam participantes no desenvolvimento do mesmo, assim como o são no processo de constituição da paisagem cultural - indivíduos que as produzem, as transformam e as vivenciam a todo instante – estimulando assim os sentimentos de pertencimento e de apropriação simbólica e cultural do bairro e conseqüentemente a sua preservação.

Deseja-se que o aplicativo seja entendido não só como um novo meio de mostrar o Bairro, mas uma forma lúdica e interativa de (re) apropriação e de (re) aproximação do mesmo. Que este seja visto como objeto, fornecendo ao flâneur informações previamente selecionadas, mas também como experiência, já que visa incentivar a descoberta de novos lugares que geralmente não são percebidos, e possibilitar novas formas de experimentar o espaço urbano do Bairro.

Dessa forma, o aplicativo deverá contemplar a inserção de dados de forma participativa por seus usuários, para que novas identificações de representações culturais sejam incluídas a qualquer momento, formando um acervo crescente e dinâmico, acompanhando assim a natureza intrinsecamente mutante desses bens.

Assim como defendia o Movimento Dadá em suas “visitas excursões” a ação de registrar novas manifestações culturais deve ser entendida também como uma forma de intervenção na paisagem cultural, ou seja, o usuário ao perceber, apreender e adicionar determinado objeto à base do aplicativo estará modificando de certa maneira esta paisagem, e construindo uma nova memória para o lugar.

A avaliação e opinião sobre os elementos apresentados por todos que utilizam o aplicativo será estimulada. Acredita-se que o resultado dessas avaliações ajudará a compreender “as *pulsões* que a cidade provoca nos *afetos* do pedestre.” (Careri, 2013, p.82), tal qual desejavam os surrealistas com seus “mapas influenciadores”. O flunar pelo bairro, que já é uma experiência impar, será ampliada pela percepção dos usuários a estes novos estímulos.

Além das características elencadas acima o aplicativo disponibilizará:

- Consulta, remota ou por meio de GPS<sup>22</sup>, aos elementos estruturadores da paisagem de São Cristóvão no ano de 2015, visualizados em um mapa ou listagem;
- Busca filtradas aos elementos estruturadores;
- Visualização das fichas-cadastro;
- Notificações automáticas quando o usuário estiver perto de algum elemento cadastrado;
- Edição de lista de elementos favoritos;
- Links integrados para outros sites ou aplicativos;
- Compartilhamentos em redes sociais.

### 3.3.2 Projeto Básico do Aplicativo

A estrutura básica do APP “Flanando em São Cristóvão” é apresentada no diagrama da Figura 20 e compreende três principais módulos de usos: (1) na visitação do Bairro; (2) no compartilhamento de uma experiência e (3) no uso remoto. Em qualquer situação é possível usar o filtro por categorias e sub-categorias de experiência –

---

<sup>22</sup> GPS: Sistema de navegação por satélite com um aparelho móvel que possibilita o envio de informações sobre a localização de determinados objetos.

permanente, dinâmica ou efêmera e as fichas-cadastro são visualizadas ao se clicar sobre um “bem” específico.

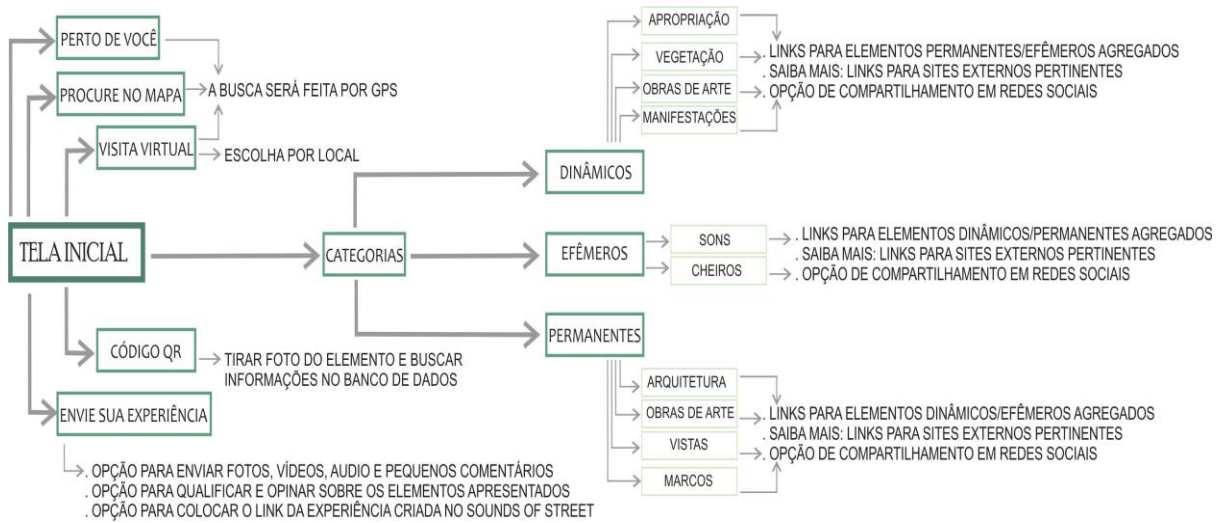
Na visitação do Bairro o usuário, com o GPS ativado, tem como suporte o mapa ou a lista de “bens” permanentes, dinâmicos ou efêmeros. A visitação pode ser de quatro modos: (1) totalmente livre “flanando”; (2) com alertas de ocorrência ligados; (3) com a função “Perto de Você” ativada e (4) com a montagem de um “tour”.

Na primeira opção o usuário visualiza no mapa ou na lista todos os bens diferenciados por símbolos para cada categoria e circula livremente pelo Bairro conforme sua disposição. Na segunda opção o usuário também circula livremente mas é avisado quando da aproximação de algum “bem”. Na terceira opção o usuário pode, a partir do local aonde se encontra, ativar filtros de distância, tempo de caminhada ou categorias, que orientarão a sua caminhada. Posteriormente, poderão existir outros filtros. Na quarta opção o usuário poderá selecionar um “tour” conforme os seus interesses que guiará a visita.

Ainda na visitação, o aplicativo poderá ter um leitor de códigos QR, códigos de barras em duas dimensões que pode ser lido por telefones celulares e tablets, como mais uma ferramenta para estimular o “flanar” pelo Bairro. A ideia é que o usuário ao perceber algum de seus elementos estruturadores possa facilmente obter informações do mesmo. Bastará localizar o código QR inseridos nesses objetos ou manifestações e enviar a imagem ao aplicativo para que as informações sejam rapidamente disponibilizadas. Esta opção dependerá de uma parceria com os órgãos públicos e com os proprietários dos imóveis para que o QR possa ser aplicado.



Figura 20: Diagrama básico do APP



Fonte: Desenvolvido pela autora.

O aplicativo permitirá, também, que o visitante tenha acesso aos diversos sons do lugar, mesmo que estes não estejam ocorrendo no momento da visita, permitindo a permanência do elemento estruturador para além de seu tempo de execução, fornecendo outros sentidos à experiência do flunar.

O módulo do compartilhamento de uma experiência pode ser ativado durante a visita ou posteriormente à visita e incluirá duas formas de participações: (1) o usuário poderá “curtir” um “bem” experimentado e (2) o usuário poderá criar uma ficha-cadastro para alguma experiência nova durante a sua visita.

A primeira opção possibilitará a criação de listas de favoritos das experiências mais visitadas e apreciadas, gerando uma nova forma de filtro. A segunda opção tem por objetivo que o visitante-flanêur possa fazer o upload da experimentação de um elemento permanente, dinâmico ou efêmero. Para tanto, ele precisará registrar *in locu* o objeto através de foto, filmagem ou gravação e enviar esses arquivos com os dados necessários para a montagem de uma ficha-cadastro (endereço, descrição, dia e hora).

É certo que esse processo precisará passar por algum tipo de avaliação e moderação, como forma de coibir conteúdos inapropriados, mas que essa atividade não seja no sentido de definir o que é “bom” ou “ruim” em termos de bens e manifestações

culturais e sim de observar se o conteúdo é pertinente à proposta do aplicativo, tentando ao máximo ser desprovida de julgo de valores.

Considera-se também que todo usuário possa “denunciar” algum conteúdo publicado por considera-lo incorreto ou impróprio, o que também será objeto de revisão.

No uso remoto o aplicativo poderá ser utilizado de dois modos: (1) como uma fonte de referência do Bairro, para consulta ou pesquisa e (2) como uma experiência virtual do lugar.

No primeiro caso todos os filtros anteriormente descritos poderão ser ativados e a visualização ser possível no mapa ou na lista. No segundo caso, deseja-se que para alguns locais, sejam disponibilizadas “bases” do Google Street View associadas ao API “Sounds of Street View” de forma a possibilitar também o “flanar virtual”, como propõe este projeto, permitindo, além da experimentação visual, a sonora e os dados das fichas-cadastro.

## CONCLUSÃO

Espera-se que este trabalho contribua para a construção da memória e identidade do Bairro Imperial de São Cristóvão e também que estimule e fomente sentimentos de pertencimento e de apropriação simbólica e cultural do Bairro pela população em geral, possibilitando novas formas de experimentar e perceber o mesmo, ajudando a reverter o processo de esvaziamento, degradação e descaracterização que hoje o Bairro apresenta.

Acredita-se que o aplicativo irá incentivar a errância pelo Bairro à medida que permite caminhar, (re) descobrir o lugar, e obter informações sobre mesmo de forma fácil e ágil, sem exigir a previa elaboração de roteiros ou consultas ao aplicativo e que as intervenções propostas farão desta ação uma agradável experiência de contato com a vida urbana.

Por ser uma representação material dessa errância, o aplicativo também ajudará a fortalecer a ideia de que é seguro caminhar nesses locais, já que para que alcançar os objetivos desejados para o mesmo muito se caminhou.

Destaca-se que este aplicativo poderá ser desenvolvido para qualquer outra área da Cidade, fomentando a construção de novas memória e identidades.

Estimular o caminhar pelo Bairro é vital para atribuir e resgatar à rua a importância de espaço de convivência e de encontro social dos habitantes porque se entende que é o caminhar com sua intrínseca e simultânea leitura e escrita do espaço urbano, um instrumento insubstituível para formar cidadãos e reivindicar o próprio direito à cidade.

Essa discussão é pertinente especialmente nos dias atuais, quando um grande número de projetos se afasta da cidade, com o fechamento de quadras/glebas e dando prioridade aos veículos em detrimento aos pedestres, gerando espaços inseguros e pouco atraentes ao caminhar.

Sabe-se que, no geral, lugares em que se percebe “o bom caminhar” são mais inclusivos e democráticos. O planejamento urbano pensado para o transeunte fomenta a proximidade e a interação, o que reflete tanto na morfologia do espaço quanto na formação da sociedade.

Espera-se este estudo provoque à importância de se compreender a dinâmica inerente da cidade e que evidencie a necessidade de se entender a paisagem também como uma questão cultural, onde a análise das relações sociais, e dos usos em determinado espaço urbano fornece tantas informações quanto observar a sua morfologia no esforço de apreender o domínio e a modificação deste local, os seus períodos de transformação e seu crescimento, uma vez que as sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas.

Que essa dissertação seja mais uma referência aos profissionais envolvidos na complexa e fascinante tarefa de “conceber” cidades, já que estes, ao criarem e modelarem as paisagens urbanas são responsáveis pela formulação das estruturas visíveis e também, mesmo que por muitas vezes sem o devido entendimento disto, das invisíveis.

Ressalta-se a importância de se considerar os “pequenos” elementos estruturadores do lugar. Estes que, em princípio, não são percebidos quando da análise morfológica de uma paisagem, mas que são fundamentais para o entendimento cultural da mesma.

Esses “pequenos objetos do lugar”, com suas características peculiares e com seus inúmeros significados para o coletivo serão sempre os responsáveis pela individualização de uma paisagem em detrimento de tantas outras.

É por meio destes que o indivíduo se apropria, rememora e se inclui em determinada paisagem o que torna indispensável considerá-los na construção da memória urbana de uma sociedade.

Sendo assim compreender a relevância dos elementos imateriais e invisíveis na composição e legitimação do espaço urbano é fundamental para a contextualização e definição dos projetos urbanos, independente da escala da intervenção e do sítio em que estes serão inseridos.

Atento a isso o “Patrimônio” deveria ser sempre pensado como referencial de uma determinada cultura, e não como uma categoria “absoluta” para a humanidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

BARANDIER, Enrique. Projeto urbano e estruturação do espaço: estudo dos casos das áreas portuárias do Rio de Janeiro e Buenos Aires. In: SEMINÁRIO

BARRETO ,Paulo (pseudônimo literário: João do Rio). A alma encantadora das ruas. Paris, Garnier, 1908. Disponível em meio virtual :

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2051](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2051) , acessado em 25.01.2015.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CAIXETA, Eline Maria Moura Pereira e FROTA, José Artur D'Aló Arquitetura da paisagem/paisagens de arquitetura: O caso recente de Barcelona disponível em meio virtual :[http://www.usjt.br/arq.urb/numero\\_04/arqurb4\\_02\\_eliane.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_04/arqurb4_02_eliane.pdf) , acessado em 02.08.2015.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARERI, Francesco. Walkscapes, o caminhar como prática estética. São Paulo: Editora G Gilli, 2013.

CULLEN, G. Paisagem urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DUBORD, Guy. Teoria da Deriva. Revista Internacional Situacionista - nº.2, 1958. Segunda tradução (espanhol – português) por membros do Gunh Anopetil,2006. Disponível em <https://teoriadoespacourbano.files.wordpress.com/2013/03/guy-debord-teoria-da-deriva.pdf> , acessado em 23.06.2015.

FREITAS, Viviani de Moraes. Das trevas às luzes? : transformações de uso e propostas de reestruturação do bairro de São Cristóvão no Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado). UFRJ/IPPUR, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo, Martins Fontes,2000.

IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN/MinC, 3. ed. 2008a.

LYNCH, Kevin. A Boa Forma da Cidade (1970). Lisboa: Edições 70, 1999.

MACEDO, Silvio S. Quadro do paisagismo no Brasil. São Paulo: Quapá, 1999.

MELLO, Antônio. Mobilidade a pé e ambiente urbano favorável ao pedestre: Condicionantes, conceitos e práticas de projeto urbano. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) Universidade federal do Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Programa de Engenharia Urbana, Rio de Janeiro, 2012.

MEINIG, Donald W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. Espaço e Cultura (UERJ), n.13, p.35-46, 2002.

MINATO, Rejane Sobreira. Roteiro De Fragmentos Históricos Do Bairro De São Cristóvão. Monografia (Graduação em Museologia) - Universidade do Rio de Janeiro, 2003.

MONTEIRO, Patrícia Menezes Maya. Espaços livres públicos de São Cristóvão: padrões espaciais e sociais. 1998. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) -Programa de Pós- Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NACTO, Urban Street Design Guide, disponível em meio virtual em: <http://www.nyc.gov/html/dot/downloads/pdf/2012-nacto-urban-street-design-guide.pdf>, acessado em 05.06.15

NEVES, Elaine Conceição Dias Moreira de Sousa. Análise de sistemas de espaços livres em ambientes de ensino e pesquisa: estudo comparativo entre Campi no Rio de Janeiro. [Dissertação de Mestrado]. PROARQ: Rio de Janeiro, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história, a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. in: Projeto História, revista do programa de estudos pós graduados em história e do departamento de história da PUC-SP. Disponível <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf> acessado em 02.12.2014

OTAK ,“Pedestrian Facilities Guidebook - Incorporating Pedestrians Into Washington’s Transportation System”, disponível em meio virtual em : <http://www.wsdot.wa.gov/publications/manuals/fulltext/mo000/pedfacgb.pdf>, acessado em 10.04.2015.

PEREIRA, Liana Maria de Ranieri Silbernagel da Silva. Campo de São Cristóvão e sua área de vizinhança: processos ecológicos e transformações urbanas. 1976. Dissertação (Mestrado em

Ciências) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, 2(3). Rio de Janeiro: Ass. De Pesquisa e Documentação Histórica do Cpdoc/FGV, 1989.

REGO, Andrea Queiroz. Copacabana, “O Novo Rio”: Os sons do balneário longínquo (1905-1922). In Interfaces - UFRJ/CLA - Número 16 - Vol. I (p.83 a 104). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

RIO DE JANEIRO (RJ). Prefeitura. Departamento Geral de Patrimônio Cultural. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. São Cristóvão: um bairro de contrastes. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991. (Coleção Bairros Cariocas, v. 4).

\_\_\_\_\_. Coordenação de Planejamento. Projeto de Estruturação Urbana (PEU) São Cristóvão: relatório de caracterização e propostas urbanísticas (bairros de São Cristóvão, Mangueira, Benfica e Vasco da Gama). Rio de Janeiro, 1999.

SANTOS, Milton \_\_\_\_\_ [1977]. Espaço e Sociedade. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982

SANTOS, Lília Varela Clemente dos. Evolução do uso do solo em São Cristóvão. 1978. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SEPE, Marichela. Sustainable Walkability and Place Identity, disponível em meio virtual em: <http://waset.org/publications/7356/sustainable-walkability-and-place-identity->, acessado em 05.06.15.

SILVA, Ivan Bonfim. Desenvolvimento urbano e industrial do bairro de São Cristóvão de 1920 a 1985. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1990.

SITTE, Camilo. A Construção das Cidades Segundo seus Princípios Artísticos. São Paulo, Ática, 1992.

STROHAECKER, Tânia Marques. O bairro de São Cristóvão: de arrabalde aristocrático à periferia do Centro. 1989. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TÂNGARI, Vera Regina et al. Plano de Integração das Áreas Verdes de São Cristóvão. Prefeitura do Rio de Janeiro/IPP, 2007.

TELLES , Mário Ferreira de Pragmácio. O registro como forma de proteção do patrimônio cultural imaterial . Revista CPC, São Paulo, n.4, p.40-71, maio/out. 2007. Disponível em meio virtual em [www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15606/17180](http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/15606/17180) , acessado em 05.08.2015.

## REFERÊNCIAS EM MEIOS VIRTUAIS

BARRETO, Ivo. Apresentação do aplicativo “ Portal do Patrimônio” 2014. Aplicativo disponível em meio virtual:  
<https://play.google.com/store/apps/details?id=com.patrimonio.portalpatrimonio> , acessado em 25.07.2015

FAJARDO, Washington Menezes. Apresentação do aplicativo Patrimônio Cultural. 2014. Aplicativo disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=com.patrimonio.carioca> , acessado em 25.07.2015

<http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/as-10-melhores-cidades-do-mundo-para-caminhar>, acessado em 04.05.2015

<https://www.facebook.com/pegueafoto> , acessado em 22.07.2015

<https://www.facebook.com/flaneurmagazine> e <http://flaneur-magazine.com/>, acessado em 22.07.2015

<https://www.facebook.com/projetoflanando?fref=ts> , acessado em 22.07.2015





## ANEXO 1 – FICHAMENTO ELEMENTOS PERMANENTES

## 1. IGREJA MATRIZ DE SÃO CRISTÓVÃO

Localização: Praça Padre Séve, 10  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.

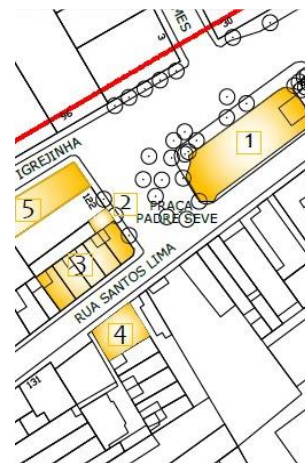


A célula mater do bairro. Construída pelos jesuítas, a Capela dedicada a São Cristóvão localizava-se à beira-mar. Não se pode precisar a idade exata da edificação original, mas pelos documentos do arquivo da igreja sabe-se que antes de 1627 ela já existia, e era denominada Igrejinha. Foi elevada à Matriz em 1865.



## 2. RESIDÊNCIA

Localização: Praça Padre Séve, 132.  
Sobrado Art-Deco ou Protomoderno.



## 3. RESIDÊNCIAS

Localização: Praça Padre Séve, 132 e Rua Santos Lima 86, 90, 98, 104.  
Casas térreas elevadas de estilo eclético.





#### 4. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Santos Lima 96 e 101.  
Casas sobre porão, geminadas e afastadas  
em uma das divisas laterais.  
Eclético.



#### 5. RESIDÊNCIA

Localização: Rua da igreja, 9.  
Sobrado. Neoclássico.



#### 6. SUPREMO CONSELHO DO BRASIL DO GRAU 33

Localização: Campo de São Cristóvão 114.  
Sobrado. Eclético. Construído em 1832  
Uso atual: Museu, biblioteca e galeria de exposições.





## 7. PRÉDIO

Localização: Rua Bela, 12.  
Prédio onde funcionou o Teatro Lírico.  
Institucional. Eclético.



## 8. PAVILHÃO DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Campo de São Cristóvão s/n.  
Moderno. Projeto de Sérgio Bernardes.  
Atualmente este pavilhão abriga a Feira de  
São Cristóvão.



## 9. CAMPO DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Campo de São Cristóvão s/n.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





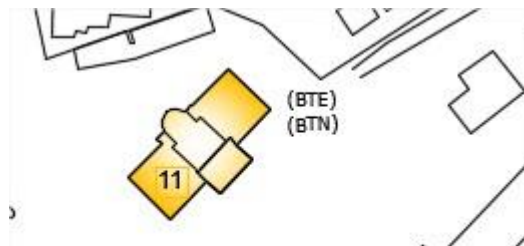
## 10. EDUCANDÁRIO GONÇALVES DE ARAÚJO

Localização: Campo de São Cristóvão 310.  
Institucional, Neogótico.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



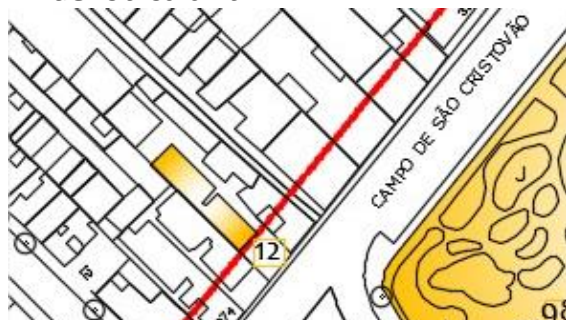
## 11. OBSERVATÓRIO NACIONAL

Localização: Rua General Bruce, 586.  
Institucional, Eclético.  
Tombamento Federal do conjunto  
arquitetônico e paisagístico em 1986.  
Tombamento Estadual em 1987.



## 12. VILA RESIDENCIAL

Localização: Campo de São Cristóvão, 366 e  
368.  
Vila residencial. Art-deco com resquícios de  
influência colonial.





### 13. SOBRADO AFASTADO DAS LATERAIS

Localização: Campo de São Cristóvão, 402.  
Sobrado afastado das laterais, acesso lateral.  
Eclético.



### 14. COLÉGIO PEDRO II

Localização: Campo de São Cristóvão, 177.  
Moderno.



### 15. ESCOLA GONÇALVES DIAS

Localização: Campo de São Cristóvão, 115.  
Bem tombado pelo Município.  
Data do tombamento: 21.06.1990.





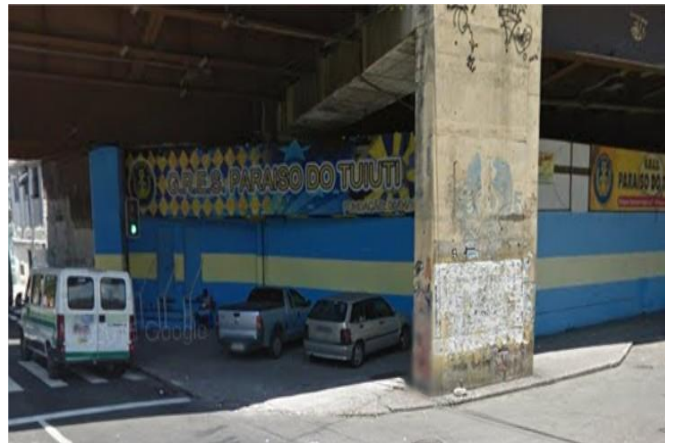
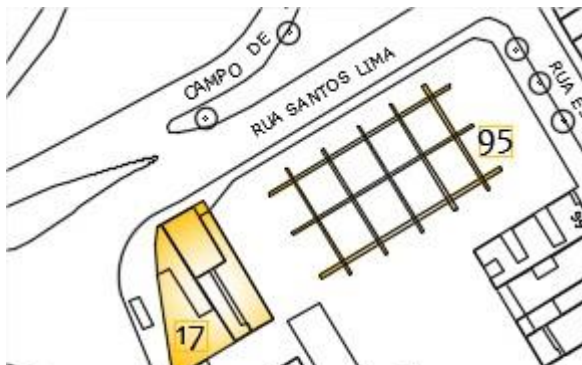
## 16. MURADA DO CAMPO DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Campo de São Cristovão, s/n.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



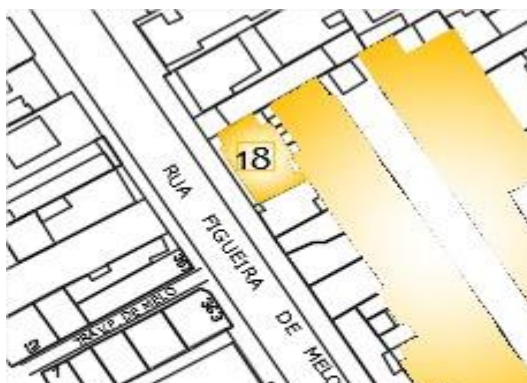
## 17. ESCOLA DE SAMBA PARAÍSO DO TUIUTI

Localização: Campo de São Cristovão, 33.



## 18. PRÉDIO RESIDENCIAL

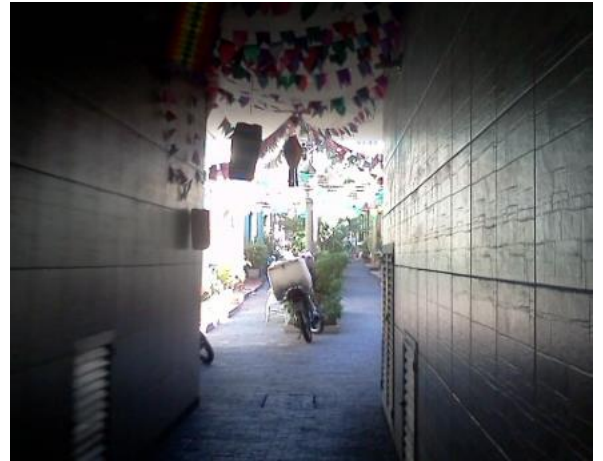
Localização: Figueira de Melo, 385.





## 19. VILA RESIDENCIAL

Localização: Figueira de Melo, 275.  
Localizada próximo ao viaduto chama a atenção  
Pelo colorido do corredor e da claridade.



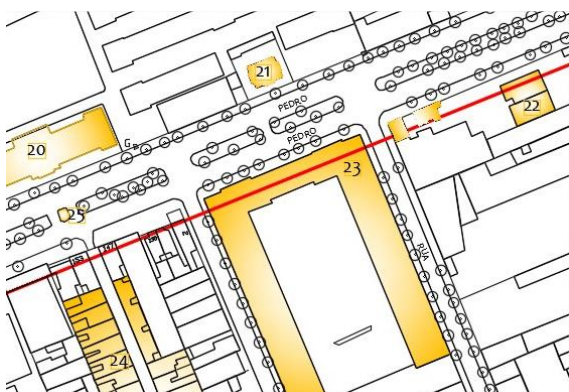
## 20. BATALHÃO DE GUARDAS DO EXÉRCITO/BATALHÃO DO IMPERADOR

Localização: Av. Pedro II, 158.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão



## 21. EDIFÍCIO

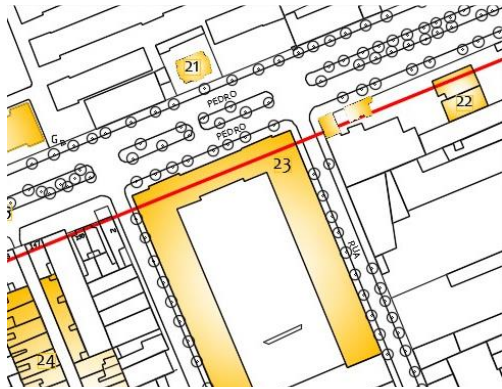
Localização: Av. Pedro II, 112.





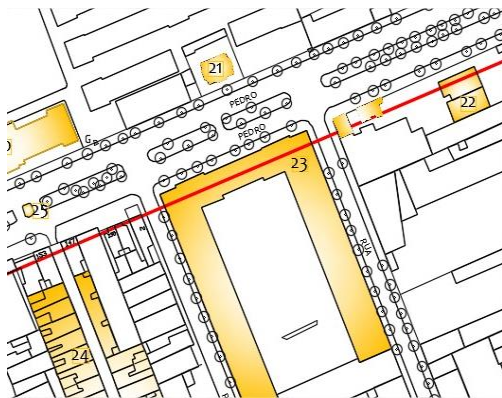
## 22. EDIFICAÇÃO EM PEDRA ANTIGA CEDAE/HOJE DEPÓSITO SEOP

Localização: Av. Pedro II , 67.



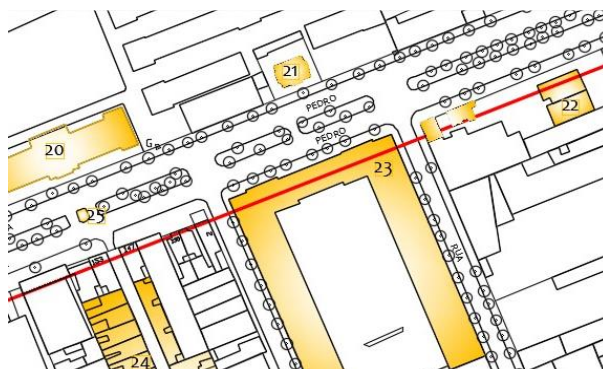
## 23. GUARDA MUNICIPAL

Localização: Av. Pedro II, 111.



## 24. VILA RESIDENCIAL

Localização: Av. Pedro II, 149.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





## 25. BUSTO DE DOM PEDRO II

Localização: Av. Pedro II, em frente ao batalhão.



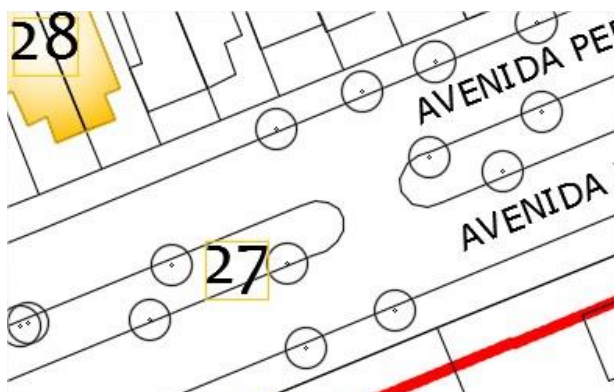
## 26. SOBRADO

Localização: Av. Pedro II, 270.



## 27. VISTA DA IGREJA DE SANTA GENOVEVA

Localização: Av. Pedro II, próximo ao nº284.





## 28. RESIDÊNCIAS

Localização: Av. Pedro II, 284 e 290.



## 29. RESIDÊNCIA

Localização: Av. Pedro II, 292.



## 30. MUSEU DO PRIMEIRO REINADO – SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS

Localização: Av. Pedro II, 283.

Bem Tombado pela União em: 30.03.1938

Presente do Imperador D. Pedro I para Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, em 1827. Raro exemplar arquitetônico do século XIX.





### 31. RESIDÊNCIA

Localização: Av. Pedro II, 305.



### 32. COLUNA DE PERSÉPOLIS

Localização: Praça Pedro II.

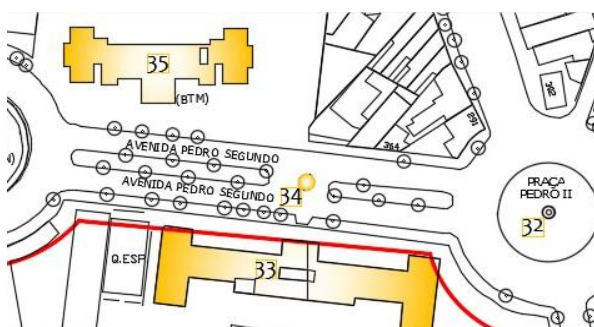
A escultura foi doada a pelo governo do Irã a cidade do Rio de Janeiro durante à Rio+20, em 2012. Ela é réplica de um monumento que existe em Persépolis, no Irã.



### 33. MUSEU CONDE DE LINHARES

Localização: Av. Pedro II, 383.

Bem protegido pela APAC de São Cristóvão  
Construído em 1921, em estilo eclético.





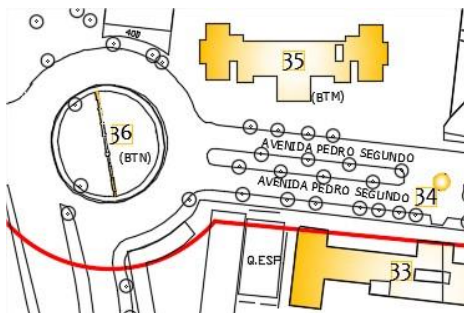
### 34. "OBUSEIRO DA MONTANHA"

Localização: Av. Pedro II, 383.



### 35. ESCOLA MUNICIPAL NILO PEÇANHA

Localização: Av. Pedro II, 398.  
Tombamento municipal em 1990.



### 36. PORTÃO DA QUINTA DA BOA VISTA

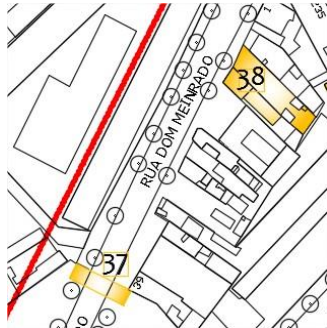
Localização: Av. Pedro II s/nº.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





### 37. PORTÃO DA QUINTA DA BOA VISTA – PORTÃO DA CANCELA

Localização: Rua Dom Meinrado, s/nº.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



### 38. RESIDÊNCIAS

Localização: Rua Dom Meinrado, 9,11 e 13.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



### 39. BUSTO DE DOM PEDRO II

Localização: Largo da Cancela s/nº.



#### 40. CONJUNTO ARQUITETONICO

Localização: Rua São Luiz Gonzaga, 295,305 e 313.

Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



#### 41. CONJUNTO ARQUITETONICO

Localização: Rua São Luiz Gonzaga, 196 a 220.

Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



#### 42. PRÉDIO DO ITAÚ

Localização: Rua São Luiz Gonzaga, 88.





### 43. ORATÓRIO

Localização: Largo Pedro Lobianco, s/nº.



### 44. SOBRADO

Localização: Avenida do Exército, 16.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



### 45. RESIDÊNCIAS

Localização: Avenida do Exército, 20, 22 e 24.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





## 46. PRÉDIO RESIDENCIAL

Localização: Avenida do Exército, 40.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



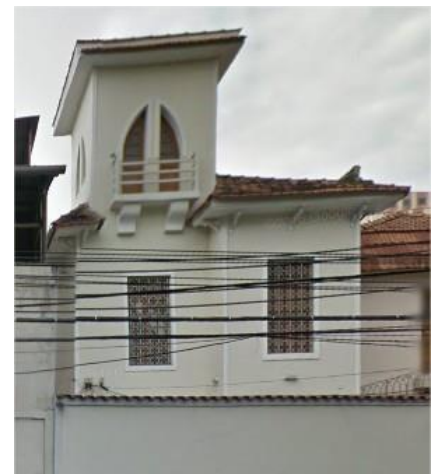
## 47. PRÉDIO RESIDENCIAL

Localização: Avenida do Exército, 46.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 48. RESIDÊNCIA

Localização: Avenida do Exército, 37.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





## 49.RESIDÊNCIAS

Localização: Avenida do Exército, 99.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 50.SOBRADOS

Localização: Rua João Ricardo, 15 a 25.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 51. SOBRADOS

Localização: Rua João Ricardo, 16.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





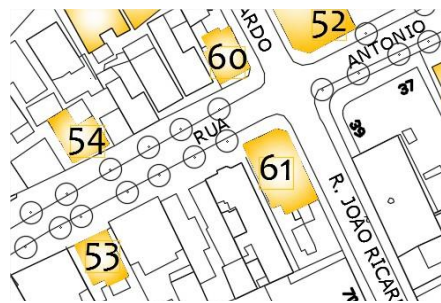
## 52. PRÉDIO RESIDENCIAL

Localização: Rua João Ricardo, 45.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 53. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 57.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 54. RESIDÊNCIA

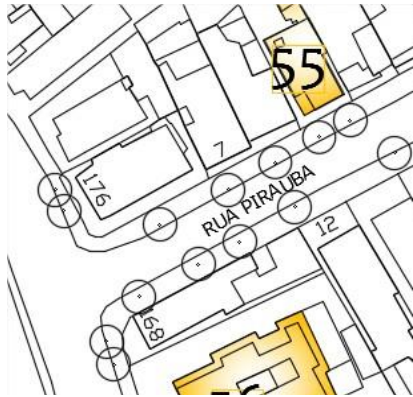
Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 58.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





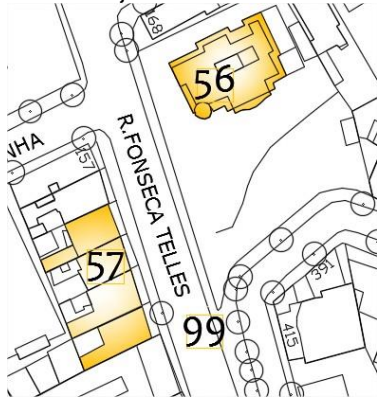
## 55. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Pirauba, 13.



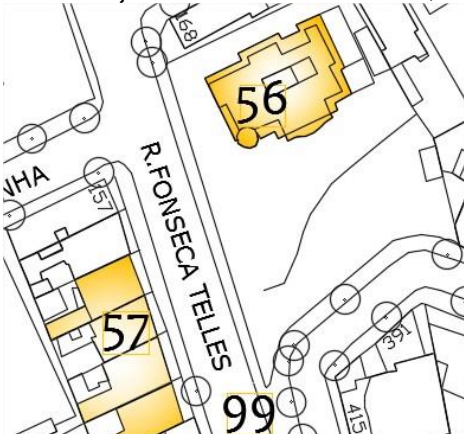
## 56. PRÉDIO RESIDENCIAL

Localização: Rua Fonseca Telles, 164.



## 57. RESIDÊNCIAS

Localização: Rua Fonseca Telles, 147 a 153.



## 58. PRÉDIO INDUSTRIAL

Localização: Rua Cadetes Ulisses da Veiga, 22.



## 59. PRÉDIO CORPORATIVO

Localização: Rua Fonseca Telles, 21.



## 60. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 50.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





## 61. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 41.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 62. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 33.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



## 63. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 38.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.





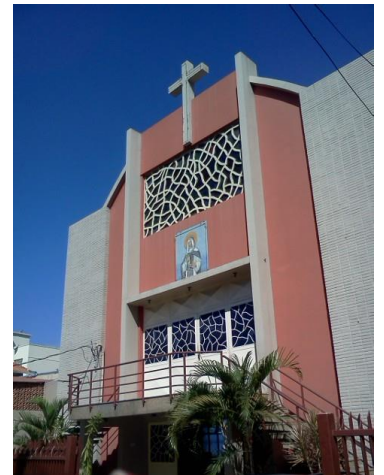
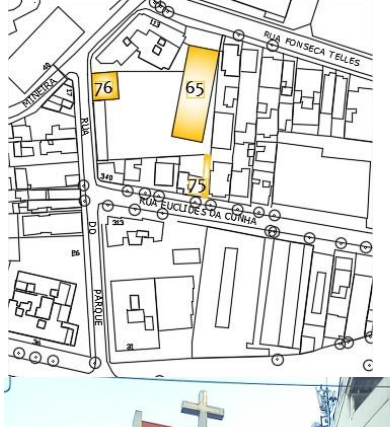
## 64. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Antônio Henrique de Noronha, 23.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



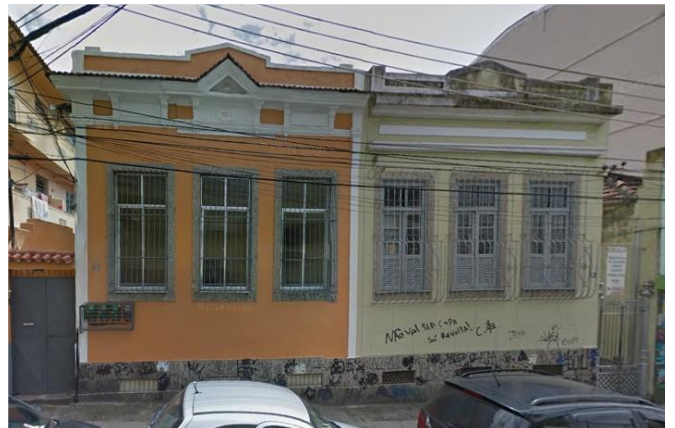
## 65. SANTUÁRIO SANTA EDWIGES

Localização: Rua Fonseca Telles, 109.



## 66. RESIDÊNCIAS

Localização: Rua Fonseca Telles, 46 e 48.





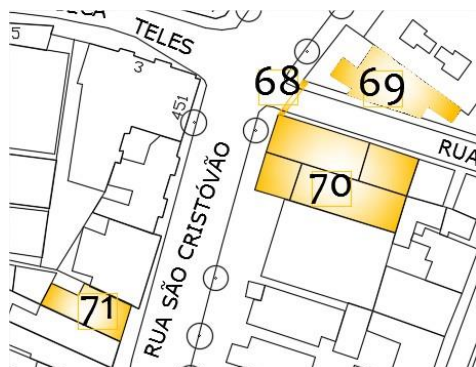
## 67. PRÉDIO CORPORATIVO

Localização: Rua Fonseca Telles , 18.



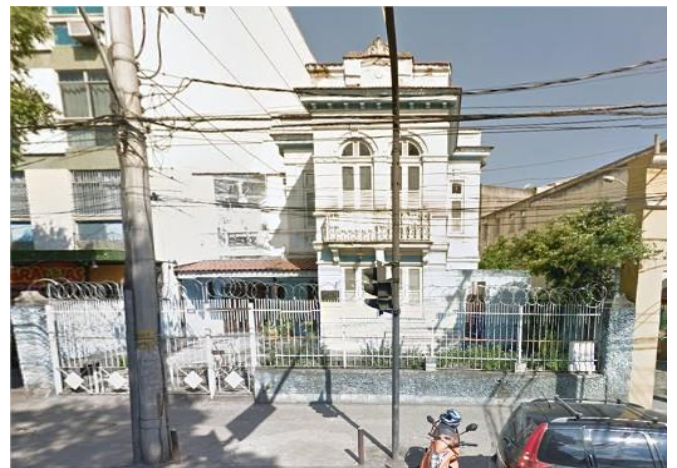
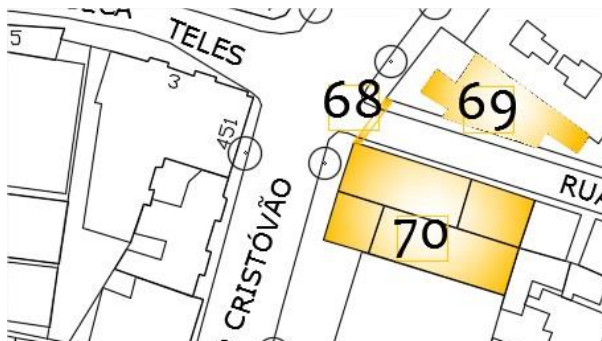
## 68. PORTAL SANTA GENOVEVA

Localização: Rua São Cristovão, s/nº.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



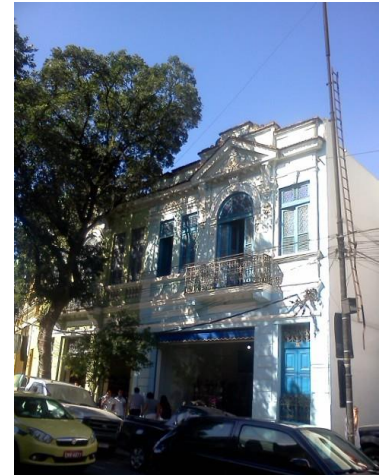
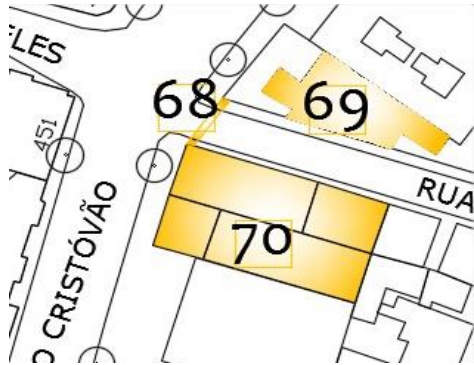
## 69. SOBRADO

Localização: Rua São Cristovão, 460.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



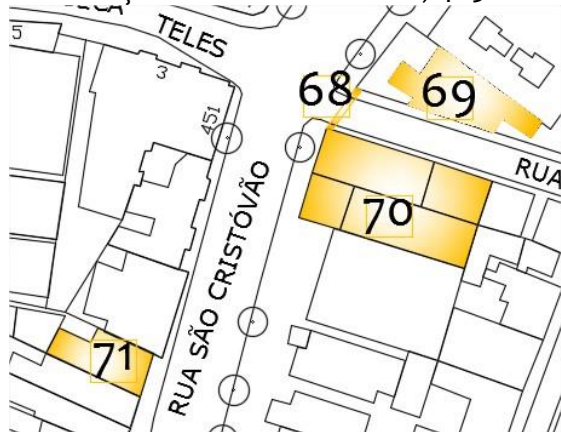
## 70. SOBRADOS

Localização: Rua São Cristovão, 440 e 432.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.



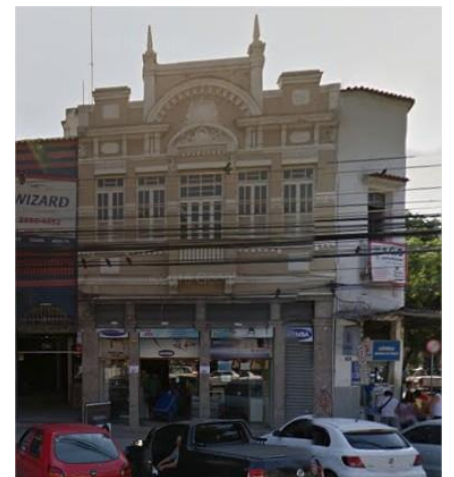
## 71. SOBRADO

Localização: Rua São Cristovão, 405.



## 72. SOBRADO

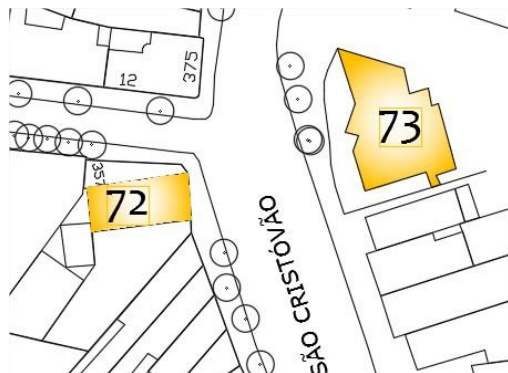
Localização: Rua São Cristovão, 351.





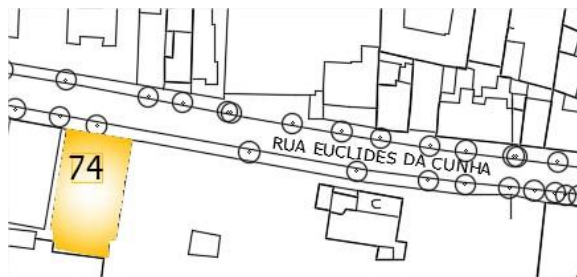
### 73. PRÉDIO CORPORATIVO

Localização: Rua São Cristóvão, 356.



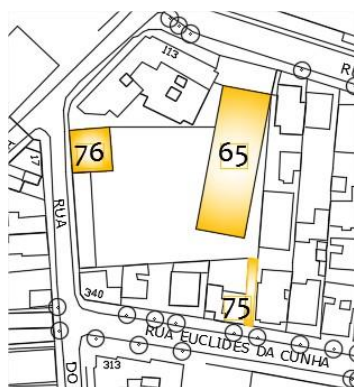
### 74. IMPRENSA DA CIDADE

Localização: Rua Euclides da Cunha, 125.



### 75. ESCADARIAS E MURAI

Localização: Euclides da Cunha, 292.



## 76. RESIDÊNCIAS

Localização: Rua do Parque 9 e 11.



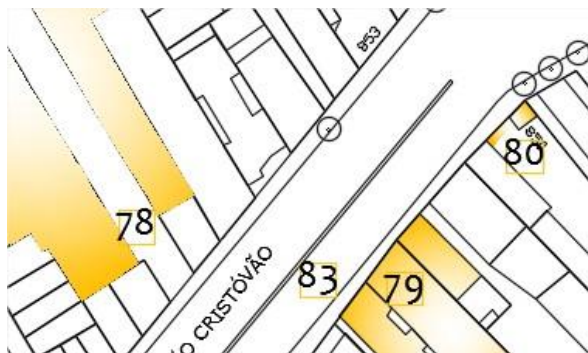
## 77. SOBRADO

Localização: Rua São Cristovão, 548.



## 78. VILA RESIDENCIAL

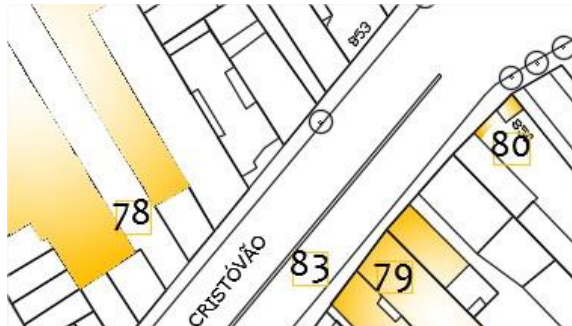
Localização: Rua São Cristovão, entre 767 e 783.





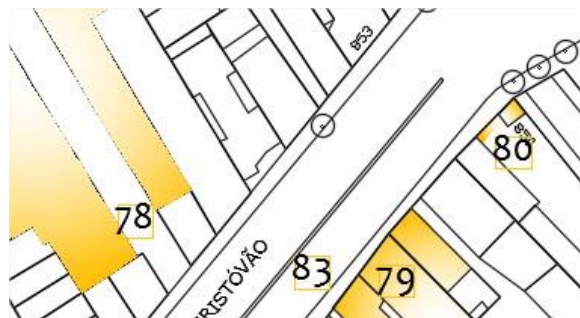
## 79. CONJUNTO ARQUITETÔNICO

Localização: Rua São Cristovão, 804,814 e 816.



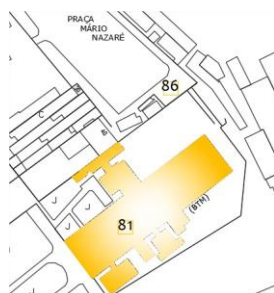
## 80. PORTÃO ACESSO AO “LAZARETO”

Localização: Rua São Cristovão, 870.  
Bem tombado pelo Estado. Data do Tombamento: 10/01/1985.



## 81. HOSPITAL FREI ANTÔNIO “LAZARETO”

Localização: Rua São Cristovão, 870.  
Bem Tombado pelo Estado.  
Data do tombamento: 10/01/1985.



## 82. IGREJA DE SANTA GENOVEVA

Localização: Praça Nanterra, s/nº.  
Bem protegido pela APAC de São Cristóvão.

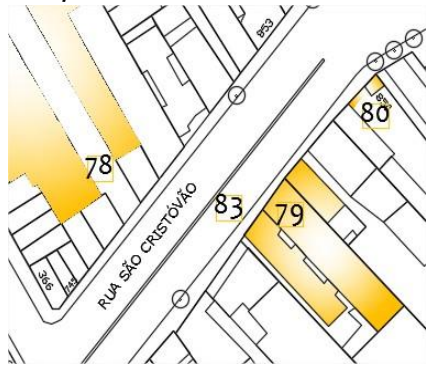


Capela foi construída entre 1918 e 1919 por Visconde de Morais no bairro de Santa Genevêva (construído pelo mesmo Visconde no início do século XX). É uma réplica em escala diminuta da capela parisiense, e foi erigida em homenagem à mulher do Visconde. Passou por diversas reformas, todas realizadas pelos condôminos de Santa Genevêva.



## 83. VISTA CHAMINÉ E PORTO CORPORATE

Localização: Rua São Cristóvão, próximo ao nº 870.



## 84. GALPÕES

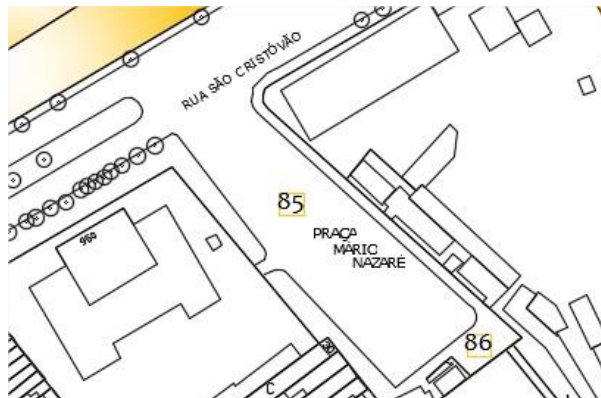
Localização: Rua São Cristóvão, 895 a 1219





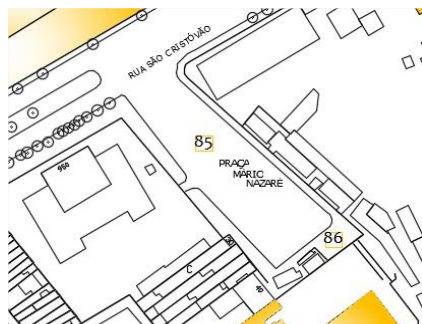
## 85. VISTA “LAZARETO”

Localização: Praça Mário Nazaré.



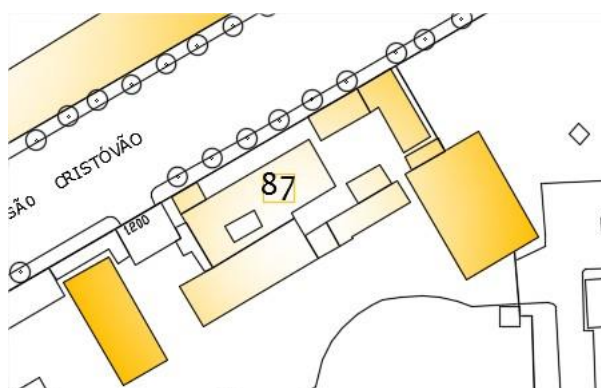
## 86. ANTIGO PORTÃO “LAZARETO”

Localização: Praça Mário Nazaré s/n°.  
Bem Tombado pelo Estado.  
Data do tombamento: 10/01/1985.



## 87. PRÉDIO DA CEG

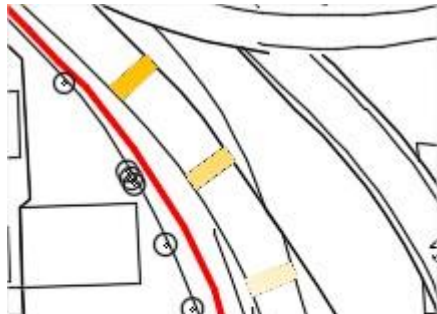
Localização: Rua São Cristóvão, 1224.





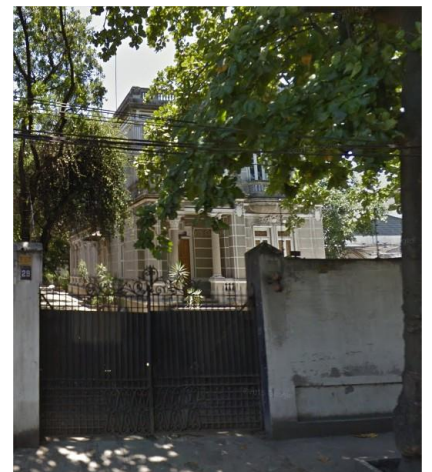
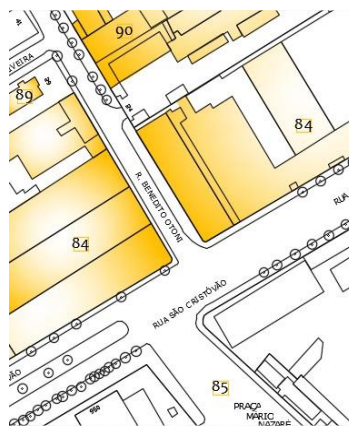
## 88. INSCRIÇÕES PROFETA GENTILEZA

Localização: Avenida Francisco Bicalho, s/nº.  
Bem tombado pelo Município.  
Data do tombamento: ano 2.000.



## 89. SOBRADO

Localização: Rua Benedito Otoni, 28.



## 90. MOINHO

Localização: Rua Benedito Otoni, 24.





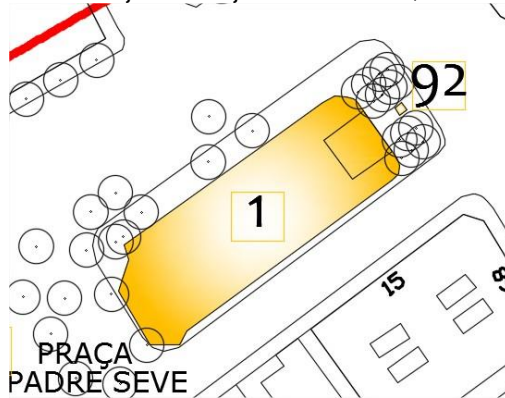
### 91. PRÉDIO INDUSTRIAL

Localização: Rua Benedito Otoni, 82.



### 92. ESTÁTUA DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Praça Padre Séve, s/nº



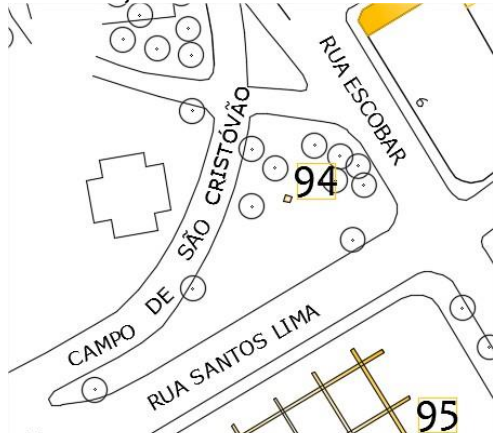
### 93. PRÉDIO CORPORATIVO

Localização: Avenida Rio de Janeiro, 1383.



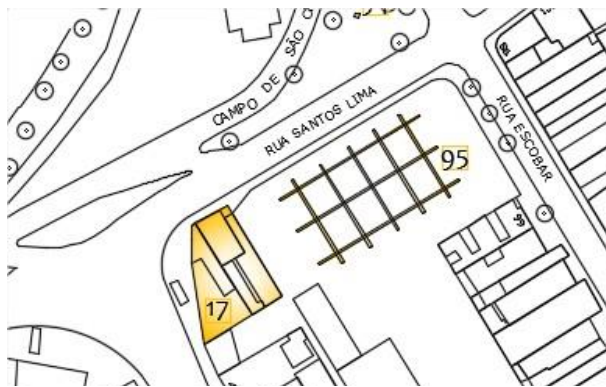
## 94. ESTÁTUA – ZEFERINO DE OLIVEIRA

Localização: Rua Santos Lima com Escobar.



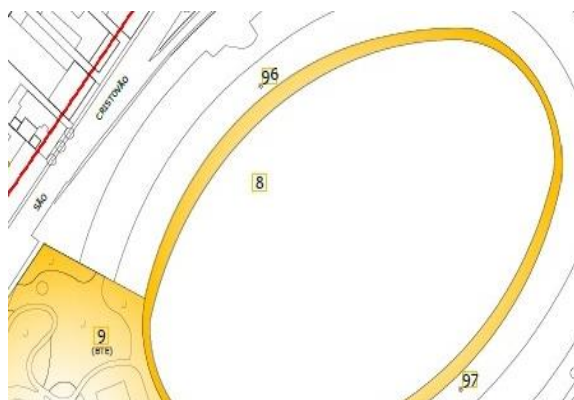
## 95. SUBESTAÇÃO CAMPO DE MARTE

Localização: Rua Santos Lima, 331.



## 96. ESTÁTUA – PADRE CÍCERO

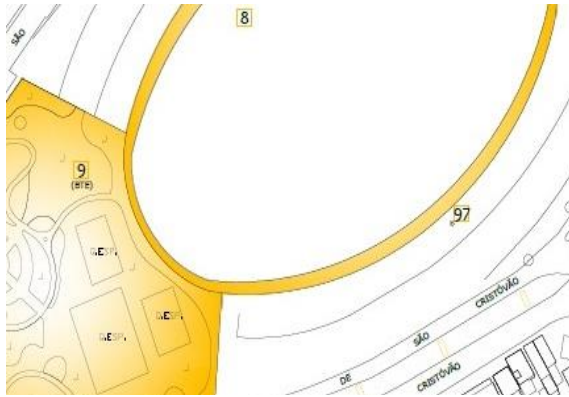
Localização: Pavilhão de São Cristóvão, s/nº.





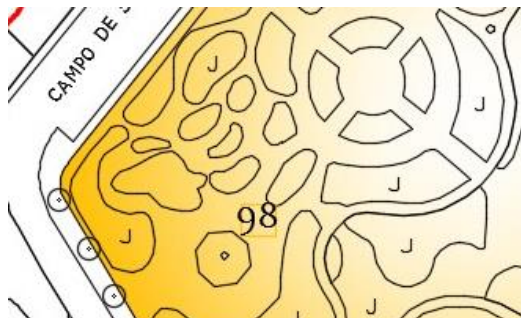
## 97. ESTÁTUA LUIZ GONZAGA

Localização: Pavilhão de São Cristóvão, s/n°.



## 98. CORETO

Localização: Campo de São Cristóvão, s/n°.  
Bem Tombado pelo Estado.  
Data do Tombamento: 16/12/1985.



## 99. MOSAICO

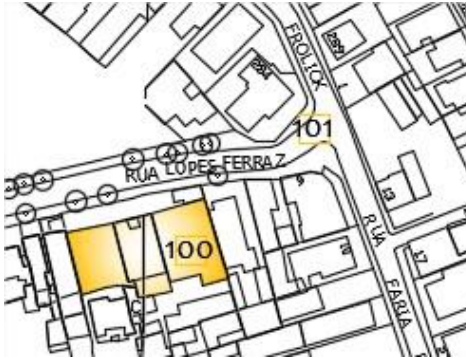
Localização: Rua Fonseca Telles  
em frente ao n° 145.



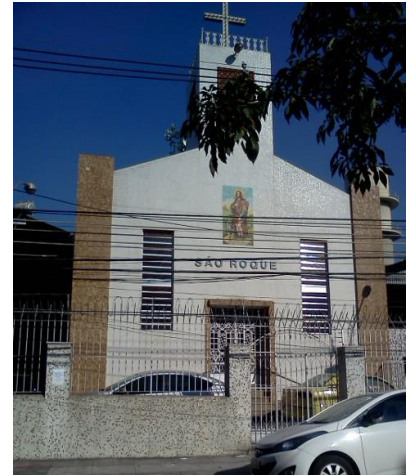


## 100. IGREJA DE SÃO ROQUE

Localização: Rua Lopes Ferraz, 55.

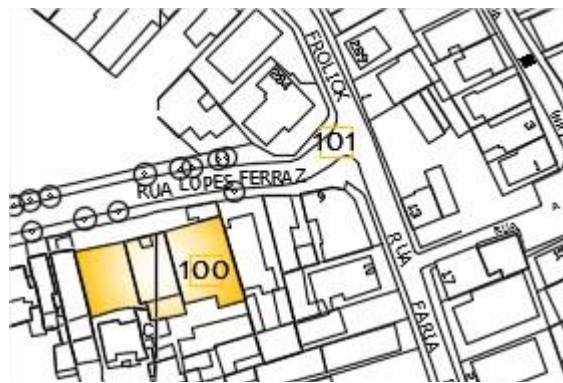


No local existia uma Capela desde 1905 em devoção a São Roque que sofreu diversas reformas até que, na década de 1960, a igreja foi totalmente modernizada, melhorando suas instalações para os fiéis.



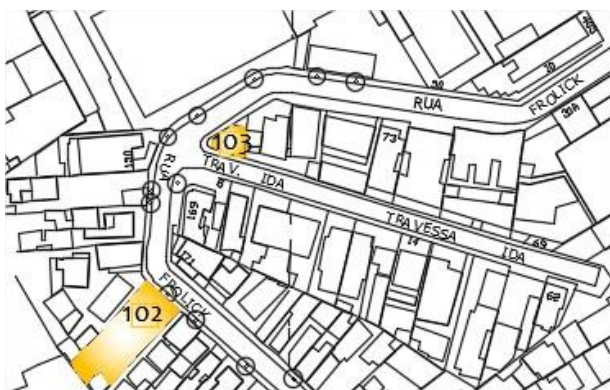
## 101. VISTA BAÍA DE GUANABARA

Localização: Rua Lopes Ferraz, s/n.º



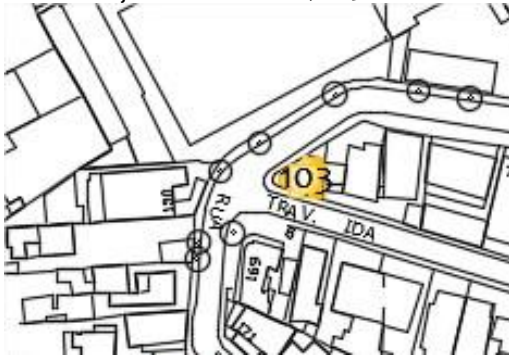
## 102. RESIDÊNCIA.

Localização: Rua Frolic, 196.



103. RESIDÊNCIA

Localização: Rua Frolic, 125.





## ANEXO 2 – FICHAMENTO ELEMENTOS DINÂMICOS

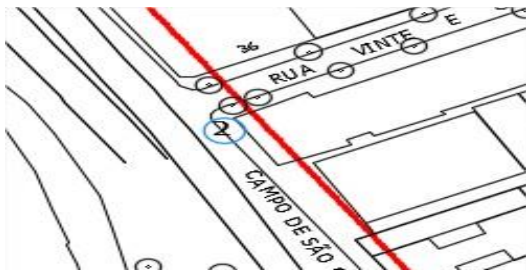
## 1. GRAFITE

Localização: Rua da Igrejinha,9.  
Categoria: Obra de Arte.  
Data e horário: 17/06/2015 às 12:00 h.



## 2. BANCA DE DOCES E GRAFITE

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 58.  
Categoria: Apropriação/Obra de Arte.  
Data: 17/06/2015 às 12:00 h.



## 3. BANCA DE DOCES

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 138.  
Categoria: Apropriação.  
Data: 17/06/2015 às 16:30 h.



“Barraca da Márcia”

Segundo a dona, estão 20 anos neste local. Trabalham ela e a filha. Atendem principalmente funcionários das firmas e comércios próximos. Têm serviço de entrega.



#### 4. BANCA DE COSMÉTICOS

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 138.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2015 às 16:30 h

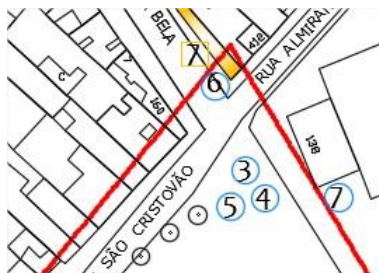


#### 5. CHURRASQUINHO

Localização: Em frente ao campo de São Cristovão, 138.

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/2015 às 18:45 h

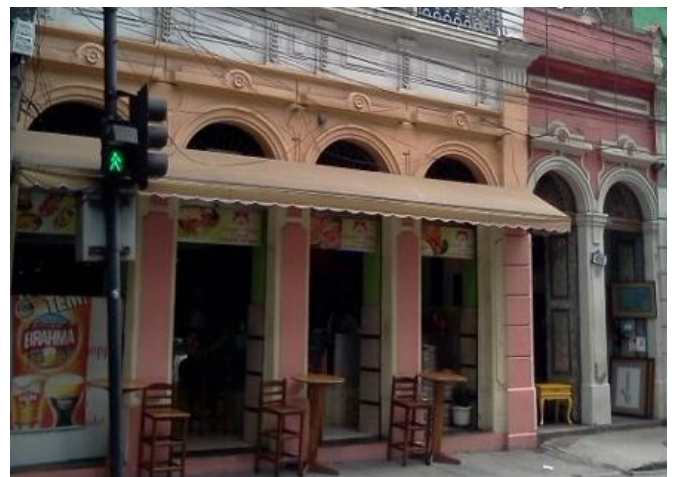


#### 6. "VARANDA"

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 138.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2015 às 17:00 h.





## 7. ARVORE “ABRICÓ DE MACACO”

Localização: Em frente Campo de São Cristovão, 138.

Categoria: Vegetação.

Data: 17/06/2015 às 12:30 h.

Floração abundante.

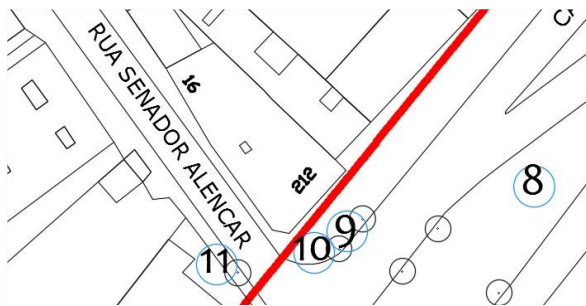


## 8. ESTACIONAMENTO IRREGULAR

Localização: Campo de São Cristóvão, s/nº

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/2015 às 13:45 h.



## 9. SACOLÉ

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 212.

Categoria: Apropriação.

Data: 26/08/2015 às 11:45 h.

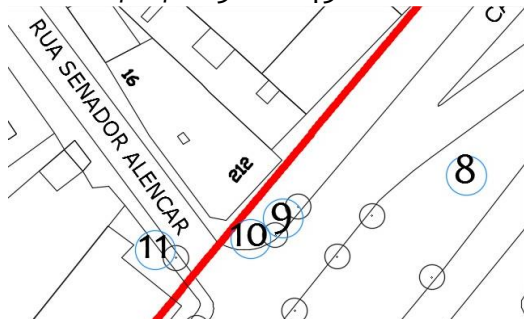


### 10. JORNALEIRO

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 212.

Categoria: Apropriação.

Data: 26/08/2015 às 11:45 h.

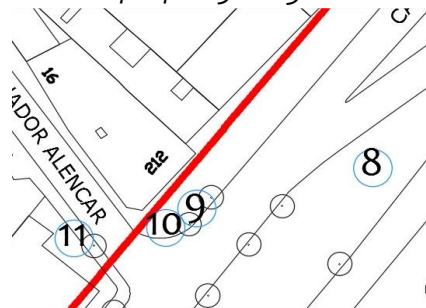


### 11. RELOJOEIRO

Localização: Rua Senador Alencar, em frente ao nº 7.

Categoria: Apropriação.

Data: 26/08/2015 às 13:00 h.

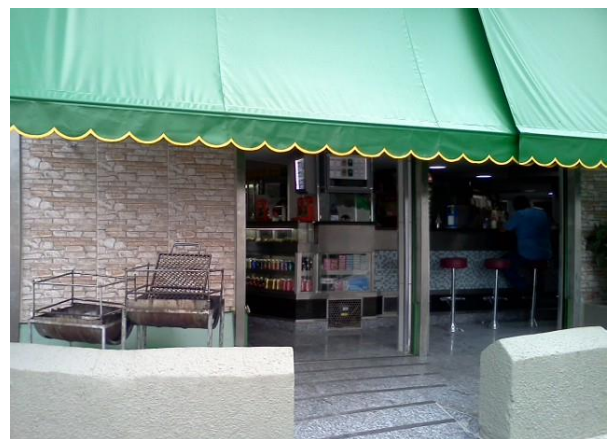
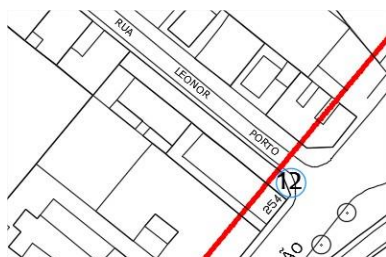


### 12. CHURRASQUINHO

Localização: Campo de São Cristovão esquina com Leonor Porto.

Categoria: Apropriação.

Data: 14/07/2015 às 15:00 h.





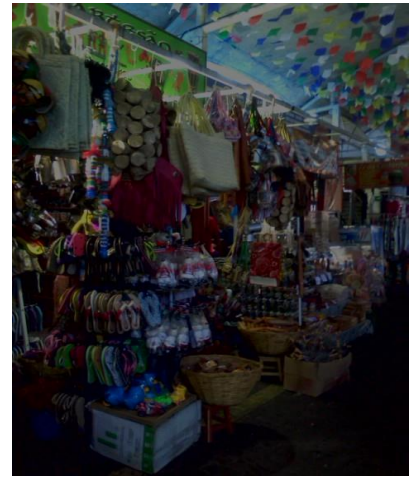
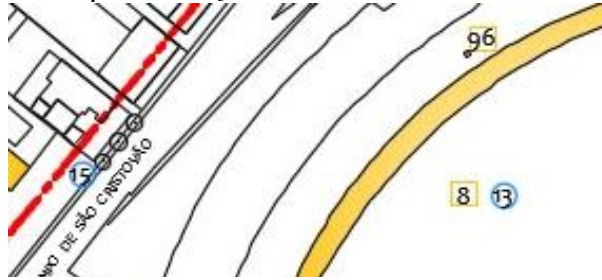
### 13. FEIRA DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Campo de São Cristovão, s/nº.

Categoria: Manifestação/Apropriação.

Data: 27/05/2015 às 16:30 h.

Declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pela lei 12301 de 2010.



### 14. CAMPO DE SÃO CRISTOVÃO

Localização: Campo de São Cristovão, s/nº.

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/2015 as 14:00 h.

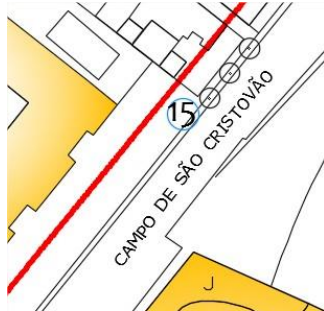


### 15. JORNALEIRO

Localização: Em frente ao Campo de São Cristovão, 290.

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/15 as 14:05h





### 16. CURRASQUINHO/HAPPY HOUR

Localização: Campo de São Cristóvão, 424.

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/15 as 14:15h



### 17. LARGO PEDRO BIANCO

Localização: Largo Pedro Bianco, s/nº

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/15 as 14:20h



### 18. BANCA DE DOCES E BEBIDAS

Localização: Em frente ao Campo de São Cristóvão, 177.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2015 às 17:30 h



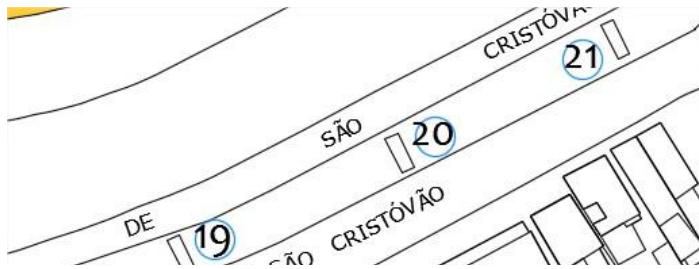


### 19. GRAFITE

Localização: Em frente a Feira de São Cristovão.

Categoria: Apropriação.

Data: 14/07/2015 às 13:00 h.



### 20. GRAFITE

Localização: Em frente a Feira de São Cristovão.

Categoria: Apropriação.

Data: 14/07/2015 às 13:00 h.



### 21. GRAFITE

Localização: Em frente a Feira de São Cristovão.

Categoria: Apropriação.

Data: 14/07/2015 às 13:00 h.

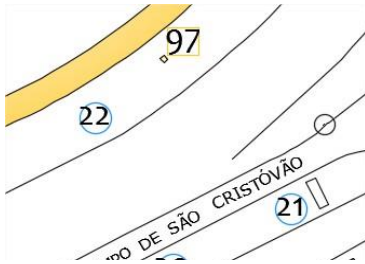


## 22. PARQUE DE DIVERSÃO

Localização: Em frente a Feira de São Cristovão.

Categoria: Apropriação.

Data: 22/07/2015 às 16:00 h.

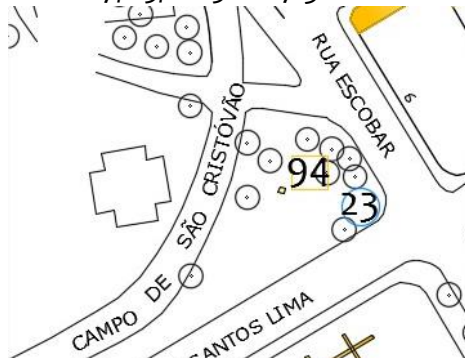


## 23. GRAFITE

Localização: Santos Lima com Escobar,s/n°.

Categoria: Obra de Arte

Data: 27/05/2015 às 17:30 h.



## 24. GRAFITE

Localização: Rua Zeferino de Oliveira.

Categoria: Apropriação.

Data : 06/07/2015 às 19:00 h.



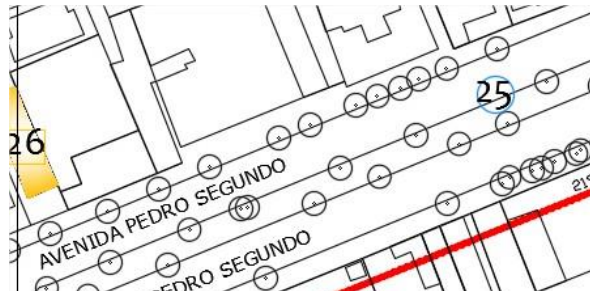


## 25. ARBORIZAÇÃO

Localização: Ao longo de toda a Av. Pedro II.

Categoria: Vegetação.

Data: 14/08/2015 às 14:30 h.

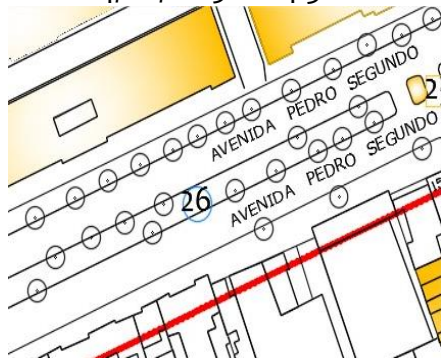


## 26. ESTACIONAMENTO IRREGULAR

Localização: Alguns trechos da Av. Pedro II.

Categoria: Apropriação

Data: 14/08/2015 às 14:30 h.



## 27. COMÉRCIO

Localização: Ao longo da Rua Figueira de Mello.

Categoria: Apropriação.

Data: 03/07/2015 as 15:00 h.





## 28. VEGETAÇÃO

Localização: Praça Mário Nazaré.

Categoria: Vegetação.

Data: 10/08/2015 às 15:20 h.



## 29. "CAMELÔS"

Localização: Avenida Francisco Bicalho, s/n°.

Categoria: Apropriação.

Data: 10/08/2015 às 14:30 h.

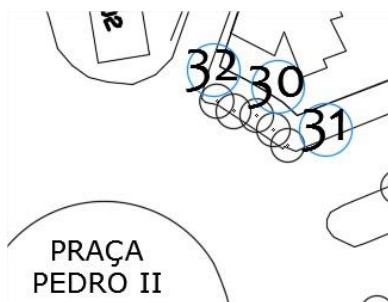


## 30. CHURRASQUINHO/HAPPY HOUR

Localização: Em frente a Av. Pedro II, 326

Categoria: Apropriação.

Data: 10/08/2015 às 14:00 h.

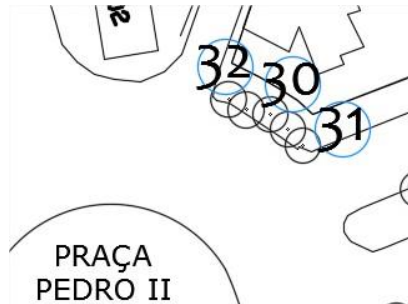


### 31. SORVETEIRO

Localização: Em frente a Av. Pedro II,326

Categoria: Apropriação.

Data: 10/08/2015 às 14:10 h.

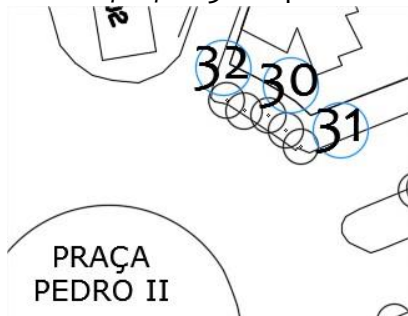


### 32. CHAVEIRO

Localização: Em frente a Av. Pedro II,326

Categoria: Apropriação.

Data: 10/08/2015 às 14:10 h.

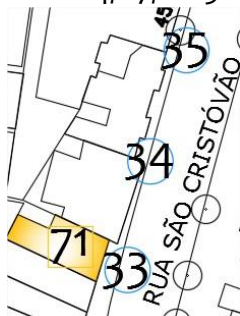


### 33. "VARANDA DE ESPERA"

Localização: Rua São Cristóvão  
em frente ao 405.

Categoria: Apropriação.

Data: 14/07/2015 às 17:00 h.



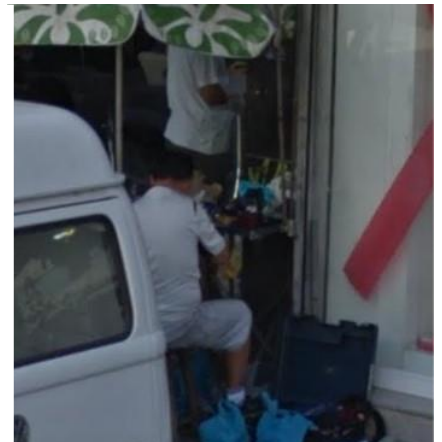
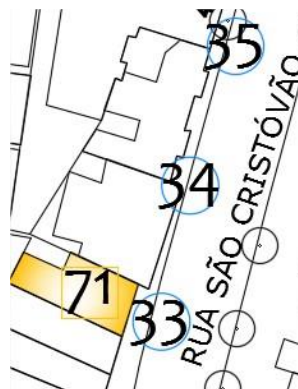


### 34. SAPATEIRO

Localização: Rua São Cristóvão  
em frente ao 417.

Categoria: Apropriação.

Data: 16/07/2015 às 15:00 h.

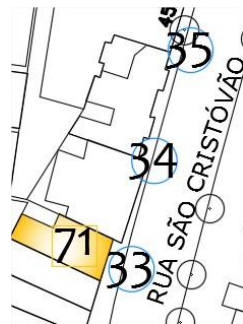


### 35. SACOLÉ

Localização: Rua São Cristóvão  
em frente ao 417.

Categoria: Apropriação.

Data: 16/07/2015 às 15:10 h.

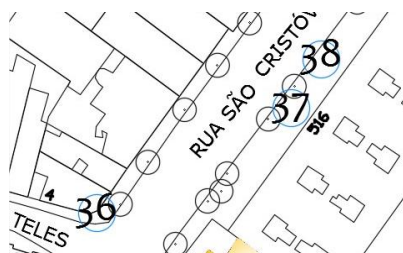


### 36. CHURRASQUINHO/HAPPY HOUR

Localização: Rua São Cristóvão  
em frente ao 471.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/07/2015 às 19:00 h.

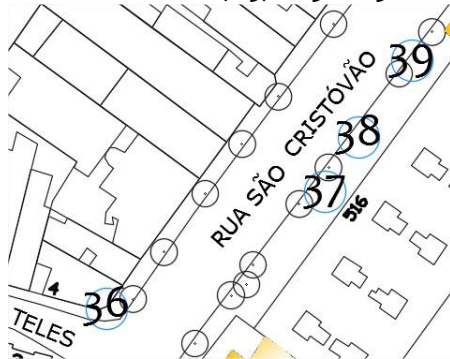


### 37. QUIOSQUE DE FLORES

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 516

Categoria: Apropriação.

Data e horário: 28/05/2015 às 15:00 h.



### 38. BANCA DE DOCINHOS

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 516

Categoria: Apropriação.

Data e horário: 28/05/2015 às 15:00 h.



### 39. CHAVEIRO

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 516

Categoria: Apropriação.

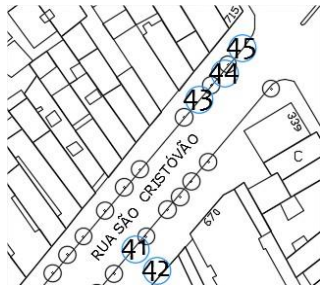
Data e horário: 28/05/2015 às 15:00 h.





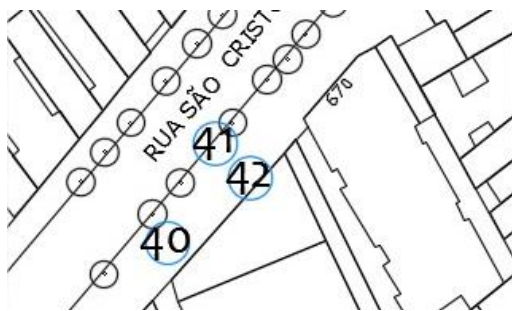
#### 40. BANCA DE BOLOS

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 600  
 Categoria: Apropriação.  
 Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.  
 Bolos e doces do Sr. Assis. Sempre tem fila.



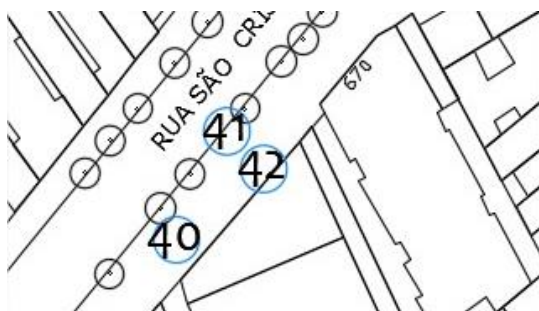
#### 41. BANCA DE PRODUTOS NORDESTINOS

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 600  
 Categoria: Apropriação.  
 Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.



#### 42. BANCA DE ROUPAS

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 600  
 Categoria: Apropriação.  
 Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.



### 43. CHAVEIRO

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 687

Categoria: Apropriação.

Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.



### 44. JORNALEIRO

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 687

Categoria: Apropriação.

Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.



### 45. BANCA DE ARTIGOS DE COURO

Localização: Rua São Cristovão próximo ao 687

Categoria: Apropriação.

Data e horário: 28/05/2015 às 15:10 h.



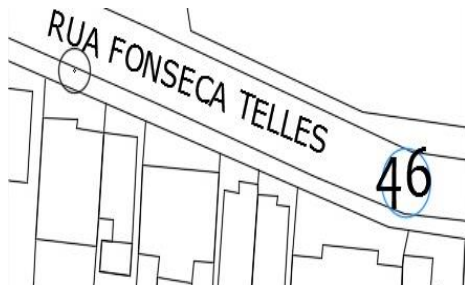


#### 46. PADEIRO

Localização: Rua Fonseca Telles em frente ao 95.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2015 às 16:40 h.



#### 47. BANCA DE DOCES

Localização: Antônio Henrique de Noronha em frente ao nº 2.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2016 às 16:50 h.



#### 48. PIPOQUEIRO

Localização: Antônio Henrique de Noronha em frente ao nº 2.

Categoria: Apropriação.

Data: 17/06/2015 às 16:50 h.



## 49. GRAFITE

Localização: Rua João Ricardo em frente ao nº 68

Categoria: Obra de Arte

Data: 30/07/2015 às 18:20 h.



## 50. CHURRASQUINHO

Localização: Antônio Henrique de Noronha em frente ao nº 53.

Categoria: Apropriação.

Data: 19/06/2016 às 17:00 h.



## 51. MURO VERDE

Localização: Rua Fonseca Telles em frente ao nº 196

Categoria: Vegetação

Data: 05/08/2015 às 15:00 h.





## 52. ARBORIZAÇÃO

Localização: Antônio Henrique de Noronha.

Categoria: Vegetação.

Data: 17/06/2016 às 17:20 h.



## 53. "VARANDA"

Localização: Avenida do Exército, 15.

Categoria: Apropriação.

Data: 05/08/2015 às 15:30 h.



## 54. CHURRASQUINHO

Localização: Largo da Cancela s/n°

Categoria: Apropriação

Data: 30/07/2015 às 19:00 h.



55. "MOTO TÁXI"

Localização: Largo da cancela s/nº

Categoria: Apropriação.

Data: 18/08/2015 às 14:00 h.

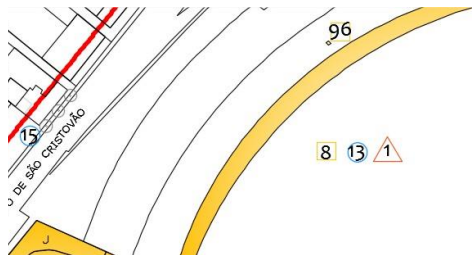


## ANEXO 3 – FICHAMENTO ELEMENTOS EFÊMEROS



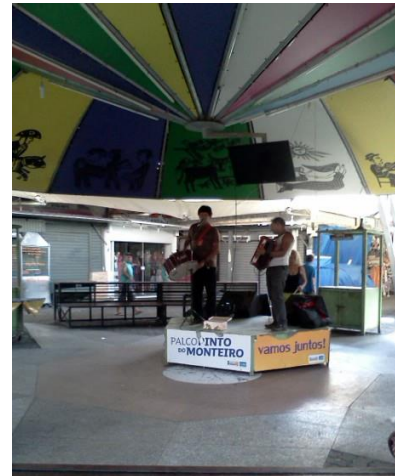
### 1. FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO

Localização: Campo de São Cristóvão s/nº.  
Categoria: Sons e Cheiros  
Data e horário: 18/01/2015 às 14:30 h.  
Declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pela lei 12301 de 2010.



Durante a semana, em horários diversos acontecem pequenas apresentações musicais nos palcos menores da feira de São Cristóvão. A programação não é fixa, mudam os músicos e o repertório.

Arquivos de áudio:  
EE 1- FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO  
EE1 - FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO 2



### 2. COMÉRCIO ESPECÍFICO

Localização: Ao longo da Rua Figueira de Mello.  
Categoria: Cheiros.  
Data: 17/06/2015 às 12:00 h.



A presença de inúmeras lojas que especializadas no comércio de artefatos de borracha faz com que essa rua tenha odores característicos, singular na paisagem da cidade.



### 3. COMÉRCIO ESPECÍFICO

Localização: Ao longo da Rua Escobar.  
Categoria: Cheiros.  
Data: 17/06/2015 às 12:30 h.



A presença de inúmeras lojas que especializadas no comércio de peças e artefatos para veículos faz com que essa rua tenha odores característicos e singulares na paisagem na cidade.





### 4. COMÉRCIO ESPECÍFICO

Localização: Rua Campo de São Cristovão, trecho do 291 ao 850.  
Categoria: Cheiros.  
Data: 17/06/2015 às 13:00 h



A Rua São Cristóvão reúne um grande número de restaurantes, bares e lanchonetes, os quais são responsáveis pelo “cheiro de comida” que podemos perceber neste local nos dias úteis, entre 11:00 e 14:00h.



### 5. ÁRVORE “ABRICÓ DE MACACO”

Localização: Em frente ao Campo São Cristovão, 138.  
Categoria: Cheiros  
Data: 17/06/2015 às 12:30 h.



Embora as flores dessa espécie não tenham odor acentuado, os frutos maduros possuem odor diferenciado e persistente.



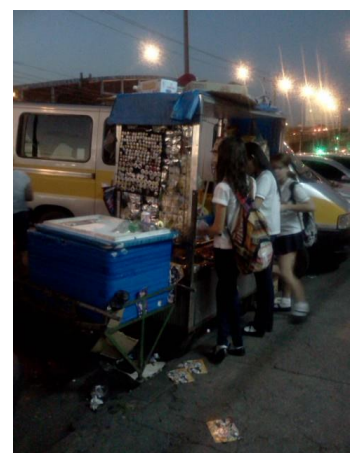
### 6. COLÉGIO - SAÍDA DE ALUNOS

Localização: Avenida Pedro II, 158.  
Categoria: Sons e Cheiros.  
Data: 17/06/2015 as 17:30h



Os sons animados dos jovens ao sair de um exaustivo turno escolar unido aos odores dos lanches mais tradicionais de “porta de escola”: pipoca, balas e churros.

Arquivos de áudio:  
EE 6 - SAÍDA PEDRO II



## 7. POSTO DE GASOLINA

Localização: Campo de São Cristovão, s/n°  
Categoria: Cheiros.  
Data: 17/06/2015 às 12:30 h.



## 8. “CHURRASQUINHO”

Localização: Em frente Campo de São Cristóvão, 138.  
Categoria: Cheiro.  
Data: 03/07/2015 às 18:45 h.



## 9. “CHURRASQUINHO”

Localização: Campo de São Cristóvão esquina com Rua Leonor Porto.  
Categoria: Sons e Cheiros.  
Data: 03/07/2015 às 17:00 h



Arquivos de áudio:  
EE 9 –  
CHURRASQUINHO  
LEONOR PORTO





### 10. "CHURRASQUINHO"

Localização: Campo de São Cristóvão, 424.

Categoria: Cheiro.

Data: 03/07/2015 às 14:15 h.



### 11. PASTELARIA

Localização: Rua São Luiz Gonzaga, 4.

Categoria: Cheiro.

Data: 26/08/2015 às 13:00 h.



### 12. PASTELARIA

Localização: Rua do Exército, 16.

Categoria: Cheiro.

Data: 26/08/2015 às 13:05h.



### 13. "CHURRASQUINHO"

Localização: Largo da Cancela, s/nº.

Categoria: Cheiro.

Data: 30/07/2015 às 19:00h

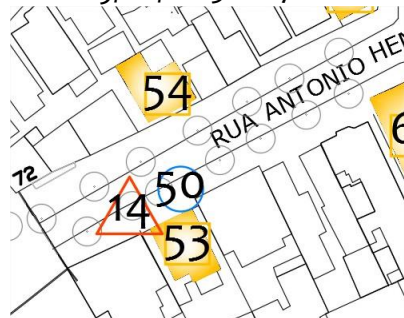


### 14. "CHURRASQUINHO"

Localização: Antônio Henrique de Noronha em frente ao nº 153.

Categoria: Cheiros.

Data: 19/06/2015 às 17:00h

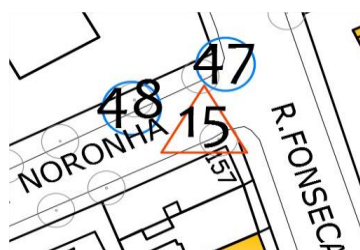


### 15. COLÉGIO - SAÍDA DE ALUNOS

Localização: Antônio Henrique de Noronha, 2.

Categoria: Sons e Cheiros.

Data: 17/06/2015 às 16:50 h.



Os sons animados dos jovens ao sair de um exaustivo turno escolar unido aos odores dos lanche mais tradicional de "porta de escola": pipoca.

Arquivos de áudio:  
EE 15- SAÍDA COLÉGIO  
BRASILEIRO



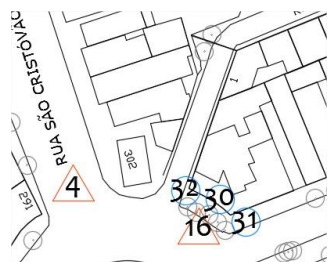


## 16. “CHURRASQUINHO”

Localização: Avenida Pedro II em frente ao nº 326.

Categoria: Cheiro.

Data: 10/08/2015 às 14:00h



## 17. “CHURRASQUINHO”

Localização: Rua São Cristovão em frente ao 471.

Categoria: Cheiro.

Data: 17/07/15 às 19:00h

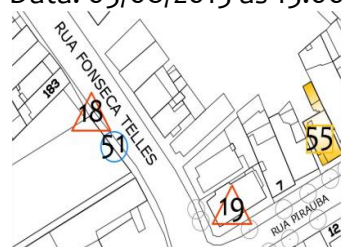


## 18. GINÁSIO

Localização: Rua Fonseca Telles em frente ao nº 196.

Categoria: Sons

Data: 05/08/2015 às 15:00 h



Ginásio de esportes do Colégio Brasileiro.

Arquivos de áudio:  
EE 18- GINÁSIO COLÉGIO  
BRASILEIRO



## 19. JARDIM DE INFÂNCIA

Localização: Rua Fonseca Telles em frente ao nº 176.

Categoria: Som.

Data: 14/07/2015 às 13:00 h.



Arquivos de áudio:  
EE 19- JARDIM DE  
INFÂNCIA



## 20. ESCOLA

Localização: Rua Euclides da Cunha, 191.

Categoria: Som.

Data: 14/07/2015 às 13:20 h.



Arquivos de áudio:  
EE 20- ESCOLA MAJONE





## 21. MOINHO

Localização: Rua Benedito Otoni, 82

Categoria: Sons

Data: 14/07/2015 às 13:00 h.



Arquivos de áudio:  
EE 21- MOINHO

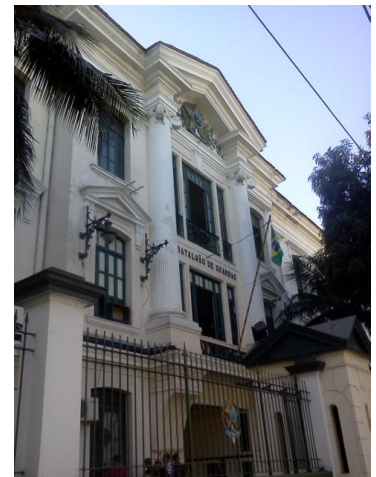


## 22. BATALHÃO DE GUARDAS

Localização: Avenida Pedro II, 158.

Categoria: Sons.

Data: 22/07/2015 às 16:00 h.

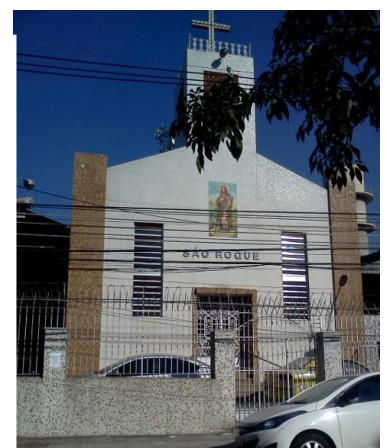
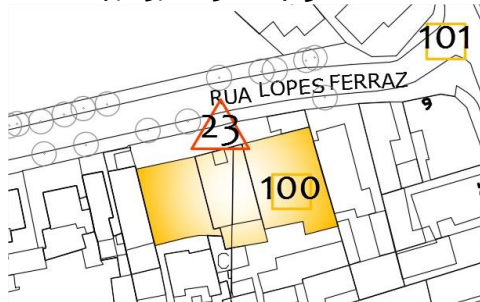


## 23. IGREJINHA – TOQUE DE SINO

Localização: Rua Lopes Ferraz, 55.

Categoria: Sons.

Data: 27/05/2015 às 17:30 h.



## ANEXO 4 – MAPA SÍNTESE DA PAISAGEM CULTURAL DO BAIRRO



PERMANENTES:

- 1 IGREJA MATRIZ DE SÃO CRISTÓVÃO
2 SOBRADO
3 RESIDÊNCIAS
4 RESIDÊNCIA
5 SOBRADO (RUINAS)
6 MUSEU DA NAÇÃO
7 PRÉDIO-ANTIGO TEATRO LÍRICO
8 PAVILÃO DE SÃO CRISTÓVÃO
10 OBSERVATÓRIO NACIONAL
11 VILA RESIDENCIAL
12 VILA RESIDENCIAL
13 SOBRADO
14 COLÉGIO PEDRO II
15 ESCOLA GONÇALVES DIAS
16 MURADA DO CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO
17 ESCOLA DE SAMBA PARAISO DO TUIUTI
18 PRÉDIO RESIDENCIAL
19 VILA RESIDENCIAL
20 BATALHÃO DE GUARDAS DO EXERCITO
21 EDIFÍCIO
22 EDIFICAÇÃO EM PEDRA
23 PRÉDIO INSTITUCIONAL
24 VILA RESIDENCIAL
25 BUSTO DE PEDRO II
26 VILA RESIDENCIAL
27 VISTA - IGREJA DE SANTA GENOVEVA
28 SOBRADO
29 SOBRADO
30 ESCOLA GONÇALVES DIAS

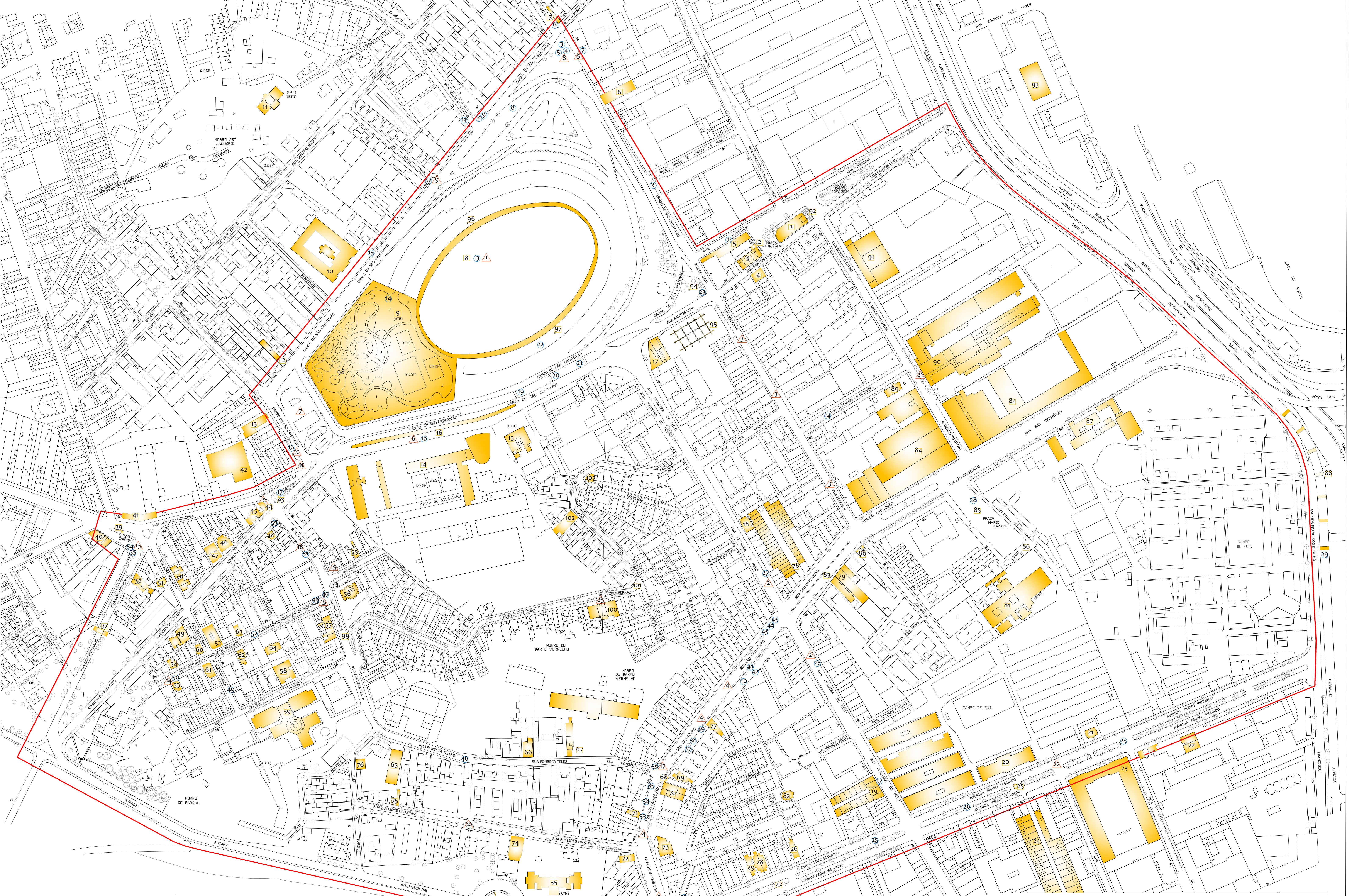
- 31 RESIDÊNCIA
32 COLUNA DE PERSEPOLIS
33 MUSEU CONDE DE LINHARES
34 "BOUSEIRO DA MONTANHIA"
35 ESCOLA MUNICIPAL NILO PEÇANHA
36 PORTÃO DA QUINTA DA BOA VISTA
37 PORTÃO DA QUINTA DA BOA VISTA
38 RESIDÊNCIA
39 BUSTO DE D. PEDRO II
40 PRÉDIO INSTITUCIONAL
41 CONJUNTO ARQUITETÓNICO
42 PRÉDIO CORPORATIVO
43 "ORATÓRIO"
44 SOBRADO
45 RESIDÊNCIAS
46 PRÉDIO RESIDENCIAL
47 PRÉDIO RESIDENCIAL
48 RESIDÊNCIA
49 RESIDÊNCIAS
50 SOBRADOS
51 SOBRADOS
52 PRÉDIO CORPORATIVO
53 RESIDÊNCIA
54 RESIDÊNCIA
55 PRÉDIO RESIDENCIAL
56 RESIDÊNCIAS
57 RESIDÊNCIAS
58 PRÉDIO CORPORATIVO
59 PRÉDIO CORPORATIVO
60 RESIDÊNCIA

DINÂMICOS:

- 1 CRAFT
2 BANCA DE DOCE E GRANITE
3 BANCA DE DOCE
4 BANCA DE COSMÉTICOS
5 CHURRASQUINHO
6 GRANITE
7 ARVORE "ABRICO DE MACACO"
8 "VARANDA"
9 "SACOLÉ"
10 JORNALERO
11 RELOJÓI
12 "CHURRASQUINHO"
13 FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO
14 CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO
15 JORNALERO
16 "CHURRASQUINHO"/"HAPPY HOUR"
17 LARGO PEDRO LOBBANÇO
18 BANCA DE DOCE E BEBIDAS
19 GRANITE
20 GRANITE
21 GRANITE
22 PARQUE DE DIVERSÃO
23 GRANITE
24 GRANITE
25 ARBORIZAÇÃO
26 ESTACIONAMENTO IRREGULAR
27 COMERCIO
28 VEGETAÇÃO
29 "CAMELÉ"
30 "CHURRASQUINHO"/"HAPPY HOUR"

EFÊMEROS:

- 1 FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO - SONS E CHEIROS
2 COMERCIO ESPECÍFICO - CHEIROS
3 COMERCIO ESPECÍFICO - CHEIROS
4 COMERCIO ESPECÍFICO - CHEIROS
5 "ABRICO DE MACACO" - CHEIRO
6 COLÉGIO SADA DOS ALUNOS - SONS E CHEIROS
7 POSTO DE GASOLINA - CHEIRO
8 "CHURRASQUINHO" - CHEIRO
9 "CHURRASQUINHO" - CHEIRO
10 "CHURRASQUINHO" - CHEIRO
11 PASTELARIA - CHEIRO
12 PASTELARIA - CHEIRO
13 "CHURRASQUINHO" - CHEIRO
14 "CHURRASQUINHO" - CHEIRO
15 COLÉGIO SAUDA DOS ALUNOS - SONS E CHEIROS



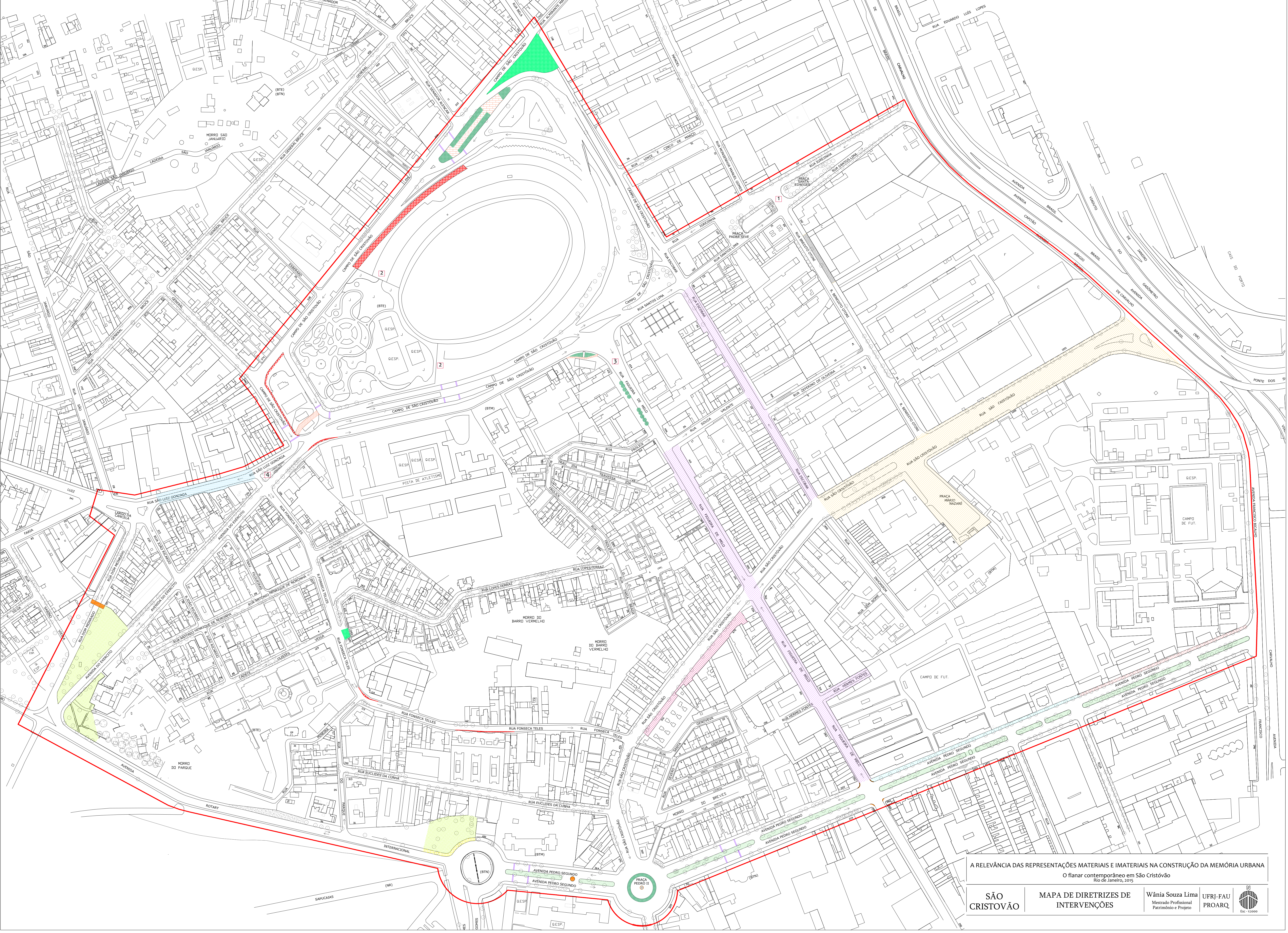


## ANEXO 5 – MAPA DE DIRETRIZES DE INTERVENÇÕES



**LEGENDA:**

- 1 PRAÇA PADRE SÉVE E PRAÇA SANTA EMÍLIA**  
Intervenção que recupere a antiga margem da Baía de Guanabara, que antes dos aterros o mar chegava na Igreja.  
Recuperação geral do espaço, adequando o projeto aos usos já estabelecidos (descanso e passagem) e ao desejado (contemplação).  
Sugere-se a criação de um Centro de Turismo nas ruínas da Rua da Igreja, 9.
  - 2 CAMPO DE SÃO CRISTÓVÃO**  
Retirar a grade e o muro que está separando o Pavilhão do Campo de São Cristóvão, e trabalhar o projeto de maneira que se contigue a integração dos mesmos.  
Resolver o problema de drenagem dos passais e quadras.  
Reforma dos canteiros e mobiliário.  
Intervenções artísticas.
  - 3 RUA FIGUEIRA DE MELLO**  
Trabalhar a iluminação embaixo do viaduto de forma também "ênica", além da urbana.
  - 4 LARGO PEDRO LOBIANCO**  
Reformar os "canteiros" e iluminar as árvores do Largo.
- EXECUÇÃO DE NOVAS CALÇADAS  
Pavimentação que possibilite a drenagem
  - CALÇADAS EM PEDRA PORTUGUESA  
Recomposição de partes danificadas
  - CALÇADAS EM CONCRETO.  
Recuperar partes danificadas
  - CALÇADAS NOVAS  
Projeto padrão do Porto Maravilha
  - "CALÇADÃO"  
Projeto deve considerar os usos e apropriações existentes e elaborar mobiliário urbano compatíveis com os usos e padrões
  - ALARGAMENTO DE CALÇADAS EXISTENTE
  - DELIMITAÇÃO DE ÁREA PARA PEDESTRE  
Pavimentação que possibilite a drenagem
  - POCKET PARK 1: TRATAMENTO PAISAGÍSTICO  
ZONAS DE DESCANSO, DELIMITAÇÃO DE PASSEIO E DE VAGAS PARA VEÍCULOS.
  - POCKET PARK 2: TRATAMENTO PAISAGÍSTICO, IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE LAZER E ZONAS DE DESCANSO. ATENÇÃO À ILUMINAÇÃO.
  - "MARKET" e PEQUENAS PRAÇAS  
Para o projeto considerar os usos e apropriações existentes.
  - TRATAMENTO PAISAGÍSTICO.
  - RUA DE SERVIÇO
  - EM OBRAS - PORTO MARAVILHA
- DIREÇÃO DO FLUXO
  - FAIXAS ELEVADAS PARA PEDESTRES
  - ILUMINAÇÃO
  - ATENUAR DESNÍVEL



A RELEVÂNCIA DAS REPRESENTAÇÕES MATERIAIS E IMATERIAIS NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA URBANA  
O flunar contemporâneo em São Cristóvão  
Rio de Janeiro, 2015



## INTERVENÇÕES

Ponto	Lugar	Objetivo	Projeto proposto	Complexidade	Prioridade
1	Praça Padre Sève e Praça Santa Edwiges	Intervenção que rememore a antiga margem da Baía de Guanabara, que antes dos aterros o mar chegava na Igreja.	Recuperação geral do espaço, adequando o projeto aos usos já estabelecidos (descanso e passagem) e ao desejado (contemplanção).	A	1
1	Rua da Igreja, 9.	A criação de um Centro de Turismo.	Reforma e revitalização do imóvel para adequar ao uso proposto	A	3
2	Campo de São Cristóvão	A integração do Campo de São Cristóvão com o Pavilhão.	Retirar a grade e o muro que estão separando o Pavilhão do Campo de São Cristóvão	C	1
2	Campo de São Cristóvão	Revitalizar o espaço ; Fomento de novos usos e usuários	Resolver o problema de drenagem dos passeios e quadras. Reforma dos canteiros e mobiliário. Intervenções artísticas.	A	2
3	Rua Figueira de Mello	Melhorar a ambiência do local à noite	Trabalhar a iluminação embaixo do viaduto de forma cênica	C	3
4	Largo Pedro Lobianco	Revitalizar o espaço	Renovação dos canteiros e mobiliário; Iluminar as árvores existentes	B	2
	"Calçadão"	Revitalizar o espaço	Execução de nova pavimentação que possibilite a drenagem; Elaboração de mobiliários urbanos padronizados compatíveis com os usos e apropriações existentes.	A	1
	Execução de novas calçadas	Maior conforto e segurança ao caminhar	Execução de novas calçadas com pavimentação que possibilite a drenagem.	A	1
	Calçadas em pedra portuguesa	Maior conforto e segurança ao caminhar	Recomposição das partes danificadas	C	1
	Calçadas em concreto	Maior conforto e segurança ao caminhar	Recomposição das partes danificadas	C	1



	<b>Alargamento de calçadas existentes</b>	<b>Maior conforto e segurança ao caminhar</b>	<b>Aumentar o espaço útil das calçadas</b>	<b>C</b>	<b>1</b>
	<b>Delimitação de áreas para pedestres</b>	<b>Maior conforto e segurança ao caminhar</b>	<b>Demarcação das áreas exclusivas ao pedestre com pavimentação diferenciada que possibilite a drenagem</b>	<b>C</b>	<b>1</b>
	<b>Pocket park tipo 1</b>	<b>Revitalizar o espaço ; Fomento de novos usos e usuarios</b>	<b>Tratamento paisagístico, zonas de descanso, delimitação de passeios e de vagas para veículos</b>	<b>B</b>	<b>2</b>
	<b>Pocket park tipo 2</b>	<b>Revitalizar o espaço ; Fomento de novos usos e usuarios</b>	<b>Tratamento paisagístico, implantação de equipamentos de lazer a zonas de descanso com atenção especial à iluminação</b>	<b>A</b>	<b>2</b>
	<b>"Parkelet" e pequenas praças</b>	<b>Revitalizar o espaço ; Fomento de novos usos e usuarios</b>	<b>Tratamento paisagístico, com áreas de lazer e descanso. Os projetos devem considerar os usos e apropriações existentes</b>	<b>B</b>	<b>2</b>
	<b>Tratamento paisagístico</b>	<b>Melhorar a ambiência dos locais</b>	<b>Implantação e reforma de canteiros e jardins. Iluminação. Intervenções artísticas.</b>	<b>C</b>	<b>2</b>
	<b>Rua de Serviço: Rua Escobar e parte da Rua Figueira de Mello</b>	<b>Revitalizar o espaço; melhorar a ambiência e a utilização dos serviços já estabelecidos na região.</b>	<b>Alargamento das calçadas onde for necessário, implantação de zonas de estacionamento, tratamento paisagístico, sinalização e mobiliário urbano.</b>	<b>A</b>	<b>3</b>